Órgão Central
do Partido Comunista
Português

Avante!

Proletários
de todos os países
UNI-VOS!

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 58 – Série VII – N.º 776
10 de Novembro de 1988
Preço: 50$00

Propriedade do Partido Comunista Português **Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX** **Tel. 76 97 22 / 25** **– Telex 18390** **Composição e impressão – Heska Portuguesa** **Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa**

Álvaro Cunhal visitou a «1.º de Maio»

A vitória do trabalho

Pág. 11/**Semana**

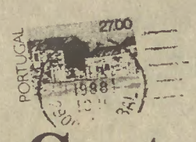
- ***CGTP em conferência nacional***
- ***Professores confirmam nova greve***
- ***Conferência nacional no comércio***

pág. 1/**Semana**

XII congresso PCP Em Foco

- Reportagens

- Álvaro Cunhal na reunião de quadros da ORL
- Noticiário



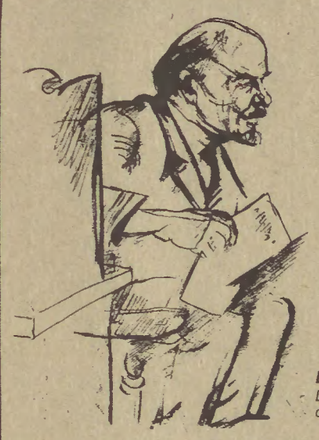
- Cartas do Leitor

PCP
TEMPO DE ANTENA
Hoje
RTP 1
A SEGUIR AO TELEJORNAL
PCP

Encontro Nacional do PCP

UM TIRO CERTEIRO EM DEFESA DA CAÇA

Pág. 5
Semana

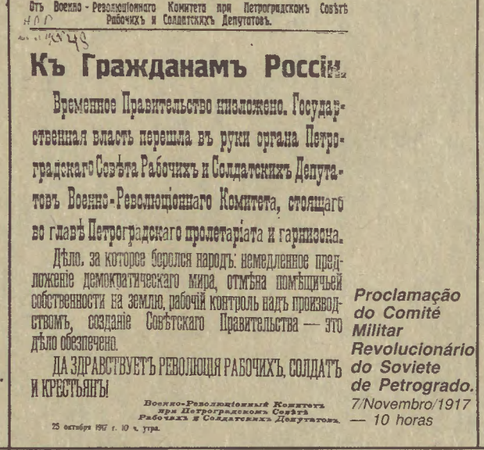


Lénine. *Desenho de N. Alfman. 1920*

ИЗВѢСТІЯ ЦѢНА: въ Петроградѣ 5 коп.
№ 208. Пятница, 27 октября 1917 г.
Центральнаго Исполнительнаго Комитета
и ПЕТРОГРАДСКАГО СОВѢТА
РАБОЧИХЪ и СОЛДАТСКИХЪ ДЕПУТАТОВЪ.

Декретъ о мирѣ,
принятый единогласно на засѣданіи Всероссійскаго Съѣзда Совѣтовъ Рабочихъ, Солдатскихъ и Крестьянскихъ Депутатовъ 26 октября 1917 г.

Decreto da Paz. *«Izvestia» n.º 208. 9/Novembro/1917*



Отъ Военно-Революціоннаго Комитета при Петроградскомъ Совѣтѣ Рабочихъ и Солдатскихъ Депутатовъ.

Къ Гражданамъ Россіи.

Временное Правительство низложено. Государственная власть перешла въ руки органа Петроградскаго Совѣта Рабочихъ и Солдатскихъ Депутатовъ Военно-Революціоннаго Комитета, стоящаго во главѣ Петроградскаго пролетаріата и гарнизона.

Дѣло, за которое боролся народъ: немедленное предложеніе демократическаго мира, отмѣна помѣщичьей собственности на землю, рабочій контроль надъ производствомъ, созданіе Совѣтскаго Правительства — это дѣло обезпечено.

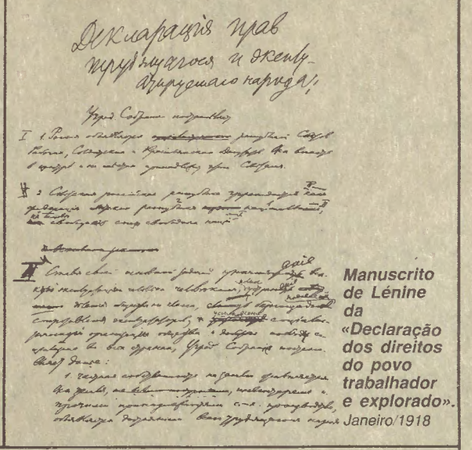
ДА ЗДРАВСТВУЕТЪ РЕВОЛЮЦІЯ РАБОЧИХЪ, СОЛДАТЪ И КРЕСТЬЯНЪ!

Военно-Революціонный Комитетъ при Петроградскомъ Совѣтѣ Рабочихъ и Солдатскихъ Депутатовъ.

25 октября 1917 г. 10 ч. утра.

Proclamação do Comité Militar Revolucionário do Soviete de Petrogrado. *7/Novembro/1917 — 10 horas*

Lénine. *1.º de Maio de 1920*



Декларація правъ трудящагося и эксплуатируемаго народа.

Manuscrito de Lénine da «Declaração dos direitos do povo trabalhador e explorado». *Janeiro/1918*

ИЗВѢСТІЯ ЦѢНА:
№ 209. Суббота, 28 октября 1917 г.
Центральнаго Исполнительнаго Комитета
и ПЕТРОГРАДСКАГО СОВѢТА
РАБОЧИХЪ и СОЛДАТСКИХЪ ДЕПУТАТОВЪ.

ДЕКРЕТЪ О ЗЕМЛѢ

Decreto da Terra. *«Izvestia» n.º 209, 10/Novembro/1917*

71 anos Grande Revolução de Outubro

XXVII Congresso do PCUS. *Intervenção de Mikhail Gorbachov*

Petrogrado. *Novembro de 1917*

Editorial

Avante!
Ano 58 – Série VII
N.º 776
10 de Novembro de 1988
1.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

O XII Congresso e a conjuntura nacional

A natureza e a cadência acelerada e mesmo surpreendente dos acontecimentos nacionais nestes últimos dias, na sequência dos que se têm vindo a produzir nos últimos tempos, caracterizam singularmente o quadro da conjuntura em que se ultimam os trabalhos preparatórios e se vai realizar o XII Congresso do PCP.

A que acontecimentos nos queremos referir?

Enumeremo-los brevemente:

1) A caracterização triunfalista por Cavaco Silva dos três anos de exercício do seu mandato na chefia do Governo;

2) As conversações luso-espanholas no âmbito da integração da CEE e na perspectiva da criação do Mercado Único Europeu em 1992;

3) Os debates parlamentares de um dos mais controversos Orçamentos do Estado (OE) e das incidências económicas e sociais da política financeira do Governo para 1989;

4) O começo dos debates em sede da Comissão Parlamentar respectiva dos diversos projectos de revisão constitucional, debates e exame feridos desde logo à partida na sua exegese democrática pelo acordo político de revisão da Constituição, assinado em 14 de Outubro por Cavaco e Constâncio, o qual acaba de ser ratificado pela Comissão Nacional do PS;

5) O novo surto de contestação de massas da política social e financeira do Governo PSD/Cavaco Silva em vastos sectores da sociedade portuguesa, em primeiro lugar nos sectores laborais;

6) A nova crise interna do PS com tudo o que reflecte de uma reiterada política de cedências à direita nos últimos 12 anos da parte dos dirigentes socialistas, por tudo o que pesa nos atrasos de uma necessária alternativa democrática e por tudo o que favorece o restauracionismo do poder dos monopólios no momento actual.

O PCP não se situa no quadro de um simples registador dos actos e dos efeitos negativos da política governante e das consequências nefastas do plano restauracionista da direita para o regime democrático e para o País.

É um partido interveniente, toma iniciativas de grande alcance, participa com todas as suas forças e empenhamento na solução positiva dos problemas nacionais mais candentes, prepara com um grande sentido de responsabilidade o seu XII Congresso, ao qual vai ser cometida a tarefa de dimensão histórica de propor caminhos e formas para o desenvolvimento harmonioso e a modernização do País, num programa cujos horizontes mediáticos se estendem por todo este exigente limiar do século XXI.

Mas ao mesmo tempo os comunistas têm o dever de denunciar os actos e os efeitos negativos da política governante, de chamar para eles a atenção dos trabalhadores e do povo, de concitar contra eles a luta organizada e consciente do movimento operário, popular e democrático, dos partidos e forças democráticas.

No balanço que acaba de fazer dos seus três anos de Primeiro-Ministro, Cavaco Silva extrai conclusões falsas, demagógicas, mistificadoras. Perspectiva em termos definitivos e infalíveis um projecto de modernização do País, assente numa conjuntura profundamente instável.

Tecnocrata, faz malabarismos com números e avança previsões assentes na areia movediça da crise do sistema capitalista mundial, actualmente numa nova fase larvar.

«*Portugal foi o País que mais cresceu na Europa comunitária*» — proclamou enfaticamente há dias o Primeiro-Ministro; «*Portugal cresceu mais do que os ricos*» — parafraseou em títulos garrafais um matutino da extrema-direita.

Cavaco Silva tenta iludir o cidadão comum menos esclarecido jogando com irrelevantes diferenças percentuais relativas e silenciando as abissais diferenças em absoluto que nos separam dos países mais desenvolvidos da Europa capitalista, ocultando o facto de algumas relativas melhorias na situação nacional se ficaram a dever não aos méritos da sua política e do seu governo mas aos resultados líquidos de uma conjuntura externa transitoriamente favorável a Portugal e neste momento em transes de mudança e declínio.

Cavaco joga com os números que lhe convém, publicados recentemente pelo Banco Mundial, e silencia os que o não favorecem.

«*A taxa de crescimento da nossa economia foi superior à dos outros países da CEE*» — disse ele.

As conversações luso-espanholas poderiam ter sido úteis no sentido de se estudarem formas de defesa conjunta dos dois países contra as agressivas invasões das multinacionais da CEE nos mercados de Portugal e Espanha a partir de 1992. Tudo aponta terem-se saldado, afinal, por novas concessões, lesivas de Portugal, aos círculos de negócios do país vizinho, que já suscitam protesto e alarme nos sectores empresariais portugueses.

Cala, porém, números em termos absolutos que dariam uma imagem diferente e mais exacta do nosso atraso económico e social: o rendimento por habitante passou em Portugal de 2370 dólares em 1986 para 2890 em 1987, ou seja, mais 520 dólares; mas em França passou de 10 710 para 12 860 (mais 2150 dólares), na Grã Bretanha — de 9000 para 10 430 (mais 1430), na RFA — de 12070 para 14 470 (mais 2390), na própria Espanha — de 4860 para 6010 (mais 1150), e assim por diante.

Estas diferenças não têm nada de surpreendente, atestam um atraso ancestral e endémico de Portugal que não pode ser vencido com jogos de conjuntura, como tem feito o Governo de Cavaco Silva, mas com uma política coerente e nacional, virada para o desenvolvimento económico e a modernização do País e para a correcção dos nossos desequilíbrios estruturais, regionais e sociais, que não é a política do PSD, do seu Governo e de Cavaco Silva, mas que constitui uma tarefa nacional inadiável.

Cavaco esconde com as loas ao Governo que dirige os seus fiascos nas previsões da taxa de inflação — que se encaminha para os 9,4 por cento no final do ano em curso contra os 6 por cento previstos; a inconstitucionalidade de mais de dezena e meia de normas orçamentais verificadas pelo Tribunal Constitucional relativas ao OE de 1988; a inversão, ao cabo dos seus três anos de chefia do Governo, do saldo positivo para negativo da Balança de Transacções Correntes, que se prevê ultrapassar os 110 milhões de dólares no final do ano; a exiguidade das dotações orçamentais para serviços eminentemente sociais, como os da Saúde, da Habitação da Segurança Social, do Ensino (só no caso de LNETI a verba prevista nem chega sequer para o pagamento de vencimentos!).

Nada diz dos «puxões de orelhas» do «insuspeito» FMI, relativos às liberdades indiscriminadas na área do consumo, em especial de artigos sumptuários, que Cavaco quer agora desesperadamente reduzir com novas tentativas de imposição de tectos salariais injustos; com a redução da massa global dos salários através da intensificação do desemprego e da precarização do trabalho; pelo aumento da carga fiscal, em particular sobre os trabalhadores e as camadas mais desfavorecidas; pelas restrições ao crédito e a livre subida das taxas de juro, que é já um facto; pela criação de novos «sacos azuis» para uso discricionários do Governo, assim como de outras formas lesivas dos interesses dos trabalhadores e do povo.

É neste contexto que um novo surto de contestação social de massas à política do Governo objectivamente se inscreve.

Só neste mês de Novembro prevê a CGTP-Intersindical a movimentação de cerca de 600 000 trabalhadores do Sector Empresarial do Estado e da Administração Pública em torno de sentidas reivindicações.

E é também neste contexto que se inscreve a realização do XII Congresso do PCP em torno do

qual se estão dinamizando todas as organizações do Partido no plano nacional.

Na proximidade dos prazos previstos para o termo dos debates dos documentos fundamentais a submeter ao Congresso e para a eleição dos delegados, multiplicam-se as reuniões e assembleias plenárias, cresce o interesse generalizado pela realização de uma iniciativa destinada a exercer uma influência determinante nos destinos mediatos e imediatos do PCP.

Os trabalhos preparatórios do XII Congresso, as suas propostas políticas, o valor da contribuição colectiva dos comunistas para que o seu Partido esteja à altura das suas responsabilidades, são reveladoras da elevada consciência dos militantes do Partido e de uma realidade iniludível da hora presente: a de que o PCP é a única força consequente capaz de garantir a vitória na luta por uma democracia avançada para Portugal neste complexo limiar do século XXI, o único em condições de garantir a construção vitoriosa para os vindouros de um Portugal livre, democrático e socialista.

Os projectos do novo Programa, das alterações aos Estatutos e das Teses, já recolheram até agora centenas de propostas de emendas, de cortes, de acrescentos e certamente recolherão muitas mais ainda, que os tornarão um produto válido da participação ampla e profundamente democrática do grande colectivo que é o PCP.

Compreensivelmente, um grande número de militantes do Partido, por limitações de ordem cultural e outros, não puderam ainda ler ou tomar directo conhecimento dos documentos e das propostas programáticas a submeter ao Congresso, do conjunto de ideias e propostas para tornar o Partido mais apto à realização das suas tarefas históricas.

Este «handicap» é consideravelmente superado pelas discussões colectivas em cada organização, pelas iniciativas de leitura colectiva, pela leitura da Imprensa do Partido, em particular no «Avante!», que se está tornando um útil terreno suplementar de esclarecimento e debate.

E também neste momento, a poucos dias do Congresso, não deixa de ser significativo que ao mesmo tempo que o nosso grande colectivo partidário se empenha e se dinamiza para que o Congresso de Dezembro se afirme como singular realização histórica do PCP, alguns membros do Partido intensifiquem actividades marginais de carácter fraccionista de que seguramente a imensa maioria dos nossos militantes não deixará de tirar as necessárias conclusões.

Mas dentro de uma vintena de dias o magnífico Palácio de Cristal do Porto abrirá as suas portas aos milhares de congressistas e convidados que farão do nosso XII Congresso um novo marco na luta heróica do nosso Partido.

Resumo

2
Quarta-feira

O Governo português «lamenta» a posição da administração Reagan sobre a situação em Timor-Leste. O porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros esclarece no entanto «não ter havido novidade na atitude de Washington, pois a sua posição insere-se numa linha de continuidade iniciada em 1975» ■ Em Lisboa, inicia-se a quinta Cimeira Luso-Espanhola. Uma cimeira dominada pela discussão de questões económicas ■ O tribunal de Grândola condena a 20 anos de prisão cinco dos onze réus do bando dos Cavacos, evadido da colónia penal de Pinheiro da Cruz em 1986 ■ Os trabalhadores da Eurofil desfilam des-

de a Póvoa de Santa Iria até à sede da empresa, exigindo o pagamento dos 320 mil contos de salários em atraso ■ A imprensa britânica anuncia que a África do Sul concentrou nos últimos dias mais de 50 por cento dos seus efectivos militares na Namíbia ao longo da fronteira com Angola. Um total de mais de 50 mil soldados ■ O director do Comité Estatal do Plano da União Soviética anuncia em conferência de imprensa que a inflação no seu país é da ordem dos 0,9 a 1,5 por cento.

3
Quinta-feira

Novo acidente ferroviário em Portugal. Um morto e dois feridos é o balanço de um choque de um mercadorias com uma locomotiva em manobras na estação do Poceirão, perto de Palmela ■ O PCP anuncia que vai propor na Assembleia da República a criação de um Serviço Nacional de Sangue ■ Termina em Lisboa a 5.ª Cimeira Ibérica, com a notícia de que a Espanha vai levantar as restrições impostas aos têxteis portugueses ■ A Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública decide, em encontro nacional, incentivar a realização de uma nova jornada de luta de todos os trabalhadores da Administração que «poderá culminar num dia de greve nacional» ■ Mercenários estrangeiros tentam um golpe de Estado no arquipélago das Maldivas. Tropas indianas respondem ao apelo do presidente Gayoom e dirigem-se para este arquipélago do Índico ■ Mais de 12 milhões de argelinos votam para referendar uma proposta de alterações constitucionais apresentada pelo presidente Chadli Benjedid ■ O embaixador de Angola nas Nações Unidas desmente a existência de um impasse nas negociações quadripartidas para a paz no Sudoeste africano.

4
Sexta-feira

Chamado a esclarecer a Assembleia da República, o Governo deixa sem resposta os pedidos dos deputados sobre os «casos de compadrio e cunha política» verificados nas nomeações das administrações hospitalares ■ O secretário-geral do PCP é recebido pelo Chefe do Estado. À saída, Álvaro Cunhal diz aos jornalistas que transmitiu a Mário Soares as preocupações do PCP sobre a situação social e económica do País agravada pela revisão da Constituição, e sobre a anexação do território de Timor-Leste pela Indonésia ■ Em comunicado lido pelo seu chefe da Casa Civil, o Presidente da República afirma que «não têm credibilidade quaisquer "fontes" que se digam próximas do Presidente» ■ A União Europeia Ocidental decide aprovar a entrada de Portugal e da Espanha na Organização ■ A União Soviética decide suspender a retirada das suas tropas do Afeganistão devido ao agravamento da situação militar neste país ■ O chanceler alemão-federal e o presidente francês reúnem-se em Bona e concordam em manter uma linha política conjunta no sentido de melhorar as relações da RFA e da França com os países socialistas.

5
Sábado

Os juízes portugueses decidem, em Assembleia Geral, realizar uma greve de três dias em Dezembro. Os magistrados reclamam, por parte do Governo, o «reconhecimento que constitucionalmente lhes é consagrado, como titulares de um órgão de soberania» ■ O sector feminino da agricultura «continua a ser o maior alvo da exploração capitalista», concluem as participantes no V Encontro de Mulheres Operárias Agrícolas do distrito de Évora ■ Em Lisboa, o PCP promove um Encontro Nacional sobre Caça, concluindo os participantes que as zonas de caça associativas devem ser criadas por organizações de caçadores e não por entidades privadas ■ Meia centena de autarquias portuguesas e espanholas participam no I Encontro Ibérico de Municípios Zonas Livres de Armas Nucleares, defendendo a «sã convivência e o diálogo» como norteadores das relações internacionais ■ O secretário-geral do Partido Comunista Chinês declara que a primeira cimeira sino-soviética desde 1959 se poderá realizar no primeiro semestre do próximo ano ■ O presidente argelino encarrega o actual ministro da Saúde de formar um novo governo já de acordo com as alterações constitucionais aprovadas em referendo.

6
Domingo

Reunida em Lisboa, a Comissão Nacional do Partido Socialista decide, por maioria, não convocar para já um congresso extraordinário urgente e tudo fazer para garantir condições que afastem essa necessidade ■ O Primeiro-Ministro Cavaco Silva chega a São Tomé para uma visita oficial de três dias à República de São Tomé e Príncipe ■ A marinha de guerra indiana captura os mercenários que tentaram um golpe de Estado no arquipélago das Maldivas. A intervenção das tropas indianas foi solicitada pelo presidente Gayoom das Maldivas ■ Helicópteros israelitas bombardeiam subúrbios da principal cidade do sul do Líbano, matando uma criança ■ O comportamento da primeira-ministra britânica durante a sua visita oficial à Polónia é tido, tanto em Londres como em Varsóvia, como uma ingerência nos assuntos internos polacos.

7
Segunda-feira

7 de Novembro. Comemoram-se os 71 anos da Revolução de Outubro ■ Um estudo da Direcção-Geral dos Cuidados de Saúde Primários afirma que a natalidade e fecundidade estão a baixar no nosso país ■ O secretário-geral da Confederação das Pequenas e Médias empresas afirma, em conferência de imprensa que se pretende «arredar as PME's de participarem no processo de modernização da economia portuguesa» ■ Trombas de água fazem estragos no Algarve e no Alentejo, mas também, embora com menor intensidade, na região de Lisboa ■ Em conferência de imprensa, o PS anuncia que vai apresentar na Assembleia da República um projecto de deliberação no sentido de ser urgentemente reposta a legalidade no Orçamento de Estado de 1988» ■ O Tribunal Constitucional declarou inconstitucionais, com força obrigatória geral, várias disposições deste orçamento ■ Nos Estados Unidos vivem-se as últimas horas da campanha eleitoral para a presidência da República. George Bush e Michael Dukakis são, respectivamente, os candidatos do Partido Republicano e do Partido Democrático ■ Em França, inicia-se mais uma ronda de conversações sobre o Kampuchea. Participam o primeiro-ministro kampucheano e os dirigentes da oposição Norodom Sihanuk e Son Sann.

8
Terça-feira

É publicado o regulamento do Centro de Dados do Serviço de Informações de Segurança, no âmbito do Sistema de Informações da República Portuguesa ■ Constâncio recebe comissão «ad-hoc» mandatada pela Comissão Nacional do PS ■ A Comissão Política do Comité Central do PCP declara-se favorável ao indulto da pena de Otelo Saraiva de Carvalho ■ Americanos elegem Bush, 41.º presidente dos EUA ■ Sismo mata 930 pessoas na China ■ A República Popular Democrática da Coreia propõe à Coreia do Sul e aos EUA um plano de reunificação da península que crie uma situação de paz na região.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português.* Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º – 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL.* **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa
Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos 6-B – 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto – Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º – 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 Venda Nova – 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

Tiragem média do mês de Outubro: 25 275 exemplares

Semana

Avante!

Ano 58 – Série VII
N.º 776
10 de Novembro de 1988
2.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Comércio retalhista
Responder à CEE

• Sábado, Conferência Nacional

Segundo o secretariado da FEPCES (federação sindical) a Conferência Nacional dos Trabalhadores do Comércio Retalhista, sábado em Lisboa, tem como objectivos: «conhecer para responder ao desafio do comércio retalhista em Portugal, no futuro e na CEE». Participam 120 dirigentes, delegados e activistas sindicais, bem como técnicos e convidados da Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços, FEPCES.

Entre os convidados da Conferência, que decorrerá no Novotel entre as 10 e 30 e as 19 horas, figura além da CGTP, a Fenacoop — Federação Nacional das Cooperativas, o secretariado da UIS-/Comércio (organização internacional) e o Sindicato do Comércio da URSS.

Será submetido à Conferência um **projecto de plataforma reivindicativa**. Entre reclamações, reivindicações e tomada de medidas sobre diversos aspectos que interessam ao sector, o secretariado (direcção) da FEPCES inclui «apoio técnico, financeiro e fiscal à modernização e especialização do pequeno e médio comércio; regulamentação da implantação e funcionamento das grandes superfícies; horários de funcionamento; horários de trabalho; emprego e formação profissional; salários, higiene e segurança».

Os **estudos preparatórios** da Conferência Nacional de sábado contêm elementos para a caracterização do comércio retalhista; elementos para o estudo dos salários e do emprego no sector, bem como «debates e discussões nos principais distritos e nos locais de trabalho, envolvendo os trabalhadores do comércio retalhista», frisa a FEPCES.

Representação sindical belga. Esteve entretanto em Lisboa, onde deu uma conferência de Imprensa juntamente com a FEPCES, uma delegação do Sindicato dos Empregados Técnicos e Quadros da Bélgica. Os dois delegados são responsáveis pelo trabalho sindical na Delhaize, SA, uma multinacional belga, com «fortíssima implantação na área dos supermercados nos EUA». A Delhaize é sócia minoritária do Pingo Doce.

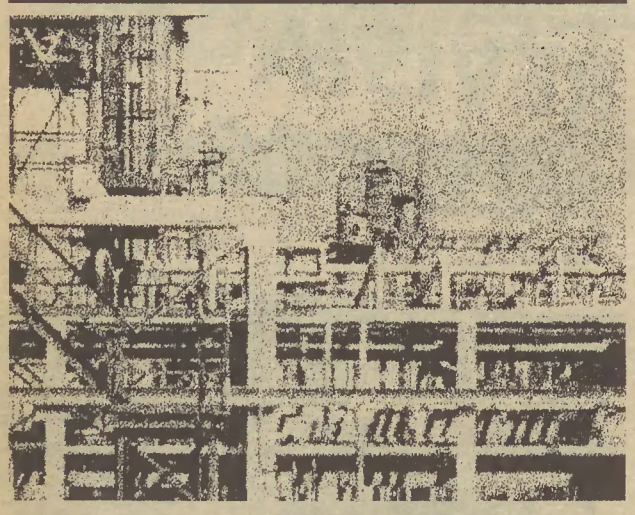
Conferência Nacional da CGTP

A Conferência Nacional da CGTP, sábado em Lisboa, coincide com variadas e diferentes lutas em preparação ou a decorrer. Recorde-se que a Conferência marcada para o dia 12 se subordina ao tema «Emprego precário, direitos dos trabalhadores e revisão da Constituição». Professores, médicos, trabalhadores da Função Pública em geral, empresas com **salários em atraso** como a **Eurofil, Indep** e **Trafo**, para citarmos apenas as últimas em data nessa situação, coincidem nos objectivos e interesses mais comuns de todos os assalariados, independentemente da sua categoria profissional, assim como na defesa dos direitos, liberdades e garantias em que assenta o regime democrático em Portugal.

Sublinha a direcção da CGTP que **«os temas da Conferência não se iniciam nem se esgotam com a sua realização».**

De acordo com um serviço de Imprensa de sexta-feira passada, a direcção da CGTP-IN afirma, entre outras considerações importantes para o momento político que vivemos, que a Conferência do próximo sábado (prevista para durar todo o dia) procurará **«demonstrar que muitos dos problemas com que os trabalhadores e a sociedade em geral se debatem não são inevitabilidades irremediáveis».**

Para a Central sindical unitária, muitos desses problemas a que faz alusão, e designadamente a precariedade do emprego, resultam de **«opções políticas, económicas e sociais desajustadas da realidade portuguesa»**, como a entendem os trabalhadores.



Petrogal com 4,5% há greve

Se o conselho de gerência continuar a insistir nos 4,5 por cento de aumentos salariais, haverá greve na Petrogal, adverte a Comissão Executiva do Conselho Nacional da Federação dos Sindicatos da Indústria Química e Farmacêutica.

A FSIQF informava recentemente que já se tinham realizado plenários para esse efeito em toda a zona Norte e também em Lisboa na área de serviço da Tomás Ribeiro.

Sublinha a mesma Federação sindical que, em todos esses plenários gerais e reuniões de sector «os trabalhadores foram unânimes em mandatar a comissão sindical negociadora para desencadear a greve, caso o conselho de gerência não venha a alterar a sua posição no decorrer desta semana».

Recorde-se, como o «Avante!» já noticiou, que os gestores da Petrogal insistem na sua proposta inicial e inaceitável de 4,5 por cento, enquanto que a Federação dos Químicos (FSIQF) continua a defender 11,8 por cento para os próximos 12 meses e uma compensação de 3 por cento relativa aos salários deste ano, devido à incorrecção verificada nas previsões governamentais da inflação.

Professores confirmam greve

As organizações nacionais de professores confirmam – em especial a FENPROF – a convocação de nova greve nacional para o próximo dia 18 se antes não houver qualquer contraproposta do Ministério da Educação. A direcção da Grande Lisboa (SPGL) anunciava, entretanto, além da participação activa na greve, «uma concentração junto ao ME (Ministério) em hora a determinar», no mesmo dia da paralisação de trabalho dos professores.

A concentração consta de um documento aprovado numa reunião sindical de **professores contratados** que apresentaram várias reivindicações. Entre elas avulta a intervenção sindical de que o ME prescindiu relativamente a legislação recentemente aprovada e onde são postos em causa «muitos direitos adquiridos pelos professores», entre eles a estabilidade de emprego e mesmo o direito a férias.

Entretanto, a FENPROF reunia sem êxito visível com responsáveis do ME, pelo que a Federação, já depois da greve de 28 de Outubro, apelava terça-feira passada a todos os professores, incluindo os contratados, para que participassem activamente na nova greve.

A FENPROF, através do seu secretariado nacional, convocava sexta-feira passada, uma **concentração nacional em Lisboa** para 18 do corrente.

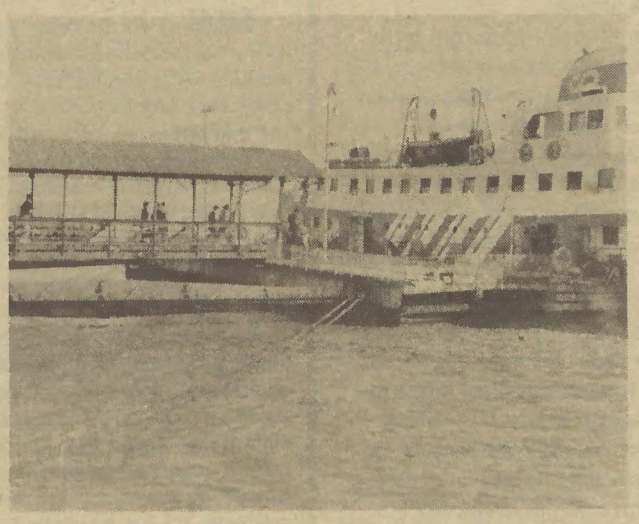
A luta tem que prosseguir e incluir **novas formas** porque está em causa, além de outros aspectos de carácter específico, a **«revalorização material da carreira docente** da educação pré-escolar e especial». Essa mesma revalorização é também aplicável a outros ramos do ensino, o secundário e o básico designadamente.

CP volta a parar no Tejo

Os trabalhadores da via fluvial da CP decidiram em plenário voltar à paralisação do trabalho no próximo dia 22, das 14 às 16 horas. A decisão do plenário efectuado quinta-feira passada tornar-se-à efectiva se até àquela data de 22, uma terça-feira, o conselho de gerência da empresa ferroviária não der resposta aos problemas apresentados pelos trabalhadores e aos respeitantes à via fluvial da CP.

Transmitida aos órgãos de comunicação social sexta-feira passada pelo Conselho Nacional da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses, a decisão de greve deve-se em especial à «falta de seriedade que o conselho de gerência tem assumido em relação aos problemas apresentados pelos trabalhadores».

O plenário de trabalhadores da via fluvial da CP em Lisboa resolveu efectuar novo plenário geral convocado pela CT, durante as duas horas de paralisação do próximo dia 22, a fim de «analisar a continuação da luta e as suas formas», conclui o Conselho Nacional da Federação.



Para os sindicatos os problemas não começam nem acabam na via fluvial. *«O actual Conselho de Gerência da CP assume-se cada vez mais como uma comissão liquidatária, destruindo em vez de construir». Para o Conselho Nacional federativo dos sindicatos representativos (FSTFP), a gestão daquela empresa pública «aposta acima de tudo nos encerramentos de linhas, ramais e estações, na tentativa de entregar os sectores mais rentáveis da empresa aos grupos privados», ou seja, ao capital sobreexplorador*

MARX • ENGELS
Obras escolhidas
em três tomos
A VENDA

aTalhe deFOICE

Eleições

Com as eleições americanas passa-se sempre um fenómeno curioso: salvaguardadas as devidas proporções, fica-se com a ideia de que o resultado interessa mais ao mundo em geral do que aos americanos em particular...

Não se conhecem ainda os números precisos da afluência às urnas na passada terça-feira, mas todos estão de acordo que, na melhor das hipóteses, ela terá sido ligeiramente superior aos 50 por cento dos eleitores inscritos.

Claro que toda a gente sublinha que, no fundo, os termos da escolha são bastante relativos. Só que se fica por saber se esta insistência se destina afinal a sublinhar mais o que sempre aproxima os candidatos democrata e republicano ou se, pelo contrário, se destina a ocultar o que apesar de tudo os separa.

Porque a verdade é que podem ambos ser favoráveis ao sistema, mas o que sem dúvida é ainda mais favorável ao sistema é o desinteresse político da esmagadora maioria dos cidadãos norte-americanos.

E se assim não fosse dificilmente se compreenderia a forma com a qual os comentadores lamentam a pobreza franciscana desta campanha.

No «New York Times» escreve-se: «Longe de celebrar, a nação americana esteve de luto ontem. Para os vencedores, bem como para os vencidos, foram as eleições mais deprimentes da História recente.»

O autor destas linhas, Jim Fain, acrescenta: «Do mesmo modo que Dukakis é um artesão do poder com pouca visão, Bush é uma águia do poder sem nenhuma.» E, num retrato bem sombrio do futuro presidente dos EUA, o articulista afirma ainda que ao longo da campanha mudou ele «de opinião com tanta facilidade como Nancy manda fazer vestidos»...

Para toda a gente o termo «suja» serve para caracterizar uma campanha onde o entrecruzar de insultos, calúnias e intrigas foi uma inegável evidência. Toda a gente disse tudo, tudo se discutiu — excepto o que interessava: «esta campanha eleitoral para as presidenciais dos Estados Unidos foi uma das campanhas mais "sujas" e de menor nível cultural desde o post-guerra. Tanto Bush como Dukakis empreenderam as suas campanhas num clima de agressão mútua, visando unicamente denegrir a "imagem do parceiro"». Isto escreve o «Correio da Manhã» que, como se sabe, em matéria de campanhas sujas e fraco nível cultural é um consagrado especialista.

Diga-se em abono da verdade que o mesmo «Correio da Manhã» chama a atenção para outro aspecto em que o seu testemunho é igualmente de ter em conta: os tráficos de dinheiros para apoio às candidaturas.

«Teoricamente — escreve — nem Bush ne Dukakis podiam receber este ano mais de 46 milhões de dólares em contribuições para a campanha presidencial. Mas mais de 400 milhões foram canalizados para os seus cofres como se se tratasse de dinheiro doado às organizações estatais e locais do Partido Democrata e do Partido Republicano para fomentar a participação de votantes e outras causas semelhantes».

Trata-se de uma pequena diferença entre uns 6 milhões e 800 mil contos e uns 58 milhões de contos mais uns trocos...

É claro que verbas deste montante e que sobem de campanha para campanha acabam a constituir o problema fundamental de uma candidatura, face ao qual se esvaem outras questões, face ao qual o debate político soçobra sob uma avalancha de cifrões, orçamentos, donativos e traficâncias.

O já citado Jim Fain chama a atenção para que todo este sistema acaba a impor um processo quase empresarial de montagem de uma candidatura a anos de distância. Para 1992, quem quiser pensar em candidatar-se terá de começar desde já, a angariar e forjar toda a máquina que lhe permita chegar à campanha próxima com um orçamento majestático para enfrentar a voracidade dos *spots* publicitários ou dos telefonemas aos eleitores.

Uma vez mais, os problemas políticos soçobram deste encampelado mar de dólares...

Cada eleição presidencial norte-americana lança inevitavelmente ao mundo a necessidade da reflexão deste perigoso curso da democracia.

Há vinte anos, frente ao memorial de Washington, Martin Luther King dizia ser necessário alterar radicalmente uma situação em que um negro do Mississipi não tinha direito a votar e um negro de Nova York não tinha nenhum motivo para votar.

A democracia americana, onde todos têm hoje direito a votar, está doente porque a maioria não tem hoje qualquer motivo para votar.

■ **RC**

Trabalhadores

Reforço da unidade dos bancários

A Coordenadora das CTs da banca elegeu uma direcção unitária. Com a tomada de posse marcada para o próximo dia 17, os unitários da Banca têm quatro mandatos num total de onze. A lista A, unitária, venceu as eleições efectuadas na quinta-feira passada por 43 votos, contra a lista B do PS com 36 e a C do PSD com 28. A Comissão Coordenadora, que abrange todo o sector bancário, passa assim a dispor de uma maioria de mandatos num ramo de actividade onde o PSD tem vindo a perder influência. As Comissões de Trabalhadores são, recorde-se, organizações onde se tem manifestado ao longo dos anos um forte espírito de unidade estritamente baseada em interesses comuns dos trabalhadores e privilegiando, como é natural, os interesses do local e dos postos de trabalho.

Nova tendência na UGT

Vinha a público, entretanto, que os trabalhadores sociais-democratas vão constituir-se em tendência autónoma dentro da UGT. A informação partiu do próprio presidente daquela organização, Pereira Lopes que, em conferência de Imprensa, salientou, entre outras afirmações interessantes, que os trabalhadores daquela tendência sindical não servem de «carne para canhão nas lutas de bastidores para reforço do poder pessoal ou de grupos dentro do partido», isto é dentro do PSD.

Segundo o «DN» da passada sexta-feira, a tendência social-democrata, que surgirá já em Dezembro na UGT, «visa extinguir a Asiresd e a Tesiresd, tendências de cariz partidário mais ou menos influentes dentro do partido do Governo, com o qual naturalmente Pereira Lopes e a UGT mantêm o diálogo, e um «diálogo privilegiado» com o partido a que pertencem os trabalhadores sociais-democratas filiados nos sindicatos da UGT.

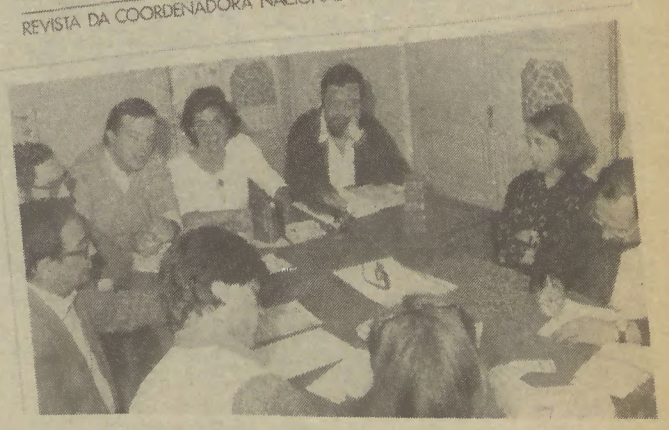
Sumário sindical

USP — A União dos Sindicatos do Porto, que reuniu o seu Conselho Distrital e deu a seguir uma conferência de Imprensa, decidiu «dinamizar e reforçar o apoio a todos os processos de contratação colectiva a decorrer no distrito, com vista à defesa e melhoria do poder de compra, com especial incidência nas empresas, através dos **acordos de empresa e cadernos reivindicativos».** Considera o Conselho da USP que «esta acção constitui uma resposta essencial dos trabalhadores à degradação a que se tem assistido do seu nível de rendimentos, provocada pelo aumento descontrolado da taxa de inflação (prova irrefutável da falência de um dos mais apregoados objectivos da política financeira do Governo) e pelo já anunciado agravamento da carga fiscal para 1989, no contexto de uma estratégia económica mais uma vez voltada para as **restrições ao consumo»,** como a que está à vista no projecto de Orçamento do Estado para 1989. Por outro lado, verifica ainda o Conselho Distrital da USP entre outros prejuízos para quem trabalha, que **«mais de 90 por cento das admissões de trabalhadores têm sido a prazo»** e que milhares estão em condições ilegais, pois lhes são «recusados os descontos obrigatórios» e a própria «inscrição na Segurança Social».

FNSFP — A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública afirma num serviço de Imprensa que o **Orçamento do Estado** (projecto) «põe em causa **o futuro do LNETI».** De uma posição pormenorizada sobre o assunto, destacamos que este último Laboratório, bem como as outras instituições científicas e tecnológicas «serão objecto — de acordo com a letra do projecto de Plano e Orçamento — duma contenção relativa aos fundos públicos disponibilizados, promovendo-se a prestação de serviços e de investigação sob contrato». A Federação, FNSFP, entende justamente que está em causa não só a o LNETI, mas também o «futuro dos trabalhadores a exercer funções em instituições científicas». A FNSFP destaca ainda que «a dotação orçamental atribuída àquele organismo é **«insuficiente» para as remunerações certas e permanentes** dos seus trabalhadores **(2 221 400 contos).** A dotação orçamental não vai, segunda a FNSFP, além de 1 milhão e 226 mil contos, pelo que o conselho directivo do LNETI já propôs ao ministro das Finanças «um enorme desafio»: o de transformar o mesmo LNETI em «instituto público». Depois de analisar as **Grandes Opções do Plano** do Governo para o próximo ano, a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública solicitou imediatamente entrevistas aos secretários de Estado da Ciência e Tecnologia e à Comissão Parlamentar da Economia, Finanças e Plano.

SIESI — O Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, ao tratar recentemente do **caso CEL-CAT**, citava um plenário de trabalhadores dessa empresa em «reestruturação», para afirmar que «a administração tem vindo a desenvolver **manobras de coacção e chantagem»**, com vista a levar mais de 300 trabalhadores ao **«autodespedimento».** Para o Sindicato, a estratégia subjacente à «reestruturação» obrigará a importar, além de cordões telefónicas, cabos eléctricos para a indústria naval e aeroportos.

STIMMDS — O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Santarém acaba de divulgar uma resolução aprovada pelo plenário de trabalhadores da **MDF — Metalúrgicos Duarte Ferreira**, na qual se «repudia a atitude da administração quando esta pretende, com a criação de uma nova sociedade — «uma ficção jurídica» — nada mais que consumar um despedimento colectivo. A mesma «ficção» denominada **Sociedade IAM «não dispõe de qualquer património».** É tudo da MDF. O que se pretende, no fim de contas, é passar para uma entidade, na prática fictícia, encargos com trabalhadores, incluindo **salários em atraso**, quando a mesma entidade **(IAM) «apenas dispõe de um contrato de laboração de um ano, podendo chegar a dois anos»**, como se lê na resolução do plenário efectuado no Tramagal e assinado pelo plenário dos trabalhadores, pela sua CT e pelos Sindicatos representativos dos metalúrgicos dos distritos de Santarém e do Porto.



FESTRU — A Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos acaba de distribuir a sua **«Circular»** de Outubro. O boletim da Federação — publicação mensal de distribuição gratuita, como sucede com os outros órgãos da Imprensa sindical — dedica a sua primeira página ao **IV Congresso da FESTRU** e publica na última um manifesto respeitante à mesma importante iniciativa, que se efectua em 28 e 29 de Janeiro de 1989. Outros temas de primeira página são ainda o aniversário da CGTP-IN, **o trabalho precário que alastra no sector**, a reabertura das negociações exigida na **RN, Carris, STCP e Metro,** e à «realidade do emprego em Portugal».

CNSM — A Coordenadora Nacional dos Sindicatos dos Médicos, que publica a sua «Revista» de Julho/Agosto findos, destaca no sumário a questão da Fename (Federação do sector) e do Ministério. Relevo merecem também na **«Revista dos Médicos»** a gestão hospitalar: «Confirmam-se as previsões dos sindicatos». No mesmo número do órgão da Coordenadora merece também algum relevo a notícia atempadamente divulgada de que Sua Eminência **o Cardeal Patriarca recebera a Federação sindical dos médicos.** Nessa audiência de 4 de Julho a Fename esteve representada por Merlinde Madureira, presidente do Sindicato dos Médicos do Norte, e Paula Fidalgo, vice-presidente do Sindicato dos Médicos da Zona Sul, conforme refere a mesma revista no âmbito da Fename.

SPGL — O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, através de um comunicado com o título **«A Grande Afronta»**, protesta junto da opinião pública contra a atitude do Governo que pretende com o Orçamento do Estado para 1989 **«retirar direitos adquiridos aos professores do ensino primário habilitados com o curso especial».** A direcção do SPGL, através de Fernanda Duarte, que subscreve o comunicado de 27 do mês passado, afirma que o Executivo não prevê no Orçamento do Estado para 1989 as verbas necessárias à garantia daqueles direitos que constam da Lei 103/88. Esta última uniformiza os vencimentos dos professores do ensino primário, quer o seu curso seja especial quer geral.

CGTP-IN — *No prosseguimento ininterrupto dos seus contactos internacionais, a Central unitária recebeu recentemente a seu convite uma* ***delegação da Central dos Trabalhadores de Cuba*** *(CTC). Segundo um serviço de Imprensa do passado dia 15, os dirigentes sindicais cubanos, à frente dos quais se encontrava* ***Roberto Veiga****, contactariam «alguns órgãos de soberania». Roberto Veiga, além de secretário-geral da CTC, é* ***«simultaneamente membro do Conselho de Estado da República de Cuba e do bureau político do CC do PCC»****, refere o departamento de informação da CGTP-IN.*

Trabalhadores

TFPs do Sul e Açores na Confederação de Quadros

A direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores distribuiu pelos seus associados uma nota a convocar uma **assembleia geral extraordinária** onde, entre outros pontos da ordem de trabalhos, consta «a adesão do Sindicato (STFPSA) à Confederação Portuguesa de Quadros Técnicos e Científicos». A mesma assembleia, marcada para a semana de 14 a 18 do corrente, votará essa adesão, mas decidirá principalmente sobre **«as formas de luta a adoptar em apoio da proposta reivindicativa/89»** que na prática abrangerá, como se sabe, todos os sectores da Administração Central, Regional e Local que, em 28 de Outubro findo, se manifestaram em Lisboa em defesa do diálogo.

Como se trata de uma assembleia extraordinária com a duração de cinco dias, **«repartida por direcções-gerais e organismos equiparados»**, a direcção do STFPSA assinala que **nela terão «papel insubstituível» os delegados sindicais**

Entre outras considerações sobre a importância e a urgência desta luta, a direcção do STFPSA sublinha que só com 2,5 por cento de aumento intercalar se reporão «os salários ao nível de Janeiro de 1988».

Ao convocar a mesma **assembleia geral extraordinária** para o período de 14 a 18 do corrente, o STFPSA convoca também, mas **para hoje, dia 10**, a assembleia de delegados sindicais, através do presidente da respectiva mesa, Mário Campos.

Quinta-feira passada reunia-se entretanto em Lisboa o plenário dos sindicatos da **Frente Comum** da FP, que inclui três dezenas de associações sindicais unitárias de todos os sectores da Administração Pública.

ASSEMBL
DE DELE
SINDIC
CONVC

Cadilhe, segundo a CGTP: «Declarações caricatas e demagógicas»

Com o título «Cadilhe continua a prever mal», o departamento de informação da CGTP distribuiu com a data de 27 o seguinte comunicado:

«O ministro das Finanças, em entrevista concedida ao programa da RTP-2 «Conta Corrente», emitido na passada segunda-feira, voltou a fazer declarações caricatas e demagógicas, quando afirmou que a inflação no ano de 1989 baixaria para os 6 por cento.

«Trata-se de uma afirmação balofa que contraria os critérios de rigor e de seriedade que um qualquer governo deveria utilizar no cálculo de uma matéria de tão forte influência social.

«E desde logo se poderá dizer que o Orçamento do Estado para 1989 sofre de pecado original irreparável.

«A CGTP-IN reafirma que a inflação para 1989 se situará entre os 7,5 por cento e os 10,9 por cento, consoante se mantenha ou não a tendência de decréscimo dos últimos anos; convém, contudo, não esquecer que a inflação tem vindo a aumentar desde Maio deste ano.

«A CGTP-IN relembra a propósito o "rigor" das análises do ministro Cadilhe:

— para 1987 previu 8 por cento e a inflação foi de 10,2 por cento, com rendas de casa;

— para 1988 previu 6 por cento e a inflação nunca será inferior a 9,5 por cento, sem rendas de casa;

— para 1989 continua a prever os mesmos 6 por cento, mas a inflação nunca será inferior a 7,5 por cento, podendo mesmo atingir os 10,9 por cento, se os preços em 1989 tiverem variações mensais iguais às de 1988.

«A CGTP-IN reafirma que os valores da inflação que o ministro Cadilhe tem sucessivamente inventado se destinam exclusivamente a limitar o crescimento dos salários dos trabalhadores».

Carta alusiva ao ME e sindicatos

Francisco Carreira Madeira, morador em Vale de Estacas, Santarém, pede-nos a publicação de uma «notícia» que ele próprio intitula **«Trabalhadores auxiliares das Direcções Escolares marginalizados pelo ME.»** Lamentando não poder publicar o texto na íntegra, o «Avante!» tenta a seguir sintetizar a substância do relato que o nosso leitor e camarada nos remeteu.

O camarada Francisco Madeira é um trabalhador auxiliar dependente das direcções escolares e ele, como certamente muitos outros, não foi abrangido pelo Decreto-Lei 223/87, que fez subir de letra os trabalhadores auxiliares das escolas do ensino básico, bem como do preparatório e secundário.

O camarada Francisco lamenta a discriminação de que é vítima e especifica que existem nas direcções escolares **«trabalhadores auxiliares das escolas primárias a vencerem por letras superiores aos trabalhadores do quadro das direcções escolares»**.

O camarada escreve que essa discriminação é «vexante» e gera «muito descontentamento» naqueles organismos do Estado.

Aqui fica o protesto do nosso correspondente de Vale de Estacas, que dirigimos ao Ministério da Educação.

Aproveita-se no entanto esta oportunidade para lembrar ao camarada Francisco Carreira Madeira que os **sindicatos dos trabalhadores da Função Pública** têm conduzido e continuarão a conduzir diversas lutas que têm a ver precisamente com o assunto de que nos dá notícia.

Pelo seu lado, o «Avante!» tem dado repetido destaque a essas lutas, em que certamente o camarada tem participado e continuará a participar.

EPAC – Encontro hoje

Os trabalhadores da EPAC/SUL efectuam hoje o seu 3.º Encontro na cidade de Évora. A iniciativa convocada pelo sindicato do comércio CES-SUL prende-se de perto com «um regulamento interno de pré-reforma, que visa afastar da empresa trabalhadores com mais de 55 anos». O CES-SUL, que revelou publicamente o facto na passada sexta-feira, acrescenta que o conselho de gerência daquela empresa pública de abastecimento de cereais se limitou a publicar uma ordem de serviço sobre o assunto, sem ouvir os representantes eleitos pelos trabalhadores no âmbito da CT e sindicatos.

O CES-SUL acusa ainda a gestão da EPAC de não estar interessada em capacitar a empresa com estatutos que lhe permitam concorrer no «chamado mercado livre de cereais». Para isso e segundo o mesmo sindicato, os gestores daquela empresa pública baseiam-se «falsamente», sublinha o CES, «em normas jurídico-institucionais» impostas pela CEE.

O conselho de gerência da EPAC é ainda acusado pelo CES-SUL de evitar a revisão do acordo colectivo de trabalho.

MOVIMENTO COOPERATIVO E SOCIAL

CCD/CNP – O Centro de Cultura e Desporto do Centro (ex-Caixa) Nacional de Pensões, local de trabalho com sede em Entrecampos, Lisboa, elegeu recentemente a lista A para a mesa da assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal daquela organização pertencente ao movimento cooperativo.

A semelhança de muitas outras organizações existentes em empresas e organismos, incluindo naturalmente entidades privadas e sindicais o CCD/CNP promove e estimula uma série de iniciativas sociais que na prática o identificam com o movimento cooperativo em geral.

É de destacar no entanto que o CCD/CNP, implantado num local de trabalho com perto e 1300 trabalhadores, dificilmente encontrará paralelo na Administração Central, a que pertence no âmbito do Ministério do Emprego e Segurança Social.

De notar ainda o facto de, além das funções e actividades que o seu nome indica, o CCD/CNP dispor de uma cooperativa de consumo e de um refeitório para serviço do pessoal e familiares.

A lista A, única que se apresentou às eleições de quinta-feira passada, no que respeita propriamente à cooperativa, afirma o seguinte:

«Como é do conhecimento geral, com o aparecimento de hipermercados todo o comércio do ramo alimentar e derivados foi afectado negativamente. Esse facto é tanto mais grave quanto menor for o estabelecimento comercial e especialmente cooperativas como a nossa que naturalmente se encontram descapitalizadas. Por tudo isso, esse vai ser o sector sobre o qual iremos dedicar especial atenção. Pensamos que, numa primeira fase, deverá ser elaborado um estudo, com a ajuda de técnicos competentes, que nos permita avaliar da real situação e tomar posteriormente as decisões mais adequadas à prossecução dos objectivos que devem presidir a uma cooperativa».

O CCD/CNP, que pertence à Federação dos CCDs e à EUROS, cooperativa internacional, no programa com o qual foi eleita a direcção actual, ao destacar os seus vários campos de acção, sublinha além da cooperativa, as questões da gestão, cultura, tempos livre, serviços de saúde e **«relações com outros órgãos»**, incluindo a **comissão instaladora**, com a qual – lê-se no programa da lista A – «pensamos manter o diálogo vivo e franco, no sentido de se obter uma frutuosa conjugação de esforços de interesse mútuo para uma melhoria efectiva dos serviços que nos propomos prestar a todos os sócios».

Ainda no capítulo **«relações com outros órgãos»**, os candidatos eleitos para a gestão do CCD/CNP acrescentam que o seu relacionamento se pautará pela «total abertura e colaboração, desde que sejam respeitadas as competências específicas de cada órgão», isto é da **comissão de trabalhadores** (CT – uma das poucas existentes no sector) e da **comissão sindical**.

A candidatura eleita, que considera uma das suas «primordiais preocupações» a **«ocupações dos tempos livres dos filhos»** dos associados, é composta pelos seguintes TFPs: **Mesa da Assembleia Geral** – Maria Esmeraldina Leitão Ramos (presidente), Maria Elvira Tavares (1.º secretário), Mário Machaqueiro (2.º secretário, José Eduardo Marques (1.º suplente), Dulce Silva Dores (2.ª suplente); **Direcção** – Henrique Fonseca (presidente), Fernanda de Castro (secretário), Isabel Lopes (tesoureiro), Cândido Campos (vogal cultural), Francisco Chaves (vogal desportivo), Armando Velhinho (suplente), José Milho (suplente); **Conselho Fiscal** – Teresa Sobrinho (presidente), Teresa Lopes (vogal), Manuel Lopes (relator), Teresa Monteiro (suplente).

Assinale-se por último que esta candidatura é amplamente unitária, tanto a nível partidário como sindical. A qualificação de «unitária» deve neste caso ser entendida no sentido estrito da defesa dos interesses comuns a todos os trabalhadores.

PCP

Pela primeira vez um diagnóstico profundo do distrito de Évora

Porque **o PCP pensa o futuro** e porque há a alternativa de **desenvolvimento económico e social** para o distrito, os comunistas de Évora realizaram no passado dia 1 de Novembro, no Palácio de D. Manuel, na cidade do Templo de Diana, uma jornada de reflexão e debate que reuniram cerca de 300 participantes, entre militantes do Partido e convidados.

Temas relacionados com a agricultura, indústria, Poder Local, regionalização e ordenamento do território, juventude, ensino, saúde, cultura, desporto, turismo, património e ambiente, entre outros, estiveram no centro de numerosas intervenções.

Na abertura e no encerramento, a iniciativa — inédita neste distrito — funcionou em sessões plenárias. Pelo meio teve lugar o interessante debate em secções temáticas. Tanto num caso como no outro, a análise dos problemas esteve sempre em íntima ligação com a apresentação de ideias positivas e de propostas sérias. Tudo isto só ao alcance de quem conhece a fundo a realidade deste distrito alentejano, que, à semelhança do que se passa com outras zonas do País, uma política teimosa e contrária aos interesses nacionais e regionais insiste em condenar ao despovoamento, à desertificação económica e social, à quebra de condições de vida para os trabalhadores e a população em geral.

Num conjunto valioso de intervenções, muitas delas com alto grau de especialização, permitam-nos a referência às que foram proferidas por **João Saraiva**, presidente da CM de Mora, sobre os objectivos das Jornadas (plenário de abertura, presidido por Rogério Arraiolos); por **Lino de Carvalho**, deputado do PCP, sobre o balanço e as conclusões da iniciativa; e por **Dinis Miranda**, membro da Comissão Política do Partido, a quem coube a intervenção de encerramento. As intervenções de Lino de Carvalho e de Dinis Miranda ocorreram no plenário final, presidido por Manuel Vicente.

Para além dos camaradas já mencionados, constituíram a Mesa das duas sessões plenárias Eulália Miranda, António Mendes, Jorge Rebeca, Abílio Fernandes, Mário Silva, Jerónimo Mendes, Barroso, Gavela, Maria do Céu e José Figueira.

Estas jornadas de reflexão e debate contaram com um documento-base que podemos dividir em três partes distintas: uma em que se caracteriza a realidade demográfica, social, económica e cultural do distrito; outra em que se chama a atenção para a necessidade da Regionalização e de um Poder Local democrático, forte e prestigiado como factores essenciais do desenvolvimento económico e social do distrito; e finalmente uma outra parte onde se apresentam as linhas estratégicas de desenvolvimento e se confirma a necessidade dum Plano Integrado para o distrito.

***Évora**, um distrito com futuro. Para isso, há que concretizar a regionalização e um Plano de Desenvolvimento Integrado*

Sector primário e turismo

— uma estratégia de desenvolvimento integrado passa por ali

«Partindo das realidades concretas do distrito, dos seus recursos naturais e humanos, tendo em conta a sua integração numa zona mais vasta, o Alentejo, e a articulação do seu desenvolvimento com o desenvolvimento nacional, conhecendo o novo quadro decorrente da adesão à CEE, as Jornadas concluíram que uma estratégia de desenvolvimento integrado para o distrito deve assentar basicamente no **sector primário** (agricultura e recursos do subsolo) e no **turismo**», afirmaria o deputado comunista **Lino de Carvalho** a dado momento da intervenção dedicada ao balanço das Jornadas, no plenário de encerramento. Desenvolvendo os aspectos com que abrimos este apontamento, Lino de Carvalho declarou:

Quanto à agricultura aponta-se o aumento das produtividades e da produção agrícola a partir de uma política de ordenamento cultural, de uma escolha de produções adequadas à capacidade de uso dos solos, onde exista já experiência acumulada, que tendo em conta a estrutura da população activa utilize e rentabilize as forças de trabalho, contribua para a redução do défice agro-alimentar, tenham condições de escoamento e garantia de mercado e outras produções em que possamos dispor de vantagens comparativas.

Um programa de racionalização, intensificação e melhoramento da produção cerealífera, nos limites ecologicamente admissíveis; de intensificação da produção pecuária com base em produção forrageira própria, sobretudo de ovinos e bovinos de carne; a intensificação e diversificação das culturas de Primavera, as oleaginosas e as leguminosas para grão, o tomate, o arroz, o milho híbrido, o tabaco, a beterraba sacarina, a soja; as culturas hortícolas, frutícolas e horto-industriais; a olivicultura e vinicultura; o ordenamento e aumento da produtividade da produção florestal privilegiando a floresta de uso múltiplo; o aproveitamento dos recursos hídricos com o Plano de Rega do Alentejo e o Alqueva foram as linhas concretas preconizadas pelas jornadas.

Quanto ao aproveitamento dos recursos hídricos disponíveis apontou-se que o Plano de Rega do Alentejo com base em Alqueva deve vir a assumir a forma de PNIC — Plano Nacional de Interesse Comunitário o que permitirá criar melhores condições para o seu financiamento.

Mas sendo a estrutura fundiária o núcleo central do êxito para qualquer política de desenvolvimento da agricultura, as Jornadas apontaram como solução neste campo uma estrutura produtiva mista, constituída pelas unidades colectivas de produção/cooperativas agrícolas da Reforma Agrária; explorações familiares e outras empresas agrícolas não latinfundistas que aproveitem os recursos e criem emprego.

Quanto ao aproveitamento dos recursos dos subsolos, as jornadas apontaram algumas necessidades: modernização das pedreiras com melhoria dos métodos de extracção; desenvolvimento de projectos de aproveitamento dos subprodutos; melhoria das infra-estruturas de apoio (rede viária e de energia); maiores condições de segurança dos trabalhadores; maior promoção junto dos grandes centros consumidores internacionais e, sobretudo, a implantação de indústrias que transformem a matéria-prima junto dos locais de extracção.

No **Turismo** as Jornadas indicaram a necessidade de elaboração de um Plano de Desenvolvimento Turístico que contemple o incremento do parque hoteleiro; do turismo de habitação e em espaço rural; instalação de parques de campismo; criação de circuitos turísticos distritais; fomento de visitas e deslocações de pequena duração; o estudo das potencialidades da caça; a divulgação dos produtos turísticos e, em particular, da riqueza gastronómica e do artesanato; a realização de iniciativas e acontecimentos culturais, científicos e desportivos; a criação de uma Escola de Formação Turística. Apontou-se a necessidade de revisão do Plano Nacional de Turismo com a participação das autarquias e a criação, rápida, da Comissão Regional de Turismo.

O distrito tem enormes potencialidades acrescidas agora com a classificação do Centro Histórico de Évora como património mundial, que podem em curto prazo transformar o turismo como uma das mais importantes componentes do desenvolvimento.

A partir da definição do sector primário e do Turismo como eixos nucleares de uma estratégia de desenvolvimento para o distrito as Jornadas apontaram — na perspectiva de um desenvolvimento integrado — uma indústria transformadora que privilegiasse — sem se esgotar aí — os ramos agro-alimentar e florestal e dos recursos do subsolo; um sistema viário adequado aos objectivos enunciados para o que se propõe a definição de uma política integrada de transportes e um conceito de transporte como um serviço público integrado numa perspectiva de desenvolvimento regional — a política da CP, com o encerramento de ramais e a redução de horários é, exactamente, a antítese disto —, a revisão do Plano Rodoviário Nacional, tendo sido proposta uma alternativa concreta de treze eixos de atravessamento; a preservação, conservação e melhoramento da rede ferroviária; a recuperação e ampliação do Aeródromo de Évora.

Por outro lado, as Jornadas concluíram que a cidade de Évora deve evoluir no sentido de reforçar a sua posição como pólo privilegiado da área de Serviços e da Administração Pública (...)

***O PCP pensa o futuro** — mais do que um lema, uma certeza bem presente nas Jornadas de reflexão e debate promovidas pela Comissão Distrital de Évora do PCP*

É necessário um Plano Integrado

Toda a estratéga proposta deverá ser equacionada num quadro de desenvolvimento regional e de potencialização e aproveitamento integrado dos recursos endógenos do distrito.

Ora não é isso que tem vindo a suceder. As medidas avulso promovidas pelo Governo e pela Comissão de Coordenação da Região Alentejo não passam de planos sectoriais e parcelares, muitas das vezes sobrepondo-se uns aos outros, sem uma perspectiva de planeamento global e integrado, visando objectivos políticos e a satisfação de clientelas e grandes interesses privados.

Retalhar o Alentejo, esvaziar o distrito de Évora, dividir o Poder Local democrático e limitar as suas possibilidades de intervenção global, estimular regionalismos e bairrismos através do acenar de propostas e promessas ilusórias, criar factos consumados que condicionem a futura regionalização são objectivos que ressaltam claramente da acção do Governo e da CCRA (como a denominada acção integrada para a zona dos mármores o demonstra).

Sendo necessários e úteis planos ou acções de desenvolvimento sectoriais estas devem, contudo, ser coerentes e integradas no quadro de um planeamento descentralizado e global para o que se torna necessário a instituição das regiões administrativas.

Contudo, na ausência de definição de quais as futuras regiões administrativas do País e sem prejuízo de um necessário Plano Integrado de Desenvolvimento Regional aponta-se como urgente a elaboração de um **Plano Integrado de Desenvolvimento para o Distrito de Évora (PIDDÉVORA)** e transformar-se numa **Operação Integrada de Desenvolvimento** (OID).

Na elaboração do PIDDÉVORA, para o arranque e dinamização do qual a Associação de Municípios está numa posição privilegiada, deverão participar as populações, as autarquias locais e os principais agentes económicas, sociais e culturais do distrito em estreita articulação com a Administração Central por forma a compatibilizar o Plano de Desenvolvimento para o distrito (ou um eventual futuro Plano Integrado de Desenvolvimento do Alentejo) com as políticas de desenvolvimento nacionais.

(Do documento-base das Jornadas)

PCP

Encontro Nacional do PCP

Tiro certeiro em defesa da caça

***Bernardina Sebastião**, suplente da Comissão Política do CC do PCP, dirigiu os trabalhos do encontro nacional do Partido sobre a caça, que contou com a participação de 60 pessoas de uma dezena de distritos*

Após o adiamento da data de abertura da caça e as reacções que se lhe seguiram, ficou mais evidente o objectivo do Governo para a actividade cinegética, já patente na lei da Caça de 1986: tal como noutras áreas, a política que o PSD aqui pretende impor visa fazer da caça um negócio de uma elite de endinheirados.

Pretendendo dinamizar uma discussão ampla, alargada e participada sobre a situação actual e a necessária política de caça, o PCP promoveu no passado sábado um **encontro nacional sobre a caça**. Na Voz do Operário, em Lisboa, cerca de 60 pessoas participaram num debate muito vivo que apontou responsabilidades na actual situação, definiu princípios da política de caça que se propõe e apontou algumas acções imediatas que é possível levar a cabo em defesa dos interesses da caça, dos caçadores, dos agricultores e do meio ambiente.

Embora se tratasse de uma iniciativa do PCP, foram convidadas outras organizações ligadas de uma ou de outra forma ao tema em discussão. Assim, entre os 60 participantes vindos de uma dezena de distritos, estavam representantes de 16 associações de caçadores, 2 associações de agricultores, 15 autarquias, da Confederação dos Caçadores Portugueses, da associação «Amigos da Terra» e da Liga de Defesa dos Direitos do Animal.

O ponto de partida

Um grupo de trabalho — de que faziam parte Bernardina Sebastião (suplente da Comissão Política do CC do PCP), Vidigal Amaro (deputado à AR), Andrés Espenica, José Amante (presidente da CM de Ponte de Sor), Lúcio do Rosário e Feliciano Mira, camaradas que constituíram a Mesa do encontro — elaborou um projecto que serviu de ponto de partida para a discussão e onde se apontavam algumas ideias fundamentais.

O projecto — intitulado «Caça: que política global, que regime jurídico?» — começava por tecer algumas considerações gerais sobre «tudo o que se tem dito e escrito sobre a caça nos últimos anos», concluindo que **«existe de facto uma enorme campanha promovida por interesses económicos que nada têm a ver com os caçadores».**

Como objectivos dessa campanha o documento preparatório do encontro nacional do PCP sobre a caça apontava:

a) restabelecer privilégios;

b) proporcionar a oportunidade de lucros chorudos a uns quantos;

c) fazer diminuir, de facto, o número de caçadores, para que haja menos pressões e se alarguem as oportunidades de negócios.

Constata-se ainda que «esta campanha tem tido, desde há vários anos (quase 14), o patrocínio e o apoio dos serviços oficiais, que nunca encararam esta actividade noutra perspectiva».

Dez princípios

«Para a definição de uma política global da caça e das consequentes medidas de protecção, fomento, valorização e aproveitamento, haverá primeiro que definir alguns princípios de base, tão claros e precisos quanto possível» — afirma-se no projecto, e de seguida avança-se, «para discussão», um conjunto de dez princípios:

a) a política de caça deverá ter em conta a realidade histórica, social e cultural do País;

b) a fauna cinegética é um recurso natural cuja utilização deve ser predominantemente recreativa e lúdica;

c) o Estado deve garantir que podem ter acesso a esta actividade todos os indivíduos que a possam exercer sem risco para si próprios ou para outros;

d) a caça não pode ser mais uma forma de discriminação ou fonte de privilégios para quem já é privilegiado do ponto de vista socioeconómico, nomeadamente não poderá ser motivo ou meio para reconstituir o latifúndio;

e) compete ao Estado promover as condições gerais que garantam a protecção, fomento, valorização e aproveitamento dos recursos cinegéticos;

***Os desmandos** de que a caça tem sido vítima foram severamente criticados no encontro de dia 5 na Voz do Operário; e não só os de alguns caçadores menos dignos, como das próprias autoridades responsáveis por fazer cumprir as leis e por defender e fomentar os recursos cinegéticos. Por exemplo, Miguel Jacinto, da Associação de Caçadores de Pinhal Novo, falou do que neste campo se passa na Vidigueira: a guarda só é assegurada durante oito horas por dia e durante o dia, pois as verbas concedidas não dão para mais; assim, «mal chega o jipe, lá vão os carrinhos dos infractores, que não são caçadores». Disse ainda que ele próprio viu herdades onde foram envenenados coelhos e que escreveu sobre isso ao Ministério da Agricultura, mas até agora não teve resposta; a carta foi enviada há 3 anos*

f) o aproveitamento económico dos recursos cinegéticos deve ser integrado numa perspectiva de desenvolvimento regional e subordinar-se à oferta de oportunidades de fruição da actividade cinegética por todos os caçadores nacionais;

g) o ordenamento e gestão dos recursos cinegéticos são inseparáveis do ordenamento e gestão do seu *habitat*. É pois indispensável criar as condições para que os responsáveis por este último colaborem naquelas actividades;

h) os caçadores e suas organizações devem ter um papel decisivo no ordenamento e administração da caça;

i) não é possível obter caça em quantidade e qualidade satisfatórias para os caçadores existentes sem que correctas medidas de ordenamento e gestão se estendam à generalidade do território cinegético nacional;

j) a necessidade de a gestão da caça ter em conta a sua diversidade regional, reforça a necessidade de instituir as regiões, as quais deverão assumir grande parte das competências do Estado nesta matéria.

A discussão comprovou a justeza destes princípios e sublinhou a importância do reforço do movimento associativo dos caçadores e da sua intervenção.

Zonas de caça associativas

Uma boa parte da discussão centrou-se no actual quadro legal da caça: a lei 30/86 e o decreto-lei 274-A/88. «A lei opta por valorizar claramente o aproveitamento económico da caça em detrimento da sua utilização como recurso recreativo e lúdico» — afirmava-se já no documento preparatório.

Mas — como também nesse projecto se referia e a discussão na Voz do Operário veio a comprovar — «a questão mais importante e mais polémica é contudo a que se refere aos regimes cinegéticos», e particularmente às chamadas zonas de caça associativas.

Vejamos de que se trata.

A lei da caça prevê que até metade da área de cada região cinegética possa ser sujeita a regime cinegético especial, o que pode ser feito através da criação de zonas de caça de quatro tipos: zonas nacionais, sociais, associativas e turísticas.

Não se contesta, no fundamental, o previsto em relação às zonas nacionais e turísticas; o mesmo não se passa com as restantes.

«As zonas de caça associativas previstas na actual lei — diz-se no documento preparatório do encontro de sábado — **são uma burla, já que colocam em pé de igualdade as associações de caçadores representativas e sociedades comerciais de residentes ou não residentes na área em causa».**

Ou seja, com isto o Governo abre uma porta para que possam ser criados coutos privados, embora com o nome de zonas de caça associativas, onde só poderá caçar quem aceite e cumpra as condições estipuladas (muito concretamente, o pagamento de elevadas jóias de inscrição e quotas) por uma «associação» que nenhum mecanismo legal garante que seja representativa dos caçadores.

«Na prática, alguns indivíduos podem associar-se e criar um couto privado, sob o estatuto de Zona de Caça Associativa, beneficiando mesmo de isenção de taxas até 1995» — afirma-se no projecto apresentado ao encontro. E logo aí se sublinha que **«não são decerto estas zonas de caça associativas que interessam à maioria dos caçadores nacionais».**

Quanto às zonas de caça sociais, elas, «no contexto do actual regime legal, mais não são do que um paliativo para que os caçadores aceitem tudo o resto», pelo que deveriam «pura e simplesmente ser eliminadas».

Mudar a lei

Uma das conclusões do encontro foi a necessidade de lutar pela alteração da lei da caça.

Foram especialmente referidas as disposições que determinam o âmbito geográfico das associações de caçadores e a forma de estas se organizarem em federações e confederações; tais normas «devem ser pura e simplesmente revogadas, dada a sua inconstitucionalidade».

Os comunistas defendem ainda que as organizações de caçadores deverão assumir «progressivamente, à medida que consolidarem, maiores responsabilidades em matéria de caça»; aponta-se, entre outras, a gestão e ordenamento cinegéticos, a formação e informação dos caçadores, a passagem das *cartas de caçador*, a conservação da natureza e da fauna selvagem, a gestão e fiscalização de zonas de caça, uma maior representação nos conselhos cinegéticos e no Conselho Nacional da Caça.

Os conselhos cinegéticos deverão manter-se, mas têm que ser bem definidas as suas competências e poderes e devem ser criadas condições materiais para o seu funcionamento.

Quanto às áreas protegidas, criadas ao abrigo do DL 613/76, o regime de caça «deverá ser objecto de maior especificação em função do grau de protecção» e o seu carácter especial «não deverá constituir motivo para que não se definam os critérios a que deverão obedecer eventuais medidas de excepção».

Entretanto, e como foi salientado no final do encontro, ao mesmo tempo que se desenvolve a luta pela alteração da lei, deve-se aproveitar alguns aspectos positivos, com formas de actuação imediata que beneficiem os caçadores e a actividade cinegética.

O documento preparatório do encontro sublinhava que essas acções — envolvendo o movimento associativo dos caçadores, instituições como a AR e os conselhos cinegéticos, autarquias, UCPs/Cooperativas e mesmo comissões de compartes — devem ser desenvolvidas «com bastante rapidez».

Para já, o grupo de trabalho que preparou o encontro vai trabalhar as suas conclusões. Foi mesmo proposto que no dia 27 de Novembro, data da abertura (adiada) da caça, se faça uma distribuição aos caçadores de um documento com as conclusões principais desta iniciativa do PCP.

Vai-se trabalhar para alargar o debate, sobretudo no movimento associativo dos caçadores, e procurando a participação de todos os interessados.

Os convidados tiveram uma participação activa no encontro.

Mário Pedro Gonçalves, da Confederação de Caçadores Portugueses, disse que «estamos aqui e estaremos onde quer que esteja a caça», realçando de seguida que, pelo trabalho que tem desenvolvido em defesa dos caçadores, «o PCP merece» tal participação; constatando que «obviamente há divergências» — que depois referiu pormenorizadamente — manifestou a sua disposição e da CCP para o diálogo.

Maria do Céu Sampaio representou no encontro a Liga Portuguesa dos Direitos do Animal e a sua intervenção foi a primeira a receber os aplausos dos participantes. Denunciou «alguns caçadores» por caçarem fora de época e, sobretudo, por abandonarem os cães quando a caça acaba; acusou o Ministério da Agricultura de não ter zelado pelos animais; considerou inconcebível o tiro aos pombos, com inscrições a 150 contos e sem as aves terem qualquer hipótese de escapar.

Interveio ainda **Miguel Jovim** da associação «Amigos da Terra».

***Entre os participantes** no encontro nacional do PCP sobre a caça estiveram representantes de 15 autarquias, nomeadamente os presidentes das câmaras municipais de Évora (foto), Montemor-o-Novo e Ponte de Sor*

PCP

Madeira

Executivo da DORAM do PCP reflecte sobre as eleições de 9 de Outubro

Na última edição do «Avante!» os comunistas da Região Autónoma dos Açores tomaram a palavra e aqui deixaram uma reflexão desenvolvida sobre os resultados eleitorais de 9 de Outubro e o seu enquadramento na vida política e social daquele arquipélago. Hoje é a vez da Madeira. Recentemente, elementos da DORAM do PCP encontraram-se com os jornalistas no Centro de Trabalho do Funchal, para abordagem das questões relacionadas com o acto eleitoral de 9 de Outubro. Participaram na conferência de Imprensa os camaradas **António Casmarrinha**, responsável da DORAM, membro do CC, e **Rui Nepomuceno**, **José Luís Gonçalves** e **Filomena Ornelas**, membros da Direcção do Partido na Madeira. Vejamos alguns dos aspectos essenciais apresentados nesse encontro com a Comunicação Social.

Os resultados das últimas eleições demonstraram um aumento do descontentamento popular face à política do PSD que em nove dos onze concelhos da Região perdeu 3908 votos, cerca de 5% do seu eleitorado.

O aumento do descontentamento face à política do PSD também se traduziu claramente no aumento da abstenção que ultrapassou os 60 000 eleitores bem como no aumento da votação e dos deputados das forças da oposição.

Mas, os resultados mostram também que apesar da sua primeira quebra eleitoral em eleições regionais, o PSD continua a manter uma maioria esmagadora de votos e de deputados, o que é claramente demonstrativo de que não existe, na Madeira, qualquer alternativa sem que se encontre uma convergência de democratas e de forças democráticas, confirmando a análise que o PCP fizera na sua II Assembleia.

As recentes eleições constituíram uma derrota da CDU-Madeira e da Organização Regional do PCP.

O Executivo da DORAM, embora considerando correcta a orientação defenida na II Assembleia, que concluiu pela necessidade de lutar pela unidade e convergência dos democratas e forças democráticas, considera que **errou na forma como aplicou esta orientação em relação à batalha eleitoral.**

Com efeito, o Executivo da DORAM concluiu ter errado ao definir como questão essencial do trabalho eleitoral a luta pela convergência, como se esse objectivo fosse concretizável de imediato.

Erro táctico

Esta aposta total na proposta de convergência democrática influenciou, decisivamente, a feitura das listas, a elaboração do programa eleitoral, o acento quase exclusivo à apresentação de propostas pela positiva, o discurso empregue pelos candidatos, os tempos de antena, o conteúdo dos documentos e, em geral, todo o trabalho da campanha.

Este erro táctico tornou a campanha, sobretudo os tempos de antena, pouco atractiva e levou à subestimação da grande necessidade e desejo da população em ver denunciados os seus problemas e necessidades.

Este erro beneficiou claramente as forças políticas que, sabendo não o ser, procuraram apresentar-se como alternativa ao PPD/PSD.

Estas causas imediatas foram agravadas por atrasos e deficiências em materiais e meios técnicos, por comportamentos discriminatórios e atitudes antidemocráticas por parte do PSD, como foi o caso da ordem de transferência do candidato do Curral das Freiras e as inúmeras ilegalidades de que a Comissão Nacional das Eleições se ocupou.

O Executivo da DORAM manifesta o seu repúdio pela campanha desenvolvida nalguns meios que visa responsabilizar individualmente este ou aquele amigo ou camarada pelos maus resultados eleitorais.

Tal campanha, que já vinha de trás, tem como nítido objectivo lançar a divisão no interior do Partido e prejudicar o trabalho unitário, que agora foi iniciado.

Abrir um amplo debate

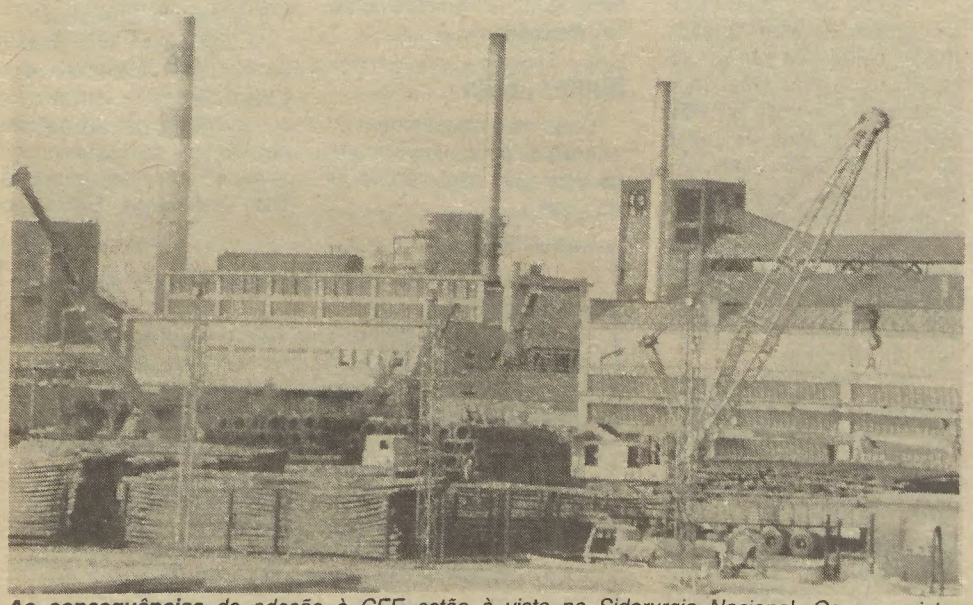
Perante esta situação, o Executivo da DORAM decidiu abrir um amplo debate colectivo sobre as causas do fracasso eleitoral da CDU e sobre as medidas a tomar para o reforço da organização do Partido na Região, condição indispensável para alargar a sua influência.

O Executivo da DORAM decidiu, também, prosseguir e desenvolver o trabalho unitário no quadro da CDU-Madeira e os contactos com outros sectores da área democrática com vista a viabilizar uma alternativa ao domínio do PSD.

O PCP, apesar das limitações resultantes do último acto eleitoral, continuará a intervir activamente no quadro institucional, nomeadamente a nível parlamentar, utilizando todos os direitos que lhe competem, não abdicando da sua posição e responsabilidades como grande partido nacional e procurando traduzir essa importância num reforço da defesa dos interesses da população da Madeira e Porto Santo.

***Os graves problemas** sociais da Região vão continuar*

***Porto Santo,** um exemplo de «dupla insularidade», que a política de João Jardim continua a acentuar. A falta de água em condições para consumo dos cerca de 4 mil habitantes é um exemplo dos múltiplos problemas que continuam a afligir a população, «condenada» à água salgada. Na foto, equipamento de dessalinização na praia*



***As consequências** da adesão à CEE estão à vista na Siderurgia Nacional. Os comunistas estão atentos e alertam os trabalhadores e a opinião pública*

5.ª Assembleia (ext.) da célula da SN/Seixal

Em edição anterior do Avante! já avançámos algumas das questões fundamentais que marcam o debate preparatório da 5.ª Assembleia (extraordinária) da célula do PCP na Siderurgia Nacional-EP, fábrica do Seixal, marcada para o próximo sábado, na Torre da Marinha.

Actualizar a compreensão e as respostas colectivas face à incidência da política de direita e face às imposições da CEE na Siderurgia é o objectivo primeiro desta Assembleia, que se assume também como espaço de preparação do XII Congresso do Partido. Os delegados desta célula serão eleitos na Assembleia.

«A SN porque lutamos» é o título base do projecto de documento, entretanto valorizado e desenvolvido pelos contributos dos membros do Partido. Todos os trabalhadores comunistas, organizados na célula, são participantes na Assembleia, que, portanto, não terá delegados eleitos.

Depois de uma nota introdutória, o documento «a SN porque lutamos», dedica o primeiro capítulo a uma interessante referência histórica: a empresa antes e depois da nacionalização; mais adiante destaca a luta dos trabalhadores em defesa da SN-EP. «A integração de Portugal na CEE e as suas consequências na indústria siderúrgica portuguesa», «Portugal precisa da Siderurgia nacionalizada/a SN-EP deve contribuir para o desenvolvimento da nossa economia e bem-estar do povo português», a ofensiva contra a empresa e os direitos dos trabalhadores e, finalmente, a SN porque lutam os comunistas são temas abordados no documento, que alerta para a tentativa de despedimento de cerca de 2000 trabalhadores na empresa, fruto da política de estrangulamento da capacidade produtora da siderurgia portuguesa, preconizada pela CEE.

SETÚBAL

2.ª Assembleia Regional no próximo ano

No âmbito das suas actividades, do seu trabalho político e das suas pesadas responsabilidades na vida do distrito, os comunistas de Setúbal, ao mesmo tempo que preparam o XII Congresso do Partido, têm já no horizonte a segunda Assembleia da sua Organização Regional (ORS) que decorrerá no próximo ano de 1989.

Na reunião de 21 de Outubro, em Almada, a Direcção Regional de Setúbal (DORS) do Partido decidiu, segundo um telex divulgado pela sua SIP, «iniciar acções tendentes a programar a realização da II Assembleia da ORS para o próximo ano, com os seguintes principais objectivos:

- Caracterizar o desenvolvimento político, económico, social e cultural do distrito nos últimos anos;
- Preparar e mobilizar a organização distrital do Partido para as lutas eleitorais do ano 1989;
- Aprofundar as perspectivas e as propostas do Partido para o desenvolvimento regional;
- Fazer o balanço da actividade do Partido e perspectivar o trabalho para os próximos anos, elegendo a DORS.

***Na capital do Sado**, vai crescendo uma obra de significado muito especial para os comunistas e democratas da região setubalense: o novo Centro de Trabalho da DORS do PCP*

Nacional

Florestas portuguesas: a gula das multinacionais

• Comentário da Distrital de Coimbra do PCP

Se a defesa das nossas florestas é necessária e urgente, não é, no entanto, justo nem do interesse nacional nem dos produtores florestais, que pretensas medidas de ordenamento da floresta ou de combate aos fogos, sejam associadas aos interesses das multinacionais, produtoras de pasta de papel e à expansão indiscriminada do eucalipto. As palavras com que abrimos este breve apontamento são do Secretariado da Comissão Distrital de Coimbra do PCP e surgem num *telex* recentemente divulgado por aquele organismo a propósito duma visita feita à Lousã por membros do Governo, autarcas e altos funcionários.

«Os agricultores já sabiam que este ano houve menos fogos florestais, principalmente aqueles a quem as chuvas do Verão destruíram as culturas, em particular os produtores de vinho que tiveram prejuízos de 70 e 80 por cento.

«Os agricultores podiam ter a ilusão que vinham à Lousã 3 ministros, 3 governadores civis, mais de 20 presidentes de Câmaras e uns quantos altos funcionários para tomarem contacto com a realidade dos nossos campos, para discutir e tomar medidas para, no plano imediato, minimizar os prejuízos causados pelas chuvas e para tornar menos dura a vida dos agricultores que têm visto os seus rendimentos baixar.»

Mas a realidade é bem diferente:

«O que o governo disse pela boca dos seus ministros na reunião publicitária que promoveu na Lousã é que, afinal, neste Verão não houve chuvas, que a humidade dos solos era baixa, que os matos estavam secos...

«Valendo-se dum Verão excepcionalmente chuvoso que, se, por um lado, causou avultados prejuízos que o Governo nem sequer quer contabilizar, por outro lado teve o mérito de poupar as nossas florestas à fúria dos fogos que as têm desvastado nos últimos anos, o ministro Valente de Oliveira vem chamar ao Governo Cavaco o mérito de ter havido menos fogos, ou fingido ignorar que as florestas que arderam nos últimos anos não podiam voltar a arder porque em grande parte as serras ficaram desertas por não terem sido reflorestadas.»

As exigências do Banco Mundial

Acrescenta o Secretariado da Comissão Distrital do PCP:

«Se algumas medidas começaram a ser tomadas e outras anunciadas, isso não é, no fundamental, para servir os interesses dos produtores florestais, na sua maioria pequenos ou médios.

«O que começa a ser feito é em primeiro lugar para responder às exigências do Banco Mundial e aos interesses das multinacionais que, através da intervenção pouco clara da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e da associação das empresas produtoras de pasta de papel, investiram em 1987 210 mil contos e em 1988 250 mil contos, enquanto o Governo apenas investiu 175 mil contos...

«Se é necessário defender a nossa floresta — continua o *telex* —, não deixa de ser uma estranha coincidência que depois de quase nada ser investido na floresta, agora que aumenta o interesse das multinacionais para fazer de Portugal um imenso eucaliptal, o Governo Cavaco reserve para o OGE de 1989 quase 50 por cento do PEDAP para o plano de acção florestal.»

A Comissão Distrital de Coimbra do PCP denuncia a propaganda barata que o Governo Cavaco faz de si próprio à custa dos prejuízos e de uma vida de miséria dos agricultores e produtores florestais.

Os comunistas consideram que em vez de favorecer a expansão indiscriminada do eucalipto e outras espécies do interesse das multinacionais produtoras da pasta de papel, qualquer medida sobre a floresta deve ter em conta a realidade das nossas serras e o interesse dos agricultores e populações serranas.

A Distrital do PCP considera ainda necessária a implantação da floresta de uso múltiplo que permita a fixação das populações, o fomento da agricultura de montanha e a pastorícia, a recuperação da floresta com espécies tradicionais, o apoio técnico e económico aos produtores, a fixação do preço e garantia de escoamento do material lenhoso e dos salvados, e o fim das tentativas de roubo dos baldios aos povos e o respeito e cumprimento da lei.

Fábrica do Ferro Retomada a laboração

A vida mostra e confirma: vale a pena lutar. Que o digam também os trabalhadores da Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe, a fábrica do ferro. Após um período de paralisia, a empresa retomou a laboração no fim da passada semana. Houve negociações com a administração e o grupo principal de accionistas comprometeu-se a garantir o pagamento dos salários no fim deste mês de Novembro. A normalização da laboração é outro aspecto fundamental das negociações, que, entretanto, prosseguem para estabelecer o modo de pagamento dos salários em atraso.

Mais um Centro do PCP na cidade do Porto

A Comissão de Freguesia de Lordelo do Ouro do Partido Comunista Português decidiu comprar um edifício, ao Largo de Lordelo, para Centro de Trabalho do PCP na freguesia, tendo sido já assinado no notário o respectivo contrato-promessa.

O novo Centro de Trabalho, aspiração de há vários anos não só dos comunistas como de muitos democratas e trabalhadores da freguesia, estará em funcionamento já no início do próximo ano, após a realização de pequenas obras de adaptação e constituirá uma importante contribuição para o reforço da organização e da intervenção do PCP na freguesia de Lordelo do Ouro.

Foi com alegria e confiança no futuro que, em vésperas do XII Congresso do PCP, a Comissão de Freguesia de Lordelo decidiu avançar para a compra do novo centro, certa de que a organização do PCP da freguesia, os comunistas que aí residem, os trabalhadores e a população em geral contribuirão dentro das suas possibilidades para a concretização deste objectivo – a existência duma casa sempre aberta a toda a população, para o convívio, a luta e o trabalho, por uma vida melhor, pela conservação do património histórico, cultural e natural da freguesia, pelo desenvolvimento e progresso de Lordelo.

A Comissão de Freguesia lançou já uma campanha de fundos de 3500 contos e está certa que um trabalho intenso e entusiástico alcançará este objectivo.

Camaradas Falecidos

Luís Gomes Silva

Vítima de doença súbita, faleceu no passado dia 30 de Outubro, com 78 anos de idade, o prestigiado militante **Luís Gomes da Silva**.

Natural de Coruche e radicado em Tomar desde o início dos anos 40 aí exerceu a sua actividade como médico da qual há pouco se tinha reformado.

Activista político e ligado ao PCP desde 1944, foi perseguido, mantendo sempre uma inabalável confiança no seu partido, pondo sempre os seus préstimos ao serviço, incluindo a casa de apoio aos camaradas clandestinos, entre os quais Soeiro Pereira Gomes, e o tratamento e recolha de muitos camaradas doentes.

Possuidor de forte personalidade, foi, como médico, uma pessoa muito dedicada, particularmente às camadas mais humildes a quem frequentemente não cobrava consulta.

A sua morte foi profundamente sentida tanto pelos militantes comunistas e outros democratas como por toda a população do concelho.

Domingos Jorge Ferreira

Natural de Lisboa (freguesia de Santa Isabel), militante do Partido desde muito jovem, faleceu o nosso camarada **Domingos Jorge Ferreira**, de 71 anos. Pertenceu ao organismo de direcção da 3.ª zona de Lisboa. Doente nos últimos seis anos de vida, Domingos Jorge Ferreira estava organizado no Bairro da Liberdade, Campolide. Empregado do comércio reformado, o militante comunista foi preso várias vezes pela polícia do fascismo.

Alberto Alonso Gonçalves

Membro do Partido desde 1932, faleceu o militante do PCP **Alberto Alonso Gonçalves**, de 78 anos, enfermeiro reformado. Pertencia à célula do Bairro do Bosque, freguesia da Falagueira/Venda Nova.

José Maria Gordo

Motorista, organizado na Falagueira (Amadora), faleceu o nosso camarada **José Maria Gordo**. Contava apenas 52 anos.

★
★ ★

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Assembleia da República

Ao «compadrio e à cunha política» o Governo disse nada

A nomeação de administradores delegados para os hospitais e o emprego ilegal e abusivo de mão-de-obra juvenil foram duas das questões de um lote de cinco que maior interesse suscitaram na sessão plenária inteiramente dedicada faz amanhã oito dias a formular perguntas ao Governo.

Como vem sendo hábito, naquele que é já um facto comummente aceite, o mérito maior destas sessões reside não tanto no cabal esclarecimento das questões avançadas pelos deputados — o juízo político acaba por ser feito na maior parte das vezes mais por aquilo que os representantes do Governo omitem ou pela forma como enviezam as respostas do que por aquilo que afirmam — mas sobretudo na oportunidade de trazer a lume matérias e problemas quase sempre de indiscutível interesse e relevância para as populações e o País.

Sexta-feira passada a sessão não fugiu à regra. A deputada comunista Paula Coelho, na que foi a sua primeira intervenção em plenário, quis saber por exemplo que medidas pensa o Governo adoptar para repor os direitos e liberdades suprimidos aos jovens trabalhadores em várias empresas de comércio e serviços e qual o papel da Inspecção Geral de Trabalho e da Inspecção Geral de Finanças nas empresas que utilizam abusiva e ilegalmente o recurso aos contratos a prazo, ao recibo verde, ao aluguer e ao trabalho clandestino, com perca de todos e quaisquer direitos e regalias sociais.

Perguntas sem dúvida pertinentes a avaliar pelo quadro antes descrito pela jovem deputada, um quadro negro onde avultam casos verdadeiramente escandalosos, designadamente no sector do comércio.

Com efeito, de acordo com as palavras de Paula Coelho, mais de 300 super e hipermercados e centros comerciais com um total de mais de seis mil trabalhadores (dos quais 50 por cento são jovens) não cumprem os contratos colectivos de trabalho, sendo ainda que na maior parte dos casos o período semanal de trabalho acaba por atingir de 50 a 70 horas, muitas vezes sem direito a folga, situação que se chega a prolongar por dois meses e mais.

Como se isto não bastasse, acresce ainda a circunstância de o trabalho extraordinário não ser pago, as tabelas salariais não serem cumpridas, a grande maioria das empresas não procederem aos descontos para a segurança social, os trabalhadores não poderem usufruir do estatuto de trabalhador-estudante e bem assim não serem reconhecidos os direitos conferidos pela lei da maternidade e paternidade.

Esta escandalosa situação está todavia longe de ser exclusiva do sector privado. Na Função Pública, como assinalou Paula Coelho, as coisas não são menos graves, verificando-se que o regime de tarefeiros «cresce assustadoramente — as palavras são suas — com a chamada mão-de-obra barata continuamente sujeita às mais degradantes condições, inclusive morais, para poderem durante uns dias auferir uns magros escudos».

Posto perante este quadro, o secretário de Estado Adjunto do ministro do Emprego e Segurança Social só a muito custo acabou por reconhecer a validade dos números apresentados pela deputada — inicialmente manifestou dúvidas, afirmando não acreditar nas situações descritas e chegando mesmo ao ponto de dizer que se as coisas eram assim tão graves não compreendia por que é que os próprios trabalhadores não se queixavam — preconizando então «medidas estruturais para a recuperação do tecido social e económico das empresas».

«Compadrio e cunha política»

Pouco claro e hábil na resposta acabaria por ser também na mesma sessão o secretário de Estado da Administração da Saúde. Em causa, várias perguntas do deputado renovador, Carlos Lilaia, relacionadas com a nomeação dos administradores hospitalares, um caso que em sua opinião constitui «o maior escândalo do compadrio e da cunha política da história recente da Administração Pública portuguesa». Em rigor, pretendeu saber exactamente quais os critérios adoptados pelo Governo para a escolha dos referidos administradores, a veracidade das habilitações de alguns deles divulgadas pelos órgãos de comunicação social e bem assim dos seus vencimentos base, os quais, de acordo com notícias recentes, variam entre 209 e 357 contos com direito a viatura, motorista e telefone.

Depressa se goraram as expectativas de quem julgou ser possível esclarecer estas e outras questões. Ficou-se apenas a saber que afinal dos administraores nomeados cerca de 70 por cento «são de carreira» — «e nos outros 30 por cento imperou ou não compadrio político?», perguntaria na réplica, sem obter resposta, Carlos Lilaia — e que a sua competência não deve ser aferida «pelo número de canudos».

Incapaz de responder directamente às questões em aberto, visivelmente embaraçado, o representante do Governo lá procurou safar-se como pôde, socorrendo-se para o efeito do que tinha à mão, no caso, falar a despropósito das medidas ministeriais que, segundo ele, estiveram na origem de uma melhoria na prestação dos cuidados de saúde dos portugueses, designadamente nos serviços de hemodiálise.

Em foco, no decorrer da sessão, estiveram ainda o incêndio do Chiado e os apoios aos agricultores para fazer face aos graves prejuízos causados pelas fortes chuvas que assolaram os campos.

O Governo e os impostos
Pagar a dobrar é justiça social?

Insensível a todo e qualquer dos argumentos provenientes dos partidos da oposição, a bancada da maioria manteve inalterável a proposta governamental de no próximo ano os contribuintes que auferem rendimentos do trabalho, nomeadamente os trabalhadores por conta de outrem, estarem sujeitos a um duplo pagamento de impostos, a saber: o imposto complementar relativo aos rendimentos de 1988 e o IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) relativo aos rendimentos de 1989.

Goradas foram assim as expectativas eventualmente geradas por quantos ainda julgaram ser possível alguma flexibilidade por parte da maioria, mais que não fosse de molde a permitir o ensejado alargamento da faixa de isenção do imposto complementar relativo ao ano corrente.

Irredutível, a bancada do PSD entricheirou-se, sem grande entusiasmo diga-se de passagem, nos mesmos argumentos anteriormente aduzidos pelo Executivo, insistindo em que por um lado não se trata de uma dupla tributação no caso de 1989 e, por outro, sob uma alegada preocupação de justiça social, que apenas estão sujeitos a esta obrigação fiscal aqueles que considera «ricos».

Falsa questão esta, todavia, uma vez que nenhum dos partidos da oposição, como bem salientou Octávio Teixeira, afirmou tratar-se de uma dupla tributação, antes sim, e apenas, da acumulação no mesmo ano de um duplo pagamento de impostos.

Seja como for, a verdade é que os trabalhos — a que o Governo numa manifestação de desdém nem sequer se dignou comparecer — não vieram alterar os pontos de vista anteriormente expressos quer pela maioria quer pelos partidos da oposição.

Em debate, recorde-se, estiveram quatro projectos de lei dois deles — do PCP e do PRD — orientados no sentido de perdoar o imposto complementar relativo aos rendimentos de 1988, considerando-o como pagamento por conta do IRS, de forma a evitar a oneração dos rendimentos do trabalho com um duplo pagamento, e outros dois — do PS e do CDS — prevendo no seu articulado o alargamento dos limites de isenção propostos pelo Governo.

Na exposição de motivos que levaram à elaboração do projecto de lei da iniciativa da bancada comunista pode ainda ler-se, para além das razões já expendidas, que os contribuintes que para o ano terão de efectuar um duplo pagamento de impostos estão este ano a ser sujeitos a um «substancial agravamento» quer do imposto complementar quer do IVA, ao mesmo tempo que com a inflação a ultrapassar em 50 por cento as metas definidas pelo Governo, «os salários apresentam para muitas centenas de milhares de trabalhadores, uma diminuição real».

Timor-Leste

EUA assumem posição hipócrita

«Extremamente negativas» e destinadas a dar cobertura à repressão do povo maubere, à visita do presidente da Indonésia a Timor-Leste e, bem assim, aos acordos de concessão de pesquisas petrolíferas na região, assim classificou o deputado comunista Carlos Carvalhas declarações recentes produzidas pelo porta-voz da administração Reagan, Charles Redman, a propósito daquele território ainda oficialmente sob administração portuguesa. De acordo com essas declarações, que apanharam de surpresa a opinião pública, recorde-se, os Estados Unidos afirmam aceitar a «incorporação de Timor-Leste pela Indonésia» pese embora o reconhecimento que fazem de que «não houve um acto válido de autodeterminação».

Naquela que foi a primeira reacção pública a esta declaração proveniente dos EUA, Carlos Carvalhas apelidá-la-ia na passada semana de «fria e cínica», sustentando que é tanto mais inadmissível quanto se trata de uma resposta a perguntas acerca de uma carta dirigida por senadores e congressistas ao Secretário de Estado, George Schultz, pedindo-lhe que diligenciasse no sentido de conseguir uma solução pacífica para o conflito de Timor.

Para o deputado comunista, não se está em presença de um lapso, antes sim de uma «resposta pesada e pensada com antecedência», cuja gravidade deriva ainda do facto de se terem criado «expectativas» internacionais no sentido de uma evolução positiva da questão de Timor-Leste e da melhoria da situação do seu povo.

Carlos Carvalhas afirmou ainda da tribuna que «não se trata de grandes gestos sem significado» e interpretou estas declarações como uma «cobertura» ao Governo indonésio, à anexação de Timor-Leste e à violação dos direitos do homem.

Dirigindo-se ao Governo, o deputado comunista concluiu a sua declaração política desafiando-o a não adoptar um silêncio cúmplice ou a pedir subservientes explicações e exigiu que sejam prestadas informações aos portugueses sobre a forma como avalia tais declarações e sobre a posição que pensa tomar.

Nesse sentido e dada a gravidade e delicadeza do assunto, o Grupo Parlamentar comunista solicitou já entretanto a comparência urgente do Ministro dos Negócios Estrangeiros na Comissão Competente da Assembleia da República.

Normas do Orçamento inconstitucionais

O Grupo Parlamentar do PCP reclamou que sejam expurgadas do Orçamento do Estado em vigor em 1988 as normas agora declaradas inconstitucionais pelo Tribunal Constitucional. Esta exigência, tornada pública através do deputado Octávio Teixeira, no decorrer da sessão plenária de terça-feira, surge na sequência da decisão daquele Tribunal ter declarado inconstitucionais cerca de uma dezena e meia de normas inscritas no Orçamento do Estado para 1988.

De entre estas, destaquem-se a tão discutida e propagandeada «dotação concorrencial», a contínua prática governamental de utilização abusiva das operações de tesouraria e ainda os sucessivos pedidos de autorização legislativa em branco.

Interpretando o significado e o alcance desta decisão, Octávio Teixeira salientou que ela representa uma «reprovação da prática política do Governo, designadamente em matéria orçamental, da falta de transparência e rigor e da sonegação à Assembleia da República dos seus poderes e competências constitucionais».

Comunistas no PE debatem questões sociais e laborais

Numa jornada inteiramente dedicada ao estudo das questões sociais e laborais na CEE, reuniu-se na segunda e terça-feira, em Atenas, o Grupo Comunista e Afins do Parlamento Europeu.

Entre os presentes, convidados a participar nos debates na qualidade de peritos, estiveram as principais centrais dos respectivos países, incluindo a CGTP-IN.

No próximo número daremos informações sobre o conteúdo dos debates e respectivas conclusões.

Hoje, por iniciativa do PCP

Em debate a criação do Serviço Nacional de Sangue

A discussão em torno da existência de problemas na utilização terapêutica do sangue em virtude de um inadequado enquadramento legal e de uma comprovada insuficiência de meios ocupará durante o dia de hoje a totalidade dos trabalhos parlamentares. Em debate estarão três iniciativas legislativas, a primeira das quais da autoria do Grupo Parlamentar do PCP, todas elas procurando no essencial e a seu modo encontrar soluções e respostas para uma situação reconhecidamente considerada como bastante grave em termos de Saúde Pública.

Essa é pelo menos a opinião dos parlamentares comunistas, de quem de resto partiu a iniciativa deste agendamento, ao considerarem nomeadamente que o nível dos problemas atingidos na utilização do sangue é motivo de fortes preocupações e susceptível de pôr em causa o preceito constitucional do direito à protecção da saúde.

E a verdade é que analisando a situação actual as razões de preocupação não são para menos, bastando referir a título de exemplo que o nível de colheitas de sangue no nosso país é dos mais baixos da Europa (1,6 por 100 habitantes/ano), muito longe do mínimo aceitável de 4,5 por 100 habitantes/ano proposto pela Organização Mundial de Saúde.

Acresce por outro lado ser inexistente o controlo técnico-laboratorial a cem por cento das unidades a transfundir, a par da inexistência de uma indústria de fraccionamento do sangue, verificando-se ainda graves carências de sangue e derivados bem como um comércio de sangue assente em redes de autênticos «candongueiros».

Face a este quadro, e dado que cabe constitucionalmente ao Estado ser responsável pela disciplina, controlo da produção, comercialização e uso de produtos biológicos como o sangue, torna-se pois imperativo que ele detenha, como defende o preâmbulo do projecto de lei do PCP, «os mecanismos que assegurem o direito à saúde nesta área».

Como assinalaram em recente conferência de imprensa os deputados comunistas Fernando Gomes, Vidigal Amaro e António Mota, o sangue não pode continuar a ser objecto de qualquer tipo de comércio, devendo em sua opinião caber ao Estado tomar as providências necessárias para que o «dever social que é a dádiva benéfica de sangue possa ser como tal encarada pelos cidadãos, acabando com o recurso à coacção sobre os doentes, familiares e amigos».

A criação de uma ou mais unidades industriais que possibilitem o fraccionamento do sangue e a obtenção dos seus derivados constitui simultanemente do ponto de vista da bancada comunista outra urgente necessidade a que urge responder por forma a tornar o País auto-suficiente e evitar o recurso à importação de derivados de sangue, com os consequentes riscos e elevados custos.

A este propósito Fernando Gomes salientou que somos o único país da Europa que não tem uma indústria de fraccionamento de sangue, circunstância que nos leva a importar anualmente cerca de 700 mil contos de derivados quando, segundo referiu, o investimento necessário para capacitar Portugal de efectuar essas operações como seja obter o «factor 8», indispensável aos hemofílicos, não atingiria segundo cálculos recentes os cem mil contos.

Para o Grupo Parlamentar do PCP, de acordo aliás com as medidas preconizadas no seu projecto, trata-se assim de proibir a comercialização do sangue humano, criar o Serviço Nacional de Sangue (responsável pela colheita, preparação, embalagem, fiscalização de qualidade, distribuição de sangue e derivados e obtenção de produtos de separação e fracção do sangue), estruturar os órgãos do Serviço Nacional e respectivas normas de funcionamento e criar normas transitórias que garantam um correcto aproveitamento das estruturas existentes e acautelem os direitos dos trabalhadores dos serviços actuais com responsabilidades no sangue.

Uma questão de saúde pública

O debate que hoje se realiza em torno de variadíssimas questões ligadas à utilização terapêutica do sangue e seus derivados, levado a plenário por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP que para o efeito utilizou um dos quatro agendamentos a que tem direito, constitui o epílogo de uma série de iniciativas e diligências que desde 1974 vêm sendo desenvolvidas em torno desta problemática e designadamente da criação do Serviço Nacional do Sangue.

De entre essas acções, de acordo com um balanço abreviado dado a conhecer aos jornalistas no decorrer da conferência de imprensa promovida pelo Grupo Parlamentar comunista faz hoje oito dias, ressaltam a criação ou nomeação de comissões e comissões instaladoras, cuja existência regra geral acabou por ser efémera.

Seria no entanto em redor da denúncia de graves ilegalidades e anomalias nas colheitas e transfusões de sangue, tornada pública no início do corrente ano, que o tema saltaria para as primeiras páginas dos jornais, sendo particularmente chocante na ocasião a intempestiva decisão da Ministra da Saúde de exonerar o então director do Instituto Nacional do Sangue.

Na sequência destes episódios, recorde-se, o Grupo Parlamentar do PCP entregou na Mesa da Assembleia em Fevereiro um pedido de inquérito, pedido esse que a maioria PSD, contrariando as expectativas gerais, acabou por recusar de forma liminar.

Concretizando o anúncio público efectuado em Abril e após entrega na Mesa em Julho último, o projecto de lei do PCP que cria o Serviço Nacional de Sangue sobe a plenário e preenche inteiramente a agenda de trabalhos da sessão de hoje.

60 61 35

Telefone de atendimento

Uma daquelas tão inevitáveis quanto arreliadoras gralhas que de vez em quando sucedem nos jornais, alterou na nossa edição de há 15 dias logo no título, o número do telefone de atendimento posto à disposição dos cidadãos, pelo Grupo Parlamentar do PCP, com vista a acolher opiniões e propostas e a prestar esclarecimentos sobre o processo de revisão da Constituição.

Pedindo desculpa pelo sucedido, informamos os leitores de que podem entretanto continuar a responder ao convite suscitado por esta original iniciativa dos parlamentares comunistas destinada a incentivar o interesse dos portugueses pelas questões constitucionais.

O interesse é de resto tanto maior quanto, como foi já sublinhado nas páginas do «Avante!», prossegue a campanha daqueles que pretendem fazer crer que a revisão é assunto encerrado, sobretudo após a celebração do acordo firmado à margem da Assembleia da República entre o PS e o PSD.

Para os deputados comunistas – força que recusa liminarmente esta ideia e que entende, antes pelo contrário, que o debate está longe de estar encerrado – trata-se na hora presente de impedir uma revisão a «toque de caixa» e de colocar aqueles dois partidos perante as suas responsabilidades, ou seja, levá-los a explicar perante a opinião pública o que ganha o País com a entrega do rico património das empresas nacionalizadas aos grandes grupos económicos, com a reconstituição do latifúndio, com a entorse da representação eleitoral ou com o ataque a grandes conquistas sociais como o Serviço Nacional de Saúde.

À disposição do leitor continua, pois, o **60 61 35**, rede de Lisboa. Para colocar problemas ou desfazer dúvidas, para apresentar propostas e sugestões, uma forma inovadora de intervir numa matéria de crucial importância para o futuro da nossa vida democrática.

Em causa a gestão hospitalar

Compadrio e incompetência à solta

«Compadrio», «despudor», «incompetência», continuam a ser alguns dos epítetos frequentemente dirigidos aos responsáveis do Ministério da Saúde. Na base das acusações, a reconhecida incapacidade para o diálogo da titular da pasta, os ataques desferidos contra os direitos dos utentes e dos profissionais de Saúde, a delapidação do erário público e os escândalos que volta não volta assediam o Ministério. Desta feita, foi a confirmação dos alertas feitos em devido tempo pelos trabalhadores de Saúde e suas organizações a propósito da gestão hospitalar.

Com efeito, alguns meses decorridos sobre a publicação do Decreto-Lei n.º 19/88 e sobre o decreto regulamentar n.º 3/88, que vieram alterar todo o enquadramento jurídico da gestão hospitalar, a vida veio comprovar quanto foram justas e oportunas as críticas e apreensões então manifestadas.

Governamentalização das estruturas hospitalares, atentado aos princípios democráticos, perda de autonomia institucional e distribuição de «tachos» aos comissários políticos do Governo, foram na ocasião algumas das situações e riscos apontados pelos trabalhadores da Saúde em consequência da decisão governamental de acabar com a eleição dos elementos do conselho de gerência e com o concurso dos administradores hospitalares.

Na passada semana, numa intervenção proferida no período antes da ordem do dia, o deputado comunista Fernando Gomes, ele próprio médico, veio colocar de novo o dedo na ferida e avivar o problema citando numerosos exemplos concretos que confirmam as acusações anteriormente dirigidas ao Governo.

Mais do que isso, cada um dos dez casos citados pelo deputado comunista, de entre os muitos que segundo disse poderiam ser referidos, vale ainda como um desmentido frontal a declarações da ministra Leonor Beleza, segundo as quais a nomeação do administrador delegado pelo Ministério da Saúde obedeceria sempre a uma proposta do director, de entre gestores de reconhecido mérito, vinculados ou não à função pública e com currículo adequado às funções a exercer.

Um abismo separa estas afirmações da realidade. Os exemplos citados por Fernando Gomes falam por si:

• Hospital Distrital de Viana do Castelo

Paulo de Sousa, 23 anos, nomeado administrador-delegado, recém-licenciado em direito. Neste Hospital há dois administradores de carreira.

• Hospital Distrital de Setúbal

António Matos, engenheiro mecânico que trabalhava na Mague, afilhado de casamento do director do hospital. Neste hospital há vários administradores de carreira.

• Hospital Distrital de Guimarães

José da Silva Guimarães, comerciante de cutelaria, membro da comissão política concelhia do PSD. Neste hospital há um administrador diplomado nos EUA onde foi bolseiro.

• Hospital Distrital de Cascais

António Samuel da Silva, jovem licenciado em Direito que transita do gabinete de Leonor Beleza. Neste hospital também há administrador com carreira.

• Hospital Distrital de Fafe

Humberto Gonçalves, professor primário reformado, acumula com o cargo, pasme-se..., de director do Hospital.

• Hospital Distrital de Macedo de Cavaleiros

Castanheira Pinto, não licenciado, funcionário dos serviços municipalizados que igualmente acumula com o cargo de director do Hospital.

• Hospital de S. João

Jorge Félix Araújo, sem conhecimentos de gestão hospitalar, desempenhou vários cargos políticos pelo PSD e foi recentemente eleito para o Conselho da Rádio em lista do PSD. Escusado será dizer que no Hospital de S. João há administradores de carreira.

• Centro de Medicina Física e Reabilitação de Alcoitão

Fernando Mateus, engenheiro da divisão industrial dos Transportes Colectivos do Porto. Casado com a deputada do PSD pelo círculo do Porto, Carla Diogo.

• Hospital Distrital de Cantanhede

Está indigitado Luís Manuel Loureiro, não licenciado, ex-adjunto de dois governadores civis de Coimbra e ao que consta familiar do deputado Dias Loureiro, secretário-geral do PSD.

• Hospital distrital de Águeda

Álvaro Castro é nomeado por conveniência de serviço administrador-delegado. O Ministério da Saúde substitui-se à Universidade considerando-o licenciado quando ainda era estudante de economia.

«Se a este escândalo de incompetência e despudor acrescentarmos os chorudos vencimentos que tais administradores vão receber bem como outras regalias, o pudor impede-me de qualificar tal regabofe», concluiria, perante a estupefacção da Câmara, o deputado comunista Fernando Gomes.

PCP

O PCP nos anos 30
Reposição da verdade histórica

Tendo diversos órgãos de comunicação social dado notícia da estadia em Portugal de Francisco Paula de Oliveira, que foi dirigente do PCP nos anos 30, o «Avante!», tendo procurado junto do Secretariado do Comité Central uma informação acerca de certos acontecimentos que têm sido referidos, está em condições de dar os seguintes esclarecimentos.

1. Francisco Paula de Oliveira, jovem operário do Arsenal da Marinha, foi dirigente da Federação das Juventudes Comunistas (FJCP) e destacado membro do Partido nos primeiros anos da década de 30. Enviado para a União Soviética aí foi ulteriormente credenciado como representante do PCP junto da Internacional Comunista (IC).

2. Em 1935, fez parte da delegação do PCP ao VII Congresso da IC, juntamente com Bento Gonçalves, secretário-geral do Partido, Roque Júnior, representante da Comissão Intersindical (CIS) portuguesa junto da Internacional Sindical Vermelha (ISV) e Gilberto de Oliveira, do Secretariado da FJCP.

3. Entretanto, em Portugal, o Partido atravessou um momento particularmente difícil. Em Novembro de 1935, logo a seguir ao seu regresso do VII Congresso da IC, foi preso Bento Gonçalves, secretário-geral do Partido, juntamente com outros dois membros do secretariado, José de Sousa e Júlio Fogaça.

Em consequência desse grave golpe sofrido pelo Partido, alguns camaradas, entre eles Wagner Russel, então dirigente do Socorro Vermelho Internacional, assumiram a responsabilidade da direcção do Partido. Em Abril de 1936, um encontro dos quadros mais responsáveis do Partido tomou a responsabilidade da Direcção com funções de Comité Central e elegeu para o Secretariado Manuel Rodrigues da Silva, operário da fábrica de material de guerra de Braço de Prata, dirigente da CIS, Alberto Araújo, intelectual e próximo colaborador de Bento Gonçalves e Francisco Paula de Oliveira, que, como acima se refere, se encontrava na URSS.

4. Poucas semanas depois, Manuel Guedes, marinheiro, dirigente da Organização Revolucionária da Armada (ORA) que se encontrava preso, conseguiu evadir-se quando era conduzido ao Tribunal Militar para julgamento. Joaquim Pires Jorge, marinheiro, que se encontrava na clandestinidade, foi encarregado de conduzir Manuel Guedes a Espanha. Os dois foram presos em Espanha, julgados e condenados por porte ilegal de armas e encarcerados na prisão de Cáceres.

5. Álvaro Cunhal, secretário-geral da FJCP, que regressara da URSS onde no Verão de 1935 participara no VI Congresso da Internacional Juvenil Comunista (IJC), que se encontrava na clandestinidade e participara na reunião de Abril onde fora eleito novo Secretariado, recebeu a missão de ir a Espanha com uma dupla tarefa: procurar com a ajuda do PCE, libertar Manuel Guedes e Pires Jorge, presos em Cáceres, e estabelecer contacto com a Internacional Comunista e com Francisco Paula de Oliveira para que este viesse para Portugal tão brevemente quanto possível, a fim de assumir a sua responsabilidade no Secretariado do Partido. A. Cunhal passou clandestinamente para Espanha, em princípios de Julho de 1936 e colocou as questões de que era incumbido à direcção do PCE e ao representante da IC em Espanha.

6. Em 18 de Julho, produziu-se a sublevação de Franco e começou a guerra civil. A cidade de Cáceres foi ocupada pelos fascistas. Pouco tempo depois Badajoz caiu também nas suas mãos. Ficaram cortadas as ligações de Madrid com Cáceres e com Portugal, cuja fronteira terrestre foi inteiramente ocupada pelas tropas de Franco.

7. Em fins de 1936, a fim de tentar regressar a Portugal por via marítima e de concretizar a preparação do regresso de Francisco Paula de Oliveira, Álvaro Cunhal passou de Espanha para França e encontrou-se em Paris com Francisco Paula de Oliveira, vindo da URSS. Em Janeiro de 1937 Paula de Oliveira e Álvaro Cunhal fizeram juntos toda a viagem de regresso a Portugal e desembarcaram clandestinamente no mesmo dia.

8. Paula de Oliveira assumiu as tarefas no Secretariado do Partido e até à sua prisão foi o dirigente político mais destacado e responsável. A. Cunhal, secretário-geral da Juventude Comunista, M. Rodrigues da Silva e Alberto de Araújo, membros do Secretariado do Partido, foram presos em 1937.

9. Em Janeiro de 1938, Paula de Oliveira foi preso. Em 1939 evadiu-se da Cadeia do Aljube. A preparação e realização dessa evasão foram directamente acompanhadas pela Direcção do Partido. Participaram na fuga: Gomes Pereira, militante da FJCP, que se encontrava também preso no Aljube condenado a 6 anos, e um enfermeiro do Aljube, que tinha sido membro da FJCP e que Gomes Pereira conhecia. A Direcção do Partido resolveu que os camaradas saíssem do País e foi organizada e realizada a sua viagem clandestina para França, tendo em vista que Paula de Oliveira voltasse para a URSS.

10. Chegados a Paris, foi criada uma complexa situação aos evadidos. Pelo facto de o jovem enfermeiro do Aljube ao ser admitido como enfermeiro prisional ter entrado para a PIDE (PVDE) levantaram-se dúvidas acerca de uma eventual provocação. Houve reservas da IC ao estabelecimento de relações com os camaradas. Criou-se um ambiente de desconfiança em relação a Paula de Oliveira e em relação ao PCP. No livro «O Partido com paredes de vidro» de Álvaro Cunhal, na página 254 é feita a seguinte referência a esta situação:

«Houve entretanto dois momentos em que as decisões da IC ou dos seus delegados não ajudaram o Partido. O primeiro, em 1924, quando da decisão a favor de Carlos Rates, já atrás citada. O segundo, em 1939, quando injusta suspeita criada em França a militantes do Partido evadidos das prisões salazaristas conduziu à prática ruptura das relações da IC com o PCP, que nunca mais foram restabelecidas até à dissolução da IC em 1943.

Estes factos negativos constituíram também um ensinamento.»

11. Ao ter conhecimento da situação criada, os camaradas que em Portugal dirigiam o Partido, que conheciam em pormenor a organização da fuga, consideraram uma grande injustiça a situação que fora criada aos camaradas em Paris, e procuraram estabelecer contacto com eles, considerando que, numa tal situação, Paula de Oliveira devia regressar a Portugal onde dispunha da confiança do Partido. Entretanto, Paula de Oliveira, sem conhecimento do Partido resolveu emigrar para o México, arranjando para o efeito a documentação e os meios necessários. Pouco depois começou a 2.ª Guerra Mundial e interromperam-se para sempre as relações do PCP com a IC.

Nesses anos difíceis, os quadros do Partido fizeram frente à situação. O PCP procedeu à sua reorganização (1940-41), reforçou-se e tornou-se um grande partido nacional.

Durante 8 anos o PCP manteve-se praticamente isolado internacionalmente. Apenas conseguiu estabelecer relações com o PCE. Só em 1947, o PCP restabeleceu relações com o Partido Comunista da União Soviética, com o PC Francês e outros partidos.

12. Mais que uma vez, a Direcção do Partido tentou estabelecer contacto com Paula de Oliveira, com vistas a considerar-se o seu regresso a Portugal. Não o conseguiu. Vinte anos mais tarde, nos anos 60, encontrando-se ocasionalmente com Álvaro Cunhal em Havana, Paula de Oliveira disse que tinha a sua vida assente no México e não tinha a intenção de refazer a sua vida em Portugal.

Sobre o indulto da pena de Otelo Saraiva de Carvalho

1. O PCP sempre tomou posições claras a respeito de Otelo Saraiva de Carvalho. Por um lado, reconheceu e exaltou o seu importante papel no levantamento militar do 25 de Abril que, seguido do levantamento popular, permitiu ao povo português concretizar conquistas e realizar aspirações que correspondiam a anseios e objectivos de luta de muitos anos. Por outro lado, criticou as suas posições inconsequentes e a adopção, após a institucionalização da democracia portuguesa, de actuações inaceitáveis num regime de liberdade.

2. O PCP considera entretanto que, na situação actual, atendendo a que decorreram vários anos sobre os acontecimentos e sobretudo ao importante papel desempenhado por Otelo Saraiva de Carvalho no 25 de Abril se justifica que o órgão de soberania competente, no exercício dos poderes que a Constituição lhe confere, indulte a pena de Otelo Saraiva de Carvalho.

3. O PCP assume esta posição sem que, como é evidente, deixe de rejeitar falsas e caluniosas afirmações que contra ele tem feito Otelo Saraiva de Carvalho.

A Comissão Política do CC do PCP

7/11/88

O negócio das privatizações começa com as «avaliações»

1. As notícias e informações acerca das entidades escolhidas para avaliar e montar o processo de privatização parcial **Unicer** e **Totta** não podem deixar de criar o maior espanto e suspeição.

2. O negócio das privatizações começa já com as avaliações. De facto já foi anunciado que o **Totta** e a **Unicer** escolheram para avaliador o BPI, o banco privado, que tem como presidente o sr. Santos Silva e que conta entre os accionistas precisamente aqueles que têm manifestado publicamente quererem ficar com as EP's! Isto é, são os próprios interessados na compra aqueles que fazem as avaliações.

3. É aliás significativo que o BPI tenha feito há alguns meses uma emissão de acções e obrigações para, conforme foi tornado público, entrar no processo das privatizações e que o sr. Santos Silva tenha agora declarado despudoradamente que o seu banco está interessado na compra de acções das EP's ou para as vender depois, ou para investir no capital destas a médio e longo prazo para em conjunto com outros accionistas criar os núcleos duros que mandariam nas empresas, ou ainda para «investir no capital de empresas para sempre, tratando-se sobretudo de instituições na área financeira».

4. No caso do **Totta**, a escolha do BPI é ainda mais escandalosa, pois trata-se de um banco concorrente que inclusivamente tem associado um banco comercial, que vai avaliar, isto é, que vai ver por dentro tudo o que lhe interessa e montar a operação de venda no mercado de capitais...

5. Para completar o leilão e o regabofe o ministro das Finanças criou uma secção na Bolsa de Valores para, segundo a sua opinião, acompanhar as «boas» condições de venda.

6. Ao mesmo tempo o Governo não só vai apresentando os valores das «indemnizações» definitivas aos ex-monopolistas, avaliadas em segredo, que são em média o dobro dos valores provisórios (algumas das quais já definidas em 1984), como continua a pressionar e a tomar medidas, para grandes despedimentos nas empresas a privatizar.

7. O PCP chama a atenção para o escândalo desta situação, para o processo da entrega de riquíssimo património pertença do povo português, para as mãos de algumas fortunas privadas e procurará por todos os meios ao seu alcance, cortar o passo às negociatas da venda de parte do capital das empresas públicas.

7.11.88

A SIP do PCP

Nacional

«Diálogo de culturas, caminho da cooperação»

Personalidades de Portugal e da URSS encontram-se em Lisboa

«Diálogo de culturas, caminho da cooperação» é o tema proposto pela Associação Portugal-URSS para o encontro de personalidades soviéticas e portuguesas que vai promover, com a Associação URSS-Portugal, nos dias 17 e 18 de Novembro em Lisboa, na Fundação Calouste Gulbenkian.

Já está confirmada a vinda de um grupo de representantes da cultura da URSS com 20 pessoas e de uma delegação que integra E. Gribanov, 1.º vice-ministro da Cultura da União Soviética e presidente da Associação URSS-Portugal.

A Portugal-URSS confirmou também que durante o encontro serão apresentadas comunicações do prof. Óscar Lopes (sobre Literatura e Arte), do Dr. Piteira Santos (História e Política), do Dr. João Caraça (Investigação Científica) e do eng.º Helder Coelho (Comunicação e Identidade Cultural).

Numa nota de imprensa em que deu a conhecer esta iniciativa, a Associação Portugal-URSS afirma esperar do encontro «um passo em frente no mútuo conhecimento das culturas soviética e portuguesa e, em consequência, no frutuoso caminho da cooperação entre os respectivos povos».

A comissão organizadora do encontro «Diálogo de culturas, caminho da cooperação» é constituída por José Saramago, Dulce Rebelo, João Caraça, Aurora Murteira, Urbano Tavares Rodrigues, Salvato Teles de Menezes, Frederico de Carvalho, Armando Myre Dores, Manuel Loureiro, Maria de Lurdes Gonçalves, Lina Seabra Diniz, José Barata Moura, Isabel Seixas, Alberto Branco e Luís Martins dos Santos.

Da delegação soviética fazem parte, além do vice-ministro Gribanov, K. Khatchaturian (compositor, secretário da União dos Compositores da URSS), Nina Ananichvili (solista do teatro Bolchoi e membro da direcção da Associação URSS-Portuga), Tchuchalin (vice-presidente da Academia das Ciências Médicas da URSS), Logo Gueguiagarian (doutorado em economia) e Aleksandr Kokonin (secretário-geral da Associação URSS-Portugal).

PCP

Da varanda da creche de Avis tem-se um panorama magnífico das terras da Cooperativa. Infelizmente algumas já foram retiradas...

Cada um destes tractores tem uma ficha completa para apurar a sua rentabilidade

Com Álvaro Cunhal, festa na «1.º de Maio»

A vitória do trabalho

As «Festas do Ano Agrícola de 1987/88» organizadas o passado fim-de-semana pela Cooperativa «1.º de Maio» de Avis deram relevo a resultados «que fazem inveja aos investidores privados», quer pelas obras sociais que vem realizando — «resolvendo problemas que os governos desprezam completamente» — quer pela demonstração do que «os trabalhadores são capazes de fazer se os deixarem trabalhar». As citações transcritas são de Álvaro Cunhal, que no último domingo participou nas referidas Festas, percorrendo ao mesmo tempo um itinerário que mostrou e demonstrou à saciedade a extraordinária produtividade e competência desta grande unidade agrícola saída da Reforma Agrária. Está ali a vitória do trabalho.

A Cooperativa «1.º de Maio» já tem novas instalações. Foi aí que surgiram os primeiros dados, apresentados pelo camarada José Luís e referentes ao ano agrícola que terminou há pouco, com níveis de produção como se segue: um milhão e 600 000 quilos de trigo; 132 000 quilos de aveia; 971 000 quilos de arroz; um milhão e 400 000 quilos de tomate; um milhão de quilos de milho e entre 70 a 75 000 quilos de tabaco. Quanto aos actuais efectivos pecuários, basta referir que a «1.º de Maio» possui 6300 ovelhas, 262 vacas de carne, cerca de 400 vacas e novilhas de leite, 452 porcos de carne e 60 marrãs. Entretanto existem ao serviço 38 tractores, oito ceifeiras debulhadoras, e diverso equipamento. Os 38 tractores e as oito debulhadoras estavam expostos no exterior, ostentando a bandeira da Cooperativa e alinhando algo que não se podia descortinar na exibição decorada a preceito: que cada tractor tem uma ficha com o seu número, onde consta o gasóleo que cada um consome, as reparações feitas e o trabalho que realizam, apurando-se assim, com rigor, a sua rentabilidade.

A vacaria de Camões, na «1.º de Maio», é controlada por computador

Se estes factos metem num chinelo muitas produtividades «privadas», a modernidade e operacionalidade da gestão da «1.º de Maio» deixa qualquer visitante boquiaberto. Há, por exemplo, um computador nas instalações da direcção que alberga na sua memória o que diz respeito à Cooperativa, «respondendo» a tudo o que se lhe quiser perguntar a respeito, enquanto na vacaria Camões (por sinal o último local a ser visitado) toda a gestão é controlada igualmente por computador e os visitantes puderam mesmo ver listagens onde constavam, por exemplo, as vacas que vão parir.

Mas houve outros locais visitados cuja espectacularidade definia, por si só, a grande eficácia de tudo aquilo. Foi o caso dos secadores de cereais ou das motobombas e equipamentos de rega (vimos aparelhos que são capazes de fazer subir água a uma altitude de 150 metros), ou ainda as instalações de secagem do tabaco onde se encontravam em armazém, e já seco, cerca de 56 toneladas deste produto. Ou ainda os grandiosos armazéns, onde inclusivamente se reservou um para servir com «stocks» de apoio de abastecimento aos três supermercados que a Cooperativa distribuiu pela área do concelho de Avis. É obra!

Prescindir... e construir

E de obras se falou a seguir, ou melhor, se viu a seguir. A visita à creche de Avis teve notas emocionantes, com uma das suas funcionárias (a camarada Maria Francisca) a recordar com a lágrima no olho como ela própria se via forçada durante o fascismo a deixar a filha a dormir debaixo das árvores para ir trabalhar, encontrando-a no regresso suja e cheia de moscas. Hoje toda a gente tem, no concelho de Avis, onde deixar as suas crianças — incluindo os elementos da GNR aquartelados na zona, que também utilizam os serviços das creches instaladas pela Cooperativa (há uma outra em Alcórregos onde estão presentemente 51 crianças — na de Avis há 44 — pagando, quem não é sócio, a quase simbólica quantia de 10$00 por dia.

Álvaro Cunhal comentaria este aspecto da intervenção da Cooperativa, dizendo que «vemos aqui, na 1.º de Maio, em relação às creches, ao apoio à terceira idade, às actividades culturais, como os trabalhadores resolvem os problemas sociais que nunca foram resolvidos nestas terras — e que os governos completamente desprezam — ao mesmo tempo que desenvolvem a agricultura», mostrando-se confiante na defesa da Reforma agrária (a «1.º de Maio» é um excelente exemplo) e sublinhando que há que pensar muito bem nas novas formas de luta e resistência.

Momento do improviso do secretário-geral do PCP, durante o almoço comemorativo

A situação da «1.º de Maio» é, também aí, bom exemplo da capacidade dos trabalhadores: entre terras compradas e arrendadas, a Cooperativa tem cerca de 2000 ha assegurados (as novas instalações foram construídas em terreno próprio), sendo ainda comprado um prédio que pertencia a um antigo deputado da ex-ANP, tendo — note-se — o dinheiro sido arranjado pelos próprios trabalhadores, que prescindiram do 13.º mês...

Cite-se o facto (recordado, aliás, por José Luís durante o almoço) que a Cooperativa «1.º de Maio» nunca teve apoio de nenhum governo. Nesse aspecto o actual executivo de Cavaco Silva, que tanto enche a boca com o apoio à «rentabilidade na agricultura», «presenteia» esta unidade modelar com multas «inventadas» a torto e a direito que, a não serem pagas no prazo de 30 dias, vão imediatamente para as execuções fiscais...

Daí a oportunidade da observação de Álvaro Cunhal, citando esta Cooperativa como exemplo que ilustra a capacidade da Reforma Agrária e dos seus trabalhadores em resistir e sobreviver: «A "1.lo de Maio" resistiu e resiste porque os seus trabalhadores encaram o futuro com grande confiança».

Um dos gigantescos secadores de cereais da Cooperativa

A creche de Avis veio resolver um problema antigo e angustiante

Palavras de José Luís, dirigente da Cooperativa: «Quando um dia se fizer a história da Reforma Agrária, este arquivo da 1.º de Maio vai dar um grande contributo»

Internacional

Outubro, 71 anos depois

A perestroika no quotidiano

Um testemunho do passado

«A política da perestroika, traduzida em programas socioeconómicos concretos, está a tornar-se obra de milhões de pessoas». Uma avaliação avançada no relatório apresentado por Gorbatchov à Conferência do PCUS, de Junho de 88. E que em si aponta para diferentes componentes desse multiforme processo que é a perestroika.

Dessa diversidade nos fala aliás o simples enunciado das resoluções aprovadas em Junho: sobre algumas medidas inadiáveis visando a realização prática da reforma do sistema político no país; sobre as relações entre as nações; sobre a democratização da sociedade soviética e a reforma do sistema político; sobre a luta contra o burocratismo; sobre a glasnost; sobre a reforma jurídica.

Mas neste simples contributo – **no 71.º aniversário da Revolução de Outubro** – para uma melhor compreensão nossa do que na URSS, de vital e verdadeiramente revolucionário, se passa neste momento – haveria que optar. E optámos pelo que mais directamente respeita a cada pessoa, a cada soviético, no seu quotidiano – a política socioeconómica.

Opção que se insere em preocupações fundamentais do Partido Comunista da União Soviética. Na Conferência Nacional do PCUS de Junho isso mesmo foi sublinhado, com veemência, diríamos. **«A reorientação social** do desenvolvimento económico e o aumento da parte do consumo no rendimento nacional devem constituir **o eixo de toda a política estrutural** e de investimento e ser a **pedra angular** na formação dos ritmos e das proporções na economia», diz-se, acrescentando que «não são importantes os ritmos do crescimento da produção tomados por si próprios, mas sim o seu **conteúdo real**, a satisfação eficaz das necessidades do povo».

***A participação** de todos é uma exigência da perestroika*

«Conteúdo real», que em frontal oposição aos objectivos da produção no quadro do capitalismo, não é lucro (o que não significa que a rentabilidade seja coisa a desprezar, muito pelo contrário), mas as necessidades das pessoas.

Longe estamos aqui da divisa célebre dos produtores de automóveis americanos, que diz – «o que importa não é a produção de automóveis, mas de lucros»...

Esta a diferença fundamental entre os sistemas. O filão inesgotável do humanismo que cabe ao socialismo explorar, testemunhando das suas virtualidades. É neste sentido que se desenvolve, por terreno bem acidentado embora, o processo da perestroika.

Os resultados e os problemas

No plano muito prático dos resultados socioeconómicos, Otto Lacis, subchefe da redacção da revista «Kommunist», informou há dias os jornalistas presentes em Moscovo para um encontro sobre a «Casa comum europeia», de que entre as alterações positivas entretanto registadas no país, figuram o aumento da produtividade do trabalho e o significativo crescimento da construção de habitações.

Entre os números recentemente divulgados, referentes aos resultados económicos dos últimos 9 meses, destaca-se o crescimento da produção de artigos de consumo: 5,4%, taxa claramente superior à da produção de meios de produção – 3,9%. O rendimento nacional aumentou de 4,7%, contra 2,4% em igual período do ano passado. Enquanto o crescimento da produtividade do trabalho aumentou de 5,2%, contra 2,5% em idêntico período do ano passado.

Mas estes resultados globais, claramente positivos, não levaram ainda ao equilíbrio entre a procura, a capacidade de compra dos soviéticos, e a produção de bens de consumo de qualidade. Equilíbrio que constitui naturalmente um dos grandes objectivos sociais de hoje.

Nada há nisto de surpreendente. Em Krasnoiarsk, na Sibéria, na sua visita de Setembro, Gorbatchov chamou a atenção para um dado essencial: **«a perestroika é um processo profundo e radical, extensivo a todos os aspectos da vida nacional**, implica um trabalho deveras sério com vista à transformação de toda a sociedade soviética. Se é assim, não há lugar para ilusões. Tínhamos disso plena consciência logo na fase inicial da perestroika. Agora, apercebemo-nos perfeitamente de que **os próximos anos serão os mais difíceis».**

Tudo se desenvolve hoje em fase de transição. Fase necessária mas naturalmente nada fácil.

A fase final da passagem total da esfera de produção material para as novas condições de administração, concretiza-se a partir de 1989.

Mas nem só de prazos se trata. Está-se a lidar com pessoas, com os seus hábitos de trabalho e de vida. A reforma pressupõe que os trabalhadores recebam de acordo com o seu trabalho. E isso nem sempre significa, neste momento, aumentos salariais. A preocupação de garantir o equilíbrio financeiro das empresas, habituadas a uma prática de subsídios de Estado, a procura – o que também é novo – de posições no mercado, a preocupação de fazer corresponder as produções às exigências dos compradores, uma intensiva modernização tecnológica – não são tarefas fáceis.

No quadro da rápida introdução das inovações científico-tecnológicas na produção, prevê-se a supressão, até ao ano 2000, de 30 milhões de postos de trabalho. Aqui não se trata de desemprego, de atirar para a rua os «excedentários». Mas dezenas de milhões de trabalhadores deverão ser reciclados, aprender e reaprender, não apenas novos métodos de trabalho, como novas profissões.

Não por acaso Gorbatchov diria, nas suas conversas com a população na Sibéria: **«é preciso deixar as pessoas aprender as novas condições de trabalho e compreender os seus direitos e o seu papel».**

Saúde e habitação

«Não podemos contar com êxitos da reestruturação se as pessoas não estão instaladas como deve ser, se têm de fazer face a uma multitude de problemas que no fundo se podem resumir num único e grande problema: o atraso na esfera social». São palavras de Gorbatchov na Sibéria.

Passos importantes estão entretanto a ser dados para colmatar tal atraso. Muito embora a vida indique ser mais fácil abrir a imprensa a uma multitude de opiniões diversificadas e as portas da cultura a todos os estilos de arte – que dar resposta concreta aos problemas sociais do quotidiano.

No passado mês de Outubro realizou-se em Moscovo o primeiro Congresso médico desde 1925. Cinco mil médicos soviéticos reuniram-se para discutir saúde.

O balanço da situação no sector é diferenciado. Na sua intervenção na abertura dos trabalhos, o ministro soviético da saúde, Evgueni Tchazov, resumiu assim a situação: a União Soviética foi o primeiro país a institucionalizar uma medicina gratuita para todos; com o poder soviético foram irradicadas as principais doenças epidémicas que periodicamente dizimavam a população; a taxa de mortalidade foi consideravelmente reduzida, enquanto paralelamente crescia a esperança de vida.

Por outro lado, e a partir dos anos 30, o orçamento destinado à saúde sofreu dos efeitos do princípio «residual» da política social, o que representa, nas palavras do ministro, um afastamento da política leninista, definindo a orientação social das opções governamentais.

Trata-se hoje de tratar da saúde como uma prioridade. E largos créditos foram já atribuídos à reorganização deste sector. Os congressistas foram unânimes em sublinhar que o princípio da gratuitidade e da igualdade, no domínio da saúde, deve continuar a ser a trave mestra da política sanitária. O esforço gigantesco deve ser feito no sentido de elevar a qualidade dos serviços, alargar o seu

Internacional

Gorbatchov na Sibéria. O contacto com o povo, para conhecer os problemas e as opiniões

campo de intervenção, reforçar a prevenção. Facto bem significativo do conteúdo da política de saúde promovida: 40% do orçamento é destinado à protecção da mãe e da criança.

No plano da política habitacional – outra das grandes prioridades da política social, trata-se de levar à prática, de acordo com as resoluções do XXVII Congresso do PCUS, um programa destinado a garantir um apartamento ou casa individual a cada família até ao ano 2000. Isto significa, não só construção de novas habitações, como ainda recuperação de antigas e construção de infra-estruturas, nomeadamente escolas, hospitais, áreas comerciais. Ao todo, o programa é avaliado em cerca de um bilião de rublos.

Presentemente todas as empresas, bairros, cidades, regiões e a maioria das repúblicas federadas têm programas de construção habitacional. Não se trata aqui apenas de verbas do Estado. Mas também de auxilio a toda a iniciativa, quer de carácter individual, quer cooperativo.

Aliás, aqui como noutros domínios a **participação popular** é elemento vital para a concretização prática das tarefas da perestroika.

Participação é palavra de ordem

Esta ideia vem sublinhada em relação a tudo. Do controlo da qualidade dos produtos ao das consequências ecológicas dos projectos tecnológicos; do controlo no que respeita ao funcionamento do sistema de saúde aos renovados direitos dos trabalhadores na produção; da política de educação ao restabelecimento integral dos direitos dos sovietes.

E terminando, repetimos palavras de Gorbatchov na Conferência de Junho, que falam desta participação, da preocupação pelo homem como prioridade política do sistema: **«A reforma do sistema político e o critério principal do seu grau de realização passam pelo alargamento multilateral dos direitos humanos, por uma maior participação na vida social dos soviéticos. Esta questão ocupa o lugar central da teoria e da prática do socialismo».**

Assim se levam à prática – num árduo e complexo trabalho – os princípios do Manifesto de Marx e Engels – o livre desenvolvimento de cada um é condição do livre desenvolvimento de todos.

Saudação ao CC do PCUS

Por ocasião do 71.º aniversário da Revolução de Outubro, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Comunista da União Soviética, a mensagem que transcrevemos.

Queridos Camaradas

Por ocasão do 71.º Aniversário da Revolução Socialista de Outubro, transmitimos ao Comité Central do PCUS e, por seu intermédio, a todos os comunistas e ao povo soviético as mais calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses.

Ao fazê-lo estamos certos de interpretar os sentimentos da classe operária e da generalidade dos trabalhadores de Portugal que reconhecem como seus os ideais libertadores da Revolução de Outubro e são solidários com as conquistas do socialismo. Estamos também certos de interpretar os sentimentos de todos os portugueses que, independentemente das suas opções políticas e ideológicas, vêem na URSS e na sua persistente política de desarmamento um factor decisivo de paz e progresso para toda a humanidade.

As celebrações do 71.º Aniversário das gloriosas jornadas do 7 de Novembro de 1917 que, com a fundação do primeiro Estado de operários e camponeses marca uma viragem radical na história da humanidade, tem lugar no momento em que o povo soviético, por iniciativa e sob a direcção do PCUS, se encontra empenhado, na realização de tarefas, também elas de alcance e significado revolucionário. Apoiando-se na experiência acumulada pela URSS e também por outros países socialistas no processo de edificação da nova sociedade, superando atrasos, erros e deformações, acelerando o desenvolviemnto socioeconómico, procedendo a uma profunda democratização do Partido, do Estado e da sociedade com a reposição efectiva do poder dos sovietes, a «perestroika», inspirada no pensamento criador de Lenine e na concepção leninista do socialismo significará sem dúvida um extraordinário reforço do socialismo, do seu poder de atracção, da sua influência no processo de libertação dos trabalhadores e dos povos e com toda a vida internacional.

A situação internacional, complexa e contraditória, em que não foi ainda afastado o perigo de holocausto nuclear, apresenta entretanto elementos novos altamente positivos. São reais aos possibilidades de operar uma viragem no sentido do desarmamento, do desanuviamento e da coexistência pacífica. Os resultados já alcançados, designadamente com o histórico acordo de desmantelamento dos mísseis nucleares de médio e curto alcance soviéticos e norte-americanos, são inseparáveis das realizações do socialismo na URSS, da «perestroika», da consequente, activa e inovadora política de paz que lhe está associada em conjugação com a luta dos trabalhadores e dos povos pela sua libertação. Confirma-se assim que a nova sociedade saída da Revolução de Outubro, o socialismo, constitui uma realidade da qual é inseparável no mundo contemporâneo o avanço dos povos pelo caminho da independência, do progresso social e da paz. Hoje, como sempre, independentemente de factores circunstanciais, o PCP continuará a valorizar o papel decisivo da URSS e demais países socialistas na luta pelo progresso social e em defesa da paz e a combater as campanhas de diversão política e ideológica conduzidas pelo imperialismo visando deformar a real natureza e conteúdo da sua acção.

Queridos Camaradas

Uma vez mais vos desejamos os melhores sucessos nas tarefas em que vos encontrais empenhados, em particular, as decorrentes do XIX Conferência do PCUS.

Confirmamos a nossa vontade de fortalecer sempre mais os sólidos laços de fraternal amizade, cooperação e solidariedade existentes entre os nossos dois partidos, no interesse dos nossos dois povos e países, da unidade do movimento comunista internacional, dos ideais do socialismo, do comunismo e da paz.

Viva o 71.º Aniversário da Revolução de Outubro!
Viva a Amizade e a Solidariedade entre o PCP e o PCUS!
Viva o marxismo-leninismo e o internacionalismo proletário!

Comemorações na Praça Vermelha

Um animado e criativo desfile popular na Praça Vermelha, uma parada militar relativamente reduzida, e uma cerimónia solene, reunindo o Comité Central do PCUS, os Sovietes Supremos da URSS e da Federação Russa, a Comissão Central de Revisão, responsáveis de Ministérios e veteranos do PCUS — marcaram as comemorações do 71.º aniversário da Revolução de Outubro na URSS.

O socialismo como caminho irreversível e a realidade viva da perestroika marcaram naturalmente os discursos pronunciados.

Na sua declaração no Kremlin, Gorbatchov sublinhou que os povos da União Soviética «continuam a pensar que é somente seguindo o caminho do socialismo» que o país «poderá abordar dignamente o século XXI e ocupar um lugar na comunidade mundial.

Gorbatchov salientou ainda que «a unidade, a amizade e uma cooperação equilibrada de todos os povos soviéticos constituem uma garantia de progressos futuros de cada um deles e uma condição indispensável para o êxito da perestroika em geral».

Numa curta alocução na Praça Vermelha, o ministro da Defesa, Dmitri Yazov, chamou a atenção para a recusa de facto em desarmar defendida na prática por determinados sectores e governos no mundo capitalista.

Disse Yazov que «a destruição das armas nucleares de médio e mais curto alcance ainda agora começou e já existem planos para a sua substituição, modernização, construção de armas convencionais e continuação do programa de "guerra das estrelas"».

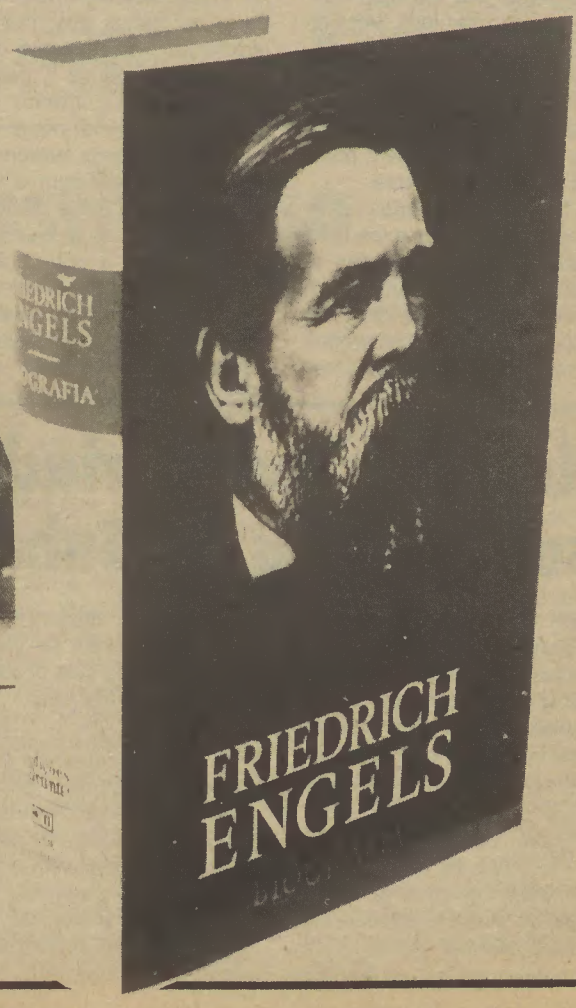
biografias
MARX-LÉNINE-ENGELS

Não se pode compreender o marxismo e não se pode expô-lo integralmente, sem ter em conta todas as obras de Engels *Lenine*

Uma iniciativa de
edições Avante!
e
Editorial Progresso

Biografias preparadas por um colectivo de autores do Instituto de Marxismo-Leninismo

Mais de 600 páginas
Formato: 14,6×22,0
Volume encadernado
Vários extratextos
Com fotos



Internacional

Afeganistão

Suspensa retirada das tropas soviéticas

Os soldados sapadores soviéticos, no Afeganistão, têm entre mãos, entre outras, uma muito significativa tarefa: sessões de informação entre a população afegã. Trata-se, antes do mais, de prevenir os miúdos das escolas contra as minas «oferta»: das pequenas lanternas chinesas aos brinquedos soviéticos. A realidade é que estes brinquedos são roubados, cheios de explosivos, e depois abandonados nas ruas de aldeias e cidades.
Uma forma de espalhar o terror, através do assassinato preferencial de crianças.
Vem este facto a propósito de uma notícia – importante – divulgada esta semana.
Dia 4, em Moscovo, o vice-ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Aleksandre Bessmertnikh, anunciou a **decisão soviética de suspender a retirada das suas tropas do Afeganistão.**

A atitude assim assumida pela URSS deve-se, nas palavras do ministro soviético, à situação política que actualmente se vive no Afeganistão, como consequência da acção terrorista de grupos armados de oposição. A retirada só será retomada quando se criar uma situação favorável.

Concretamente, e ainda nas palavras do ministro, «a União Soviética pretende cumprir os compromissos assumidos ao abrigo dos Acordos de Genebra, se estes não forem violados por outros signatários».

Sistemática violação dos acordos

A verdade é que os acordos de Genebra, assinados em Maio passado, têm vindo a ser sistematicamente violados.

Desde a sua entrada em vigor (e isto são números de Outubro, que entretanto já sofreram novos agravamentos), mais de 700 civis foram vítimas de acções dos grupos terroristas. No mesmo período foram destruídos 346 prédios de habitação e 45 edifícios administrativos.

O esforço no sentido de criar uma situação de terror e de instabilidade entre a população, é bem evidente.

São os brinquedos minados, de que falámos, os bombardeamentos cegos das cidades – e os centros administrativos e as cidades mais importantes são os principais alvos –, as bombas nos mercados e nas paragens de autocarro.

Cabul foi bombardeada, só no mês de Setembro, 21 vezes, por 200 «rockets». Agressões de que resultaram 70 mortos e mais de 200 feridos.

Caravanas com novas armas atravessam as fronteiras do Paquistão. Alguns grupos armados dispõem até de armas químicas, como é o caso do Partido Islâmico do Afeganistão e da União Islâmica da Libertação do Afeganistão.

A guerra faz-se também no plano socioeconómico. Entre os planos dos grupos terroristas, recentemente denunciados, conta-se a transferência para o interior do país de 4 mil milhões de «afeganis» (moeda nacional), em notas falsas, com o fim de açambarcar bens alimentares e provocar graves carências entre a população. Tais transferências inserem-se num conjunto de acções orientadas para a desestabilização da vida no país, que incluem também operações militares no sentido de impedir o fornecimento de víveres às cidades.

No plano directamente político, e em aberto confronto com o acordado em Genebra, foi criado, em Setembro, em território paquistanês, um «governo de transição dos "mujahedin" do Afeganistão». Apesar dos desmentidos do governo paquistanês, e conforme denúncia do porta-voz soviético Guennadi Guerassimov, «os factos testemunham que esse governo não só foi criado como ainda desenvolve actividades com beneplácito das autoridades paquistanesas».

Na mesma linha de acção, e segundo a imprensa paquistanesa, uma delegação da «aliança dos sete» pretende deslocar-se a Nova Iorque, aquando do debate, na Assembleia Geral da ONU, da questão afegã.

As «pretensões da oposição armada afegã ao reconhecimento internacional, manifestadas através da "aliança dos sete" são absolutamente infundadas», denunciou Guerassimov, chefe da secção de Informaçã o do ministério dos Negócios Estrangeiros da URSS, «a aliança não reconhece os acordos de Genebra sobre a resolução por via política da situação em torno do Afeganistão alcançados sobre a égide da ONU, continuando a apostar na força, na solução dos problemas afegãos internos e rejeitando as propostas do governo afegão de entabular um diálogo para criar uma ampla coligação».

Do lado da paz

«Desde 15 de Maio, a oposição armada impõe-nos uma guerra em que a contragosto temos que estar envolvidos. No entanto, a política de reconciliação nacional, que é o principal objectivo estratégico do nosso poder, não deve ser abandonada. Por outras palavras, **se nos impõem a guerra, cabe-nos a nós impor a política de reconciliação**». Palavras do presidente afegão Najibullah, secretário-geral do CC do Partido Popular Democrático do Afeganistão, numa reunião de dirigentes de partidos políticos afegãos.

Nesta reunião, os dirigentes dos partidos políticos declararam o seu apoio à política de reconciliação nacional.

A resolução final da reunião exprime esse apoio e sublinha a necessidade de pôr fim à guerra e abrir o diálogo. Os partidos afegãos manifestam igualmente o seu apoio aos acordos de Genebra e afirmam que a amizade afegano-soviética é um factor importante para a resolução das tarefas do desenvolvimento económico e social e a estabilidade da República do Afeganistão no plano internacional.

Por todo o país, em diferentes províncias, têm vindo a realizar-se jirgahs (assembleias populares) a favor da política de reconciliação nacional.

Apesar das enormes dificuldades levantadas pelas autoridades paquistanesas, continuam a regressar os refugiados – mais de 8000 desde o acordo de Genebra.

É nas multiformes manifestções de apoio popular, na manifestação de confiança que é o regresso de cada refugiado, nos esforços para o desenvolvimento económico (mais de 75% da ajuda estrangeira é soviética) – que se desenvolve a batalha pela paz, por uma solução política dos problemas do país, por uma superação política de um foco de tensão e guerra.

Batalha bem difícil, como a actual suspensão da retirada das tropas soviéticas testemunha.

Nota do Secretariado do CC do PCP sobre a ida de Suharto a Timor-Leste

1. A ida do presidente Suharto da Indonésia a Timor-Leste com o claro objectivo de tornar um acto consumado a anexação daquele território merece a mais viva condenação e repulsa do PCP.

2. As declarações do porta-voz da Casa Branca, em Washington, durante a visita de Suharto aceitando a anexação de Timor-Leste, mostram bem o apoio dos EUA não só à ditadura Indonésia mas também ao genocídio perpetrado pela ditadura contra o povo maubere.

3. O PCP alerta a opinião pública portuguesa para a difícil situação que enfrenta a luta do povo de Timor-Leste e apela a todos os portugueses a manifestarem o seu repúdio pelas pretensões indonésias e o seu apoio nos justos direitos do povo maubere.

4. O PCP exige do Governo português uma atitude de empenhada no sentido do cumprimento do artigo 297 da Constituição. O PCP considera necessária a concretização de um grande consenso nacional em torno da independência de Timor-Leste. Os órgãos de soberania, as instituições, os partidos políticos, os cidadãos portugueses devem agir para que o povo de Timor-Leste possa exercer livremente o seu direito à autodeterminação e à independência.

5. Neste momento difícil da vida do povo de Timor-Leste o PCP de novo manifesta à Fretilin e a todos os patriotas timorenses a sua solidariedade de combate, seguro de que a justa causa do povo maubere acabará por vencer.

(Mais informação sobre este assunto na página 9).

Municípios livres de armas nucleares – Encontro Ibérico

Realizou-se em Lagos, no sábado passado, o I Encontro Ibérico de Municípios Zonas Livres de Armas Nucleares (ZLAN), com a presença de representantes de mais de meia centena de autarquias portuguesas e espanholas.

Quatro grandes temas estiveram no centro dos debates: armas nucleares – ameaça à integridade, segurança e soberania dos Estados da Península; Municípios ZLAN – influência e participação nacional e internacional pelo desanuviamento e desarmamento; Cultura pela paz e poder local – necessidades das populações; Gastos com o armamento e defesa do meio ambiente.

No Apelo-proclamação, aprovado no encontro de Lagos, afirma-se que os povos ibéricos se envolvem hoje activamente na «grande descoberta do nosso tempo: a da paz, de um clima de sã convivência e diálogo norteador das relações internacionais, um ambiente de amizade e cooperação».

O Apelo dirige-se aos órgãos de soberania de Portugal e Espanha para a declaração da Península como zona livre de armas nucleares, não permitindo «em qualquer momento» o estacionamento, trânsito ou instalação de armas nucleares, a não utilização do espaço aéreo, terrestre ou marítimo «por terceiros» para o apoio ou lançamento de operações bélicas.

Deputados da Moldávia em Portugal

Uma delegação da República Soviética da Moldávia, integrada pelos deputados ao Soviete Supremo da República, Nicolai Bondartchuk e Ilya Juravliv e a deputada ao Soviete da cidade de Kichinev, Ludmila Skalnaia, deslocou-se a Lisboa a fim de participar nos «dias da URSS».

«Uma das tarefas que se coloca ao povo moldavo é a aceleração do desenvolvimento económico e social, visando a elevação do seu bem-estar», salientou Nicolai Bondartchuk, sublinhando ainda que «a Moldávia é uma das 15 Repúblicas da URSS que, segundo a Constituição, goza de autonomia e independência na solução das questões do desenvolvimento económico».

Também o primeiro **vice-ministro da Saúde Pública da URSS**, Igor Denissov, esteve em Portugal para participar na I Conferência ministerial para a Educação médica na Europa.

O ministro soviético informou que os objectivos do novo sistema de ensino médico, em vigor desde o ano passado, são a elevação do seu nível e uma maior orientação para o carácter prático da profissão. Nos cursos de reciclagem participam actualmente 135 mil médicos.

Ingerência nos assuntos internos da Polónia

O Departamento de Estado norte-americano qualificou como «infeliz» a decisão do governo polaco de encerrar e desmantelar, a partir de 1 de Dezembro, por razões económicas, os estaleiros navais de Gdansk, na Polónia. Também o Papa João Paulo II se declarou «preocupado com o futuro dos trabalhadores dos estaleiros de Gdansk».

Na própria altura em que foi anunciado o desmantelamento dos estaleiros, o governo polaco informou que todos os trabalhadores poderão ser admitidos em empresas na zona de Gdansk e os que o desejarem poderão frequentar cursos de reciclagem pagos pelo Estado.

Note-se que não consta que alguma vez se tenham oficialmente manifestado quaisquer formas de «preocupação» face aos frequentes encerramentos de empresas no mundo capitalista, e nomeadamente nos Estados Unidos.

Entretanto o comportamento de Thatcher, aquando da sua recente visita à Polónia, foi qualificado pelo porta-voz do Partido Trabalhista britânico, George Foulkes, como «a mais controversa intervenção num país desde a de Adolf Hitler há 50 anos».

Krasnoiarsk

Peritos soviéticos e norte-americanos debateram a transformação do radar de Krasnoiarsk num centro de cooperação internacional de investigação e exploração do espaço com fins pacíficos, proposta por Mikhail Gorbatchov a 16 de Setembro último.

Entretanto, em Nova Iorque, delegações da Checoslováquia, Bielo-Rússia, Bulgária, Hungria, Laos, Mongólia, Polónia, Ucrânia e URSS, apresentaram à Assembleia Geral da ONU um projecto de resolução em que se propõe a realização de conversações multilaterais no âmbito da Conferência do Desarmamento da ONU para a conclusão de acordos que impeçam a corrida aos armamentos no Espaço e desenvolvam a sua exploração pacífica.

Internacional

África Austral
Volta a crescer a tensão militar

Ultrapassada que foi a data de 1 de Novembro sem que tivesse sido iniciada a implementação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, para a independência da Namíbia, aumenta na África Austral a preocupação de que a tensão militar se venha a agudizar, face aos obstáculos que impedem a concretização dos acordos de paz para a região.

O presidente da República Popular de Angola, José Eduardo dos Santos, denunciou há dias em Praga, durante uma conferência de imprensa, que «tanto a África do Sul como os Estados Unidos continuam a apresentar exigências sobre os prazos de retirada das forças militares cubanas de Angola e sobre o volume dos efectivos de um eventual acordo». Recordando que «neste momento existem duas propostas, a dos EUA e a de Angola», Eduardo dos Santos garantiu que a parte angolana está empenhada em chegar a uma solução de compromisso, o que «não foi possível alcançar porque não se puderam realizar as consultas previstas até ao primeiro dia deste mês para conseguir tal acordo».

Em Agosto deste ano, lembrou, chegou-se em Genebra a uma série de entendimentos que caducaram no passado dia 1 de Novembro, o que pode fazer aumentar a tensão militar na África Austral.

Nós — disse José Eduardo dos Santos — **esforçar-nos-emos para que todas as partes possam encontar quanto antes uma via para reajustar o entendimento alcançado em Genebra. Uma vez resolvido o problema e eliminados os factores externos, o governo de Angola iniciará um processo de integração social de todos os angolanos, sejam eles da Unita ou não, desde que abandonem a violência armada e respeitem a lei constitucional do país.**

Nós não prevemos, sublinhou o presidente angolano, **a via militar para resolver o problema interno uma vez que cessem as ingerências externas, embora tenhamos capacidades bélicas, porque isso levaria tempo e exigiria novos sacrifícios.**

A nossa política, garantiu Eduardo dos Santos, **tem o seu aspecto humanitário. Queremos salvar vidas para a reconstrução económica e a valorização dos recursos naturais que em Angola são imensos.**

Atendendo a que neste momento as duas propostas em debate sobre a retirada das tropas cubanas de Angola se reportam a um prazo de 24 ou de 30 meses, parece lícito poder afirmar-se que as divergências de monta não dizem respeito a esta questão em particular. O mesmo não pode dizer-se no que se refere à ajuda externa à Unita, tanto da parte da África do Sul como dos Estados Unidos. Aqui reside na verdade o busílis da questão, uma vez que ambos pretendem garantir, muito mais do que um acordo de paz, uma intervenção directa nos assuntos internos angolanos.

***Não prevemos a via militar** para resolver o problema interno uma vez que cessem as ingerências externas, porque isso exigiria novos sacrifícios – disse José Eduardo dos Santos aos jornalistas, sublinhando que a política do MPLA e das autoridades angolanas é orientada no sentido de salvar vidas para a reconstrução económica*

Obstáculos à paz

A comprovar o efectivo boicote às conversações de paz na África Austral está a prática sul-africana, que nos últimos dias concentrou mais de 50 por cento dos seus efectivos militares na Namíbia ao longo da fronteira com Angola, como revelou a imprensa britânica.

Segundo a revista «South», mais de 50 mil soldados sul-africanos estão concentrados ao longo da fronteira norte da Namíbia, especialmente nas áreas de Ruacana, Ondangwa e Oshakati, de onde foram desalojados civis, enquanto unidades especiais da força aérea foram estacionadas na base de Rundu, um dos principais pontos de apoio militar e logístico sul-africano aos bandos da Unita.

Estas movimentações dificilmente podem deixar de ser consideradas como atentatórias do espírito dos princípios acordados no quadro das negociações quadripartidas entre Angola, Cuba, África do Sul e EUA, e como uma manifestação da falta de interesse de Pretória em implementar a Resolução 435.

Também o jornal britânico «The Guardian» publicou, a propósito, uma fotografia de uma parada de carros sul-africanos «Kasper», tirada na segunda-feira na fronteira norte da Namíbia, de onde se deveriam retirar a partir de dia 1 de Novembro, dizendo, citando um porta-voz do governo sul-africano, que Pretória «não tinha planos de iniciar terça-feira (da semana passada) a implementação da independência da Namíbia».

De referir, por outro lado, que não é de excluir a possibilidade da África do Sul estar a preparar uma nova invasão contra Angola, «numa altura em que a comunidade internacional está ansiosa que o actual processo de negociações quadripartidas traga a paz e a estabilidade no sudoeste de África», como refere a Angop.

Uma tal possibilidade radica no facto de a África do Sul ter acabado de desenvolver um novo tipo de carro de assalto, designado «Rooikat», que segundo o general Liebenburg, chefe do exército sul-africano, será posto em acção a partir do próximo ano «num país vizinho». A experiência já demonstrou que o «país vizinho» mais utilizado para «provas» deste tipo é a República Popular de Angola.

SWAPO acusa a África do Sul

Também a SWAPO acusou a África do Sul de continuar a bloquear o processo para a independência da Namíbia e, consequentemente, para a paz na África Austral.

Segundo o secretário daquela organização para a informação e propaganda, Hidipo Hamutenya, ao intervir num seminário sobre «A criança, o *apartheid* e a repressão na Namíbia», há dias efectuado em Londres, os Estados Unidos e a África do Sul «estão a introduzir elementos estranhos ao espírito das conversações quadripartidas, fazendo exigências totalmente injustas e irracionais».

Segundo aquele dirigente da SWAPO, na expectativa de uma possível vitória do candidato republicano, George Bush, na corrida para a presidência dos EUA, Pretória e Washington «estão empenhadas na introdução de novos «linkages» no processo de negociações, tais como forçar o governo de Angola a conversar com os agentes da desestabilização sul-africana, o que é inaceitável».

Recordando que desde a aprovação da Resolução 435, há dez anos, a África do Sul e os EUA têm vindo sempre a adiar a sua implementação através dos mais variados pretextos, Hidipo Hamutenya apelou às organizações de solidariedade com a luta dos povos da África Austral para que exerçam maior pressão sobre os respectivos governos, no sentido de anularem as manobras dilatórias da África do Sul tendentes a manter a ocupação da Namíbia e a dominação do seu povo.

Entretanto, sublinhou, a SWAPO continuará a observar a trégua em vigor, «uma vez que acredita que ainda possa existir uma oportunidade para a implementação da Resolução 435».

Independência de Angola

A República Popular de Angola comemora amanhã, dia 11 de Novembro, o 13.º aniversário da proclamação da sua independência nacional.

A data foi assinalada também em Lisboa, em iniciativas da Associação de Amizade Portugal-República Popular de Angola, em colaboração com a embaixada angolana na capital portuguesa, que tiveram como temas centrais a análise das relações entre os dois países e os dois povos.

Hoje, dia 10, realiza-se uma sessão solene, político-cultural, no Teatro Aberto, às 21,30, que terminará com a actuação do conhecido grupo de música popular angolana, «Os Merengues». Ainda no dia de hoje, mas durante a manhã, o embaixador de Angola em Lisboa dá uma conferência nas instalações da embaixada, que será antecedida pela projecção de um documentário sobre Angola.

Exposição de artes plásticas

Ainda no âmbito das comemorações da Festa Nacional angolana, o Departamento Cultural da embaixada de Angola em Lisboa leva a cabo uma exposição de Artes Plásticas de um dos maiores pintores angolanos, António Ole.

A inauguração da exposição, a terceira deste género que se realiza em Portugal, tem hoje lugar no Palácio Foz, às 19.30, onde ficará patente ao público até ao dia 18 de Novembro.

Sobre a obra de António Ole, diz Luís Camnitzer, na revista «Art in América», de Março de 1987: «A pintura de António Ole envolve uma combinação das tradições próprias do artista com as da arte ocidental, uma fusão em que o artista tenta manter vivas as suas tradições dentro de um quadro formal da arte ocidental. Há neste trabalho uma atitude subversiva que advém da incorporação de elementos da tradição indígena naquilo que parece ser uma assimilação de estilos da corrente principal».

Uma iniciativa que importa não perder.

Por outro lado, o Departamento Cultural da embaixada de Angola em Lisboa promove, no dia 12, um Recital de Poesia, seguido de um documentário sobre as potencialidades económicas da província da Huíla (Lubango), a realizar no Instituto Franco Português, às 21 horas.

Argélia altera Constituição

As alterações à Constituição da Argélia foram aprovadas por esmagadora maioria no referendo da passada quinta-feira, em que participaram cerca de 80 por cento dos 12 milhões de eleitores inscritos. As linhas principais das modificações propostas pelo presidente Chadli Bendjedid apontam para um incremento significativo da democratização e um alargamento das possibilidades de intervenção popular.

Estas linhas mestras são para o diário argelino «El Moudjahid» «um indicativo concreto no que toca à orientação que marcará sem qualquer dúvida os outros passos ulteriores do conjunto do projecto de reformas políticas».

Num comentário daquele jornal distribuído à imprensa pelos serviços da embaixada da Argélia em Lisboa afirma-se que o projecto de revisão constitucional tornado público a 12 de Outubro pelo presidente da República e do Partido da Frente de Libertação Nacional é «uma reforma política», e não uma questão de «simples técnica governativa».

A ideia fundamental das alterações constitucionais aprovadas no referendo de dia 3 é — afirma o «El Moudjahid» — pôr em prática, «de forma fortemente reforçada, o recurso à soberania popular, à vontade e ao veredicto do povo».

Principais alterações

A mesma fonte deu a conhecer as principais alterações à Constituição da Argélia, recordando logo de início que estas se inscrevem «no quadro da primeira etapa da concretização das reformas políticas anunciadas pelo chefe de Estado».

Um dos novos artigos determina que «a soberania nacional pertence ao povo», que a exerce por meio de referendo e de representantes eleitos; aqui se consigna que o PR «pode recorrer directamente à vontade do povo», ou seja, pode convocar referendos sobre questões de interesse nacional.

Os poderes do presidente (e a possibilidade de os delegar) são definidos num conjunto de artigos: é o chefe supremo das forças armadas e responsável pela defesa nacional e pela política externa, nomeia (e pode demitir) o chefe do governo, preside ao conselho de ministros, convoca referendos.

O chefe de governo nomeado pelo PR elabora, coordena e executa o programa do executivo; para formar o governo deve proceder a «largas consultas», propondo depois os seus elementos ao Presidente para nomeação; o programa de governo é apresentado à Assembleia Popular Nacional e pode aí ser alterado pelo primeiro-ministro; caso seja reprovado o programa, o chefe de governo apresenta ao presidente a sua demissão e este indica novo primeiro-ministro; se também o segundo programa de governo foi reprovado na APN, esta é dissolvida e são convocadas eleições gerais num prazo máximo de três meses.

Internacional

EUA

Bush é o novo presidente

George Bush, candidato republicano, foi eleito presidente dos Estados Unidos. O 41.º presidente. O que na prática significa que o Partido Republicano irá permanecer na Casa Branca, desde já, 12 anos consecutivos. A nova derrota eleitoral dos democratas, reforça ainda o constactar de uma realidade. A conhecida «alternância» como uma realidade política que seria inerente à democracia burguesa, parece esbater-se consideravelmente.

Neste breve apontamento sobre a eleição do novo presidente americano — com óbvias implicações no plano internacional — limitamo-nos a salientar alguns factos.

Um primeiro — o peso da abstenção. A prática corrente é que apenas metade do eleitorado vai às urnas. Sendo que a maioria dos que não têm qualquer confiança nas consequências políticas do voto, são exactamente os mais atingidos pela política social e económica da Casa Branca. Em primeiro lugar os negros.

Não é por acaso esta desconfiança em relação às eleições. Pesam particularmente nos processos eleitorais na América, factores como o dinheiro (com que nomeadamente se alimenta o espectáculo da campanha). O candidato vitorioso é geralmente — ainda que não obrigatoriamente — aquele que dispõe de maiores fundos para a campanha.

Um facto que tem também a ver com o outro poder — que nenhum voto, nenhum mecanismo democrático legitima — o poder dominante, o poder do grande capital, e mesmo em particular do complexo militar industrial.

A verdade é que nas eleições nos EUA, não há muito por onde escolher. As similitudes entre os programas apresentados são óbvias. A dificuldade está em encontrar as diferenças. Tanto mais quanto neste caso, o candidato dos democratas, Dukakis, apareceu a fazer equipa com o conservador Lloyd Bensen. Que diferenças de política estiveram assim em causa?

Nos debates e nos confrontos havidos ao longo da campanha, poder-se-ia bem dizer que o essencial foi sempre o acessório. A questão do aborto, por exemplo, assumiu foros de grande polémica, quando dados estatísticos indicam (mesmo que possam ser incompletos) que apenas 3% das mulheres americanas abortou o ano passado.

Quando se tratava de problemas bem reais como o défice do orçamento, o endividamento dos Estados Unidos, ou as despesas militares, ambos os candidatos escudavam-se em considerações fluídas ou no silêncio puro e simples.

E no entanto, actualmente, o orçamento anual no Pentágono representa cerca de 1200 dólares por cada americano. Um casal com dois filhos trabalha, em média, um dia por semana, para a corrida aos armamentos.

Nesta questão essencial, difícil se tornou escolher entre Bush, que na sua campanha objectivamente se serviu do acordo de desarmamento nuclear americano-soviético, mas entretanto preconiza o mesmo nível de despesas com o armamento, e Dukakis, que defende a compensação da redução das armas nucleares com o reforço do armamento convencional.

É fácil de compreender que neste quadro muitos e muitos americanos não tivessem pura e simplesmente candidato em quem votar.

Um outro facto a salientar é o peso da própria realidade internacional em transformação. Por um lado o acordo de desarmamento nuclear para a Europa, afirmado por força de uma extremamente activa política soviética de paz, acabaria por ser um elemento a favor do candidato que se afirma como continuador de Reagan. Por outro, e não será de mais sublinhar isso hoje, qualquer que seja a administração norte-americana, o peso dessa realidade internacional vai-se impor e condicionar a sua política externa.

Sem escamotear as profundas resistências que se erguem ao processo de desarmamento no próprio momento em que este se inicia — não por acaso os tratados de desarmamento foram assinados, não por acaso é hoje possível falar de perspectivas de paz na África Austral, não por acaso a Nicarágua não foi directamente invadida por tropas norte-americanas.

Para concluir, um facto que é um alerta, e sem dúvida uma esperança para o futuro. O que se chegou a chamar o «fenómeno Jackson».

Falando — ele sim — aberta e concretamente dos grandes problemas que se vivem na América, dirigindo-se às grandes massas de trabalhadores e de negros — Jesse juntou multidões em seu torno e as sondagens chegaram a indicar uma possível vitória de uma dupla Dukakis-/Jackson, tal a importância assumida pela campanha do dirigente negro.

Um facto muito sintomático e que não poderá ser apagado da realidade viva, social e política dos Estados Unidos.

Israel

Impasse na formação de novo governo

Continua em Israel a indefinição quanto ao futuro governo do país, dez dias depois das eleições gerais em que nenhum dos principais partidos, Likud e Trabalhista, conseguiu uma maioria clara para formar governo.

O presidente israelita, Chaim Herzog, a quem compete indigitar o responsável pela formação do executivo, sugeriu no início da semana que o Likud e o Partido Trabalhista chegassem a acordo para a formação de um governo de unidade nacional para a reforma do sistema político.

O impasse gerado pelas eleições de 1 de Novembro radica no sistema de representatividade proporcional levado às suas últimas consequências, o que permite que os pequenos partidos sem grande implantação consigam representação parlamentar. Neste contexto, os partidos religiosos, alguns representando os judeus ultra-ortodoxos, conquistaram 18 lugares, e os de extrema direita sete lugares.

Dado que a diferença entre o Likud, de Yitzhakg Shamir, e o Partido Trabalhista, Maharach, de Shimon Peres, foi apenas de um deputado em favor do primeiro, as possibilidades de coligação para uma maioria estável passam ou por um entendimento entre ambos ou, em alternativa, por um entendimento entre cada um deles com os representantes dos pequenos partidos.

A última hipótese apresenta sérios riscos para Israel, já que o apoio dos partidos mais radicais ao Likud está dependente, como foi dado a conhecer publicamente, de uma série de concessões que consagrariam a clara intromissão das questões religiosas nas questões do Estado. De referir, por exemplo, as anunciadas exigências de revisão dos princípios de concessão do estatuto de «judeu» assentes em teorias claramente racistas (arianas), a proibição do aborto, a proibição de uma série de actividades políticas, culturais e desportistas no chamado «dia de descanso», etc., que radicalizariam ainda mais a política que vem sendo seguida por Israel, tanto a nível interno como regional.

A consciência destes perigos levou já o «número dois» do Partido Trabalhista, Yitzhak Rabin, a declarar que o seu partido deveria tentar formar governo com o Likud, de forma a evitar que os extremistas religiosos chegassem ao poder. Para Rabin, actual ministro da Defesa, «uma coligação direita-religiosos conduziria o Estado a uma situação perigosa e nós não temos um Estado de reserva».

Esta indefinição, entretanto, em nada beneficia a situação de tensão que se continua a viver nos territórios árabes ocupados por Israel. As forças de ocupação mataram mais dois palestinianos no vale do Jordão, elevando para mais de 500 o número dos cidadãos mortos desde o levantamento popular palestiniano há onze meses.

A tensão na Faixa de Gaza e na Cisjordânia ameaça de resto voltar a subir nos próximos dias, devido à decisão das autoridades militares israelitas de isclar aqueles territórios a partir de amanhã e por um período indeterminado.

A decisão, que se prende obviamente com a realização, a partir de sábado, da reunião em Argel do Conselho Nacional Palestiniano, visa impedir eventuais manifestações de apoio àquela inciativa e dar resposta à esperada declaração de um Estado palestiniano independente.

O isolamento dos territórios, com a imposição do recolher obrigatório, implica a proibição das entradas e saídas dos territórios abrangidos, incluindo de jornalistas, que só o poderão fazer acompanhados por oficiais israelitas.

Numa palavra, a repressão nos territórios ocupados deve provocar novas vítimas nos próximos dias, sem que se perspective quaisquer possibilidades de pôr termo ao sangrento conflito que há décadas devasta aquela região do Médio Oriente.

«A acção mais brilhante do movimento sindical português neste ano que agora vai terminar foi a corajosa luta dos mineiros de **Aljustrel** pelo aumento de salários e o restabelecimento da legalidade administrativa no sindicato. Durante meses estes valentes trabalhadores aliaram a uma persistente luta na empresa, sob a forma de «trabalho lento», concentrações maciças, quase diárias, de centenas de mineiros no sindicato. Esta ampla movimentação culminou com a heróica greve de 35 horas no fundo da mina e com a ocupação do sindicato durante mais de 24 horas por cerca de 1000 mineiros secundados pela população local, donde foram desalojados pelas forças da GNR e da PSP sob a ameaça das metralhadoras.

A luta pela eleição de uma direcção honesta teve agora o seu epílogo vitorioso. O delegado do INTP, certamente pela pressão das lutas mineiras e da solidariedade internacional que souberam grangear por iniciativa da poderosa FSM, tentou resolver a anormalidade directiva do sindicato pela imposição duma direcção da sua confiança, capitaneada pelo provocador da PIDE, Amadeu. Esta tentativa foi anulada pela acção unida dos mineiros que em plena Assembleia Geral fizeram eleger por esmagadora maioria uma direcção escolhida pela classe, escorraçando definitivamente o provocador Amadeu.»

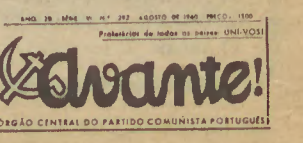
(«Um ano de lutas sindicais...» — «Avante!» VI Série, n.º 295, Novembro 1960)

«Nestas últimas semanas o minisro das Corporações tem-se afadigado a fazer reclame de novas regalias da Previdência, anunciando aos quatro ventos que elas custarão às Caixas 120 000 contos por ano.

Para termos uma ideia do que representa esta nova dádiva, lembremos alguns números referentes às Caixas Sindicais de Previdência: tendo 933 000 contos de receitas em 1958, estas Caixas não chegaram a gastar 400 000 contos em abono de família, medicamentos, consultas, subsídios, pensões — enfim, em todas as formas de assistência aos trabalhadores associados. Entretanto, metade dessas receitas — quase meio milhão de contos — foram destinados nesse ano àcompra de títulos do Estado e de acções e obrigações de grandes empresas capitalistas. As Caixas Sindicais puderam assim anunciar em 1958 a existência em «reservas» de 3 milhões e 600 mil contos, quantia fabulosa que se encontra inteiramente nas mãos da grande burguesia: só três empresas eléctricas, as Hidroeléctricas do Cávado, do Zêzere e do Douro, têm mais de meio milhão de contos da Previdência integrados no seu capital (...).

Os 120 000 contos e as novas regalias anunciadas com tanto barulho pelo ministro das Corporações não alteram esta situação revoltante — são «tristes migalhas para iludir a realidade» como já foi dito num congresso da União Nacional.»

(«A Previdência ao serviço dos monopólios» — «Avante!» VI Série, n.º 295, Novembro 1960)



Em Foco

Avante!
Ano 58 – Série VII
N.º 776
10 de Novembro de 1988
3.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Dentro de uma vintena de dias as portas do Palácio de Cristal abrir-se-ão para o início do XII Congresso do nosso Partido.

Até lá, este espaço continuará aberto na prossecução dos objectivos que se propôs.

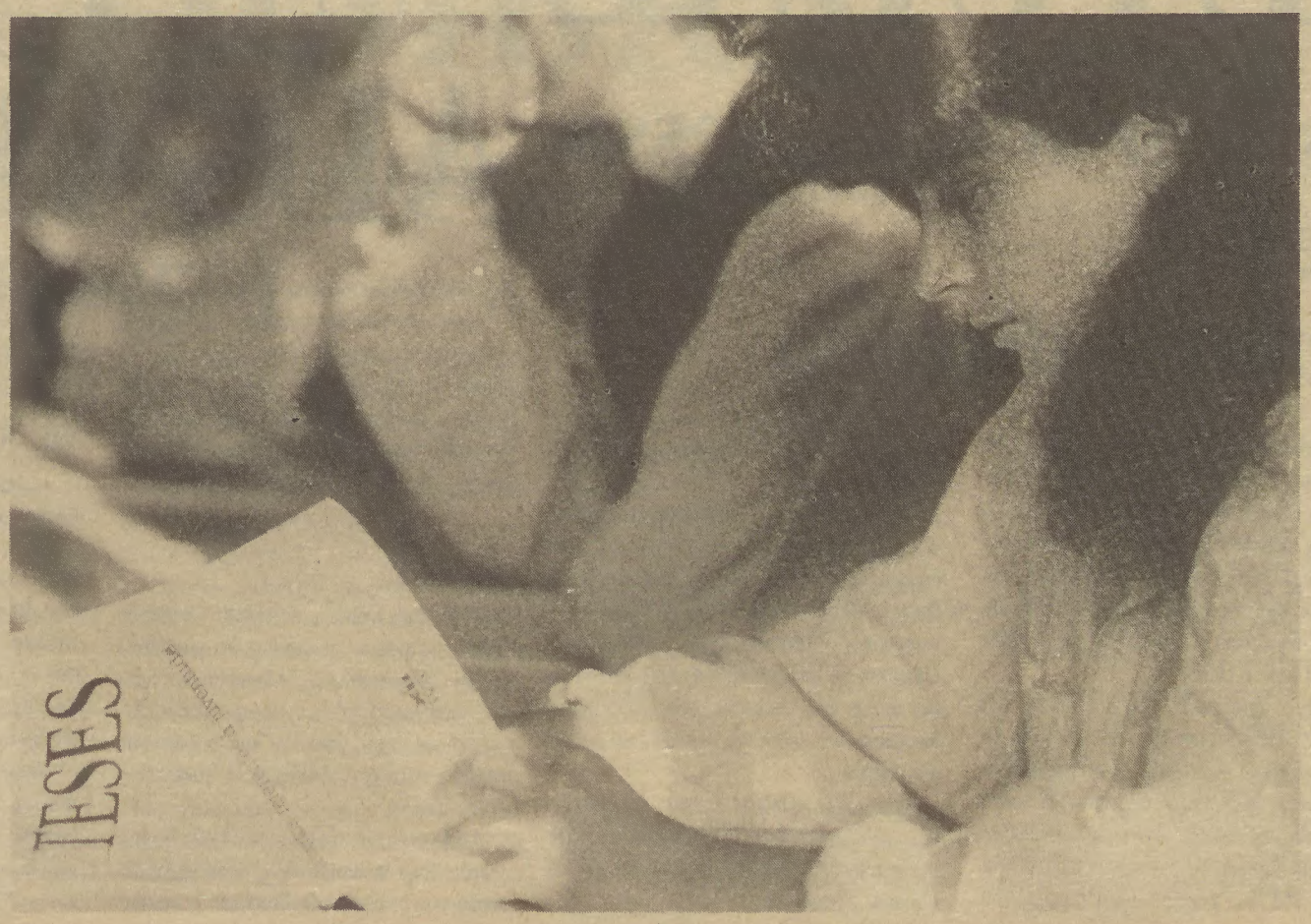
Numerosos testemunhos se nos têm manifestado sobre a oportunidade e a utilidade desta secção do nosso jornal na preparação do Congresso, na abordagem dos seus temas fundamentais, na «notícias, informação e opinião» para que foi criada.

Nos números que ainda publicaremos (o último coincidirá com o próprio dia da abertura dos trabalhos) vamos ainda tentar enriquecê-la, torná-la ainda mais um eficiente instrumento dos trabalhos preparatórios, dos debates, do aclaramento das grandes questões que vão ser submetidas ao Congresso.

A correspondência dos leitores tem suscitado o largo interesse dos militantes do Partido e de todos os que se interessam por conhecer ao vivo, sem preconceitos nem reservas mentais, a realidade do nosso Partido e o que para os comunistas significa a realização do seu XII Congresso.

É desejável que cada vez mais, até ao último momento que antecede o Congresso, as duas páginas que podemos reservar às inúmeras cartas que temos recebido incidam sobre a temática do Congresso, que cada vez mais abandonem a polémica pessoal e permitam a cada leitor exprimir com elevação as suas ideias, dar daquela forma um contributo de inapreciável valor acessório para o debate no seio da organização do Partido.

E é útil lembrar que a Redacção, sem pensamentos reservados restritivos, se reserva os termos da insersão e publicação das cartas no «XII Congresso Em Foco» que até ao seu último número antes do Congresso dará espaço e acolhimento à correspondência dos leitores.

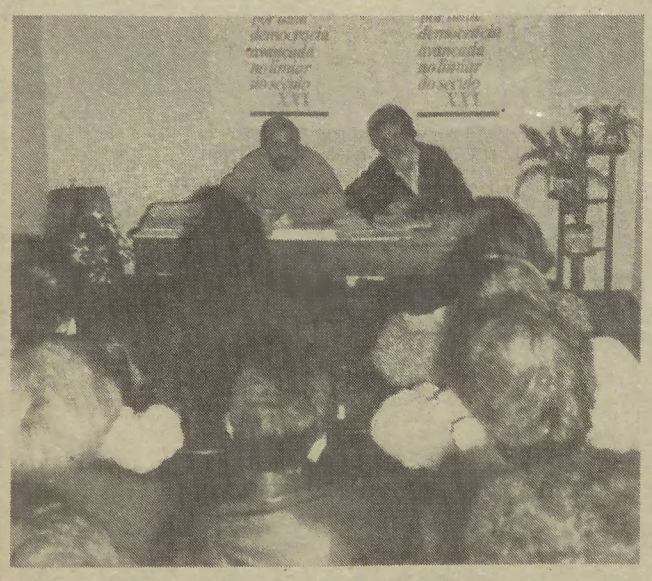


AVEIRO

Já eleitos 30 dos 47 delegados e o debate cada vez mais participado

Correspondendo às perspectivas avançadas da nossa crónica da semana anterior realizam-se, entre os dias 4 e 6 de Novembro, no distrito de Aveiro, 15 Assembleias Plenárias para discussão das Teses e eleição dos delegados. Tratou-se, neste plano, do fim-de-semana mais intenso da preparação do Congresso.

Ao longo destas semanas temos afirmado a subida da participação nos trabalhos à medida que o Congresso se vem aproximando. Este fim-de-semana não escapou à regra. Em 13 das 15 Assembleias tratou-se das segundas realizadas em idênticas áreas da organização distrital e, comparando a participação global das segundas em relação às primeiras constata-se a subida referida, havendo a destacar a presença nova de mais de uma centena de camaradas que ainda não tinham participado na primeira volta da discussão (Projectos de Programa e de Alteração aos Estatutos).



Uma assembleia em Aveiro

Não é lugar comum afirmar que se verificou grande apoio às teses apresentadas pelo CC. Tal apoio na generalidade foi expresso nas conclusões da quase totalidade das Assembleias (com dois ou três casos omissos), verificando-se nos casos em que houve votação formal a unanimidade.

É claro que se verificam dúvidas (normalmente esclarecidas em resultado do debate) e diferenças de opinião, bem como muitas certezas e confiança, mas pode-se falar em quase unanimidade acerca das teses se elas forem entendidas tal qual o CC as apresenta, isto é, as teses não são um documento acabado e fechado no qual são reconhecidas «lacunas que se torna necessário preencher e pistas de reflexão que têm que ser aprofundadas». Neste sentido tem surgido o apelo para que a discussão não se limite à identificação e ao reconhecimento das lacunas mas também à contribuição para o desaparecimento das insuficiências das teses.

Todavia, à semelhança do que já acontecera com a discussão do projecto de Programa, alguns camaradas reconhecem nas Teses, com satisfação, algumas interrogações que vinham colocando e também algumas respostas a essas interrogações. Pode mesmo constatar-se a confiança reforçada na capacidade colectiva do Partido, devido aos documentos já produzidos, e a esperança de que o XII Congresso corresponda ao nível e à profundidade da discussão já travada.

Alguns camaradas avançam já na discussão actual com a necessidade de após o Congresso se avançar também com um esforço para a elevação da militância e para colocar a prática corrente das organizações do Partido mais de acordo com a letra e o espírito dos documentos orientadores já que, de acordo com esses camaradas, é neste plano que residem muitos dos problemas que hoje temos.

Perante a tarefa impossível de relatar, em pouco espaço, a discussão surgida em 15 Assembleias, apenas podemos apresentar mais algumas questões que estiveram presentes.

Parte significativa da discussão foi preenchida pelos desenvolvimentos da situação política desde o X Congresso. Mais uma vez foram as questões relacionadas com as eleições presidenciais as que dominaram já que há camaradas que continuam a pensar que o critério do acerto de uma orientação é o seu êxito ou o seu fracasso. Para tais camaradas, que viram as suas opiniões contrariadas por outros participantes, só se devia apontar como meta o que tivesse êxito garantido.

Ainda a este respeito, embora se reconheça o conteúdo autocrítico de algumas teses, foi chamada a atenção, por um participante, para o facto de se não fazer referência ao envolvimento (e seu significado) de sectores que nos são próximos e mesmo de alguns militantes do Partido na candidatura de Maria de Lurdes Pintasilgo.

Outra questão que teve eco em várias Assembleias, sob várias formas, foi a batalha ideológica. O reconhecimento do poder dos meios de que dispõem os inimigos de classe e a possibilidade de, mesmo assim, influenciarmos decisivamente na luta de ideias estiveram presentes na discussão e, à volta disto, falou-se da «imagem» e da «linguagem» do Partido, dos meios de comunicação de que dispomos, das formas de fazer chegar uma mensagem que é justa, de forma acessível e compreensível, aos trabalhadores e à população em geral.

Mais uma vez as questões da situação internacional, da reestruturação na URSS da CEE e da vida do Partido, particularmente a das próprias organizações em Assembleia, estiveram também em discussão entre muitos outros temas.

Como por exemplo da discussão sobre assuntos internos refira-se a surgida na Freguesia de S. Paio de Oleiros, no concelho da Feira, acerca da necessidade de um Centro de Trabalho no Norte do concelho. Há muito que aquela organização defende tal necessidade e, há alguns anos atrás, quando se tratou de abrir o Centro de Trabalho concelhio os camaradas defenderam que devia ser a Norte e não na sede de concelho. Os camaradas tinham opinião e defenderam-na mas, como ela não vingou, foram dos principais dinamizadores da campanha do Centro de Trabalho da Feira. Estes camaradas que se submeteram à decisão colectiva e por ela trabalharam exemplarmente continuam a ter a mesma opinião – a da necessidade de mais um Centro de Trabalho, mais a Norte.

Eleitos mais 24 delegados

As quinze Assembleias deste fim-de-semana elegeram 24 delegados efectivos ao Congresso e igual número de suplentes. Somados aos eleitos anteriormente são já conhecidos 30 dos 47 delegados pelo distrito de Aveiro.

Quanto a estas eleições eis a síntese da sua história:

• Todas as votações foram efectuadas por braço no ar. Em duas Assembleias surgiram propostas de voto secreto, que não vingaram, recebendo num caso 3 votos e noutro 2 votos a favor.

• Em treze Assembleias foram aprovadas as propostas apresentadas pelos respectivos organismos de direcção, em dez por unanimidade, em duas com uma abstenção em cada e numa com um voto contra.

• Em duas Assembleias surgiram propostas diferentes, que acabaram por ser as escolhidas num caso por maioria de votos a favor e noutro, sendo registado idêntico número de votos a favor, o desempate veio pelo menor número de votos contra.

No próximo fim-de-semana, com mais nove Assembleias, ficará praticamente concluída esta fase da preparação já que apenas Castelo de Paiva realizará a sua Assembleia uma semana mais tarde. A atenção será então virada para outros aspectos, com particular incidência para a divulgação externa da realização do Congresso, mas disso daremos conta mais tarde. ★

SETÚBAL

Ver e sentir o Congresso nas ruas e em todo o distrito

O símbolo, as esperanças, a mensagem e o significado do XII Congresso do PCP vão descer à rua em todo o distrito de Setúbal. A partir de amanhã e prolongando-se até domingo as organizações do Partido nos diferentes concelhos vão empenhar-se a fundo numa jornada de divulgação e propaganda que promete chegar a todo o lado.

Uma breve informação que nos foi enviada pela SIP/DORS garante que na sexta-feira, sábado e domingo as brigadas de propaganda estarão activas para transformarem ainda mais a fisionomia das cidades, das vilas, das aldeias, dos caminhos que se percorrem num distrito onde o PCP é a principal força política, com responsabilidades bem vincadas na vida das localidades.

Ao mesmo tempo que sublinha a importância dos documentos que se vão distribuir, a SIP apela a todos os militantes comunistas no sentido de se dirigirem aos Centros de Trabalho das respectivas organizações para colaborarem e ajudarem na jornada que se aproxima. Para que se cole mais um cartaz, para que se avance mais uma ideia, para que se ponha no ar mais um pendão.

Segunda-feira, quando a azáfama das caminhadas matinais em direcção aos postos de trabalho se retomar, o distrito viverá de outra forma o grande encontro do Palácio de Cristal. ★

ALGARVE

Na Organização Regional do Algarve prossegue o trabalho preparatório do Congresso — que passa também, como de lá fizeram questão de recordar, pela organização das deslocações, daqui por três semanas, ao Porto. Nas iniciativas realizadas nos últimos dias começou-se já a eleger os delegados.

Albufeira

Carlos Luís Figueira, do Comité Central do Partido, participou no domingo na assembleia plenária do concelho de Albufeira, onde fez uma intervenção sobre a situação política actual. Foram depois discutidas as Teses apresentadas e eleitos os 2 delegados (e 2 suplentes) da organização.

Anteriormente tinha-se já realizado uma reunião dos comunistas de Albufeira para discussão dos projectos de Programa e de alterações aos Estatutos.

Antes da assembleia de domingo, que se iniciou cerca das 15 horas, realizou-se um almoço-convívio.

Vila Real de Santo António

A organização do PCP na cidade de Vila Real de Santo António discutiu na sexta-feira a proposta de alterações aos Estatutos: José Freitas, suplente do CC, que participou na reunião, considerou que houve um «debate interessante», salientando o acordo geral em relação ao projecto e a vontade de o melhorar, reflectida nas propostas concretas de modificação do texto.

Na próxima sexta-feira (entre outras iniciativas que referimos na **Agenda**) a organização do PCP na cidade do Guadiana volta a reunir para discutir as Teses e eleger os seus 3 delegados ao XII Congresso.

BRAGA

Famalicão e concelhos do interior elegeram delegados

Debate prossegue em todo o distrito

No fim-de-semana iniciou-se um novo período na preparação do XII Congresso do PCP na organização distrital de Braga: a par da continuação das reuniões e assembleias para debate dos projectos do Programa e alterações aos Estatutos e das Teses, realizaram-se as duas primeiras assembleias plenárias para eleição de delegados. A assembleia da organização concelhia de Famalicão elegeu 8 delegados, a assembleia conjunta das organizações dos concelhos do interior do distrito elegeu 7.

A assembleia plenária dos concelhos do interior realizou-se em Braga, no domingo, e reuniu militantes de Cabeceiras e Celorico de Basto, Vieira do Minho, Póvoa de Lanhoso, Vila Verde e Terras do Bouro.

...e também o trabalho

A reunião, embora integrada na preparação do Congresso, possibilitou um produtivo e esclarecedor debate sobre as condições e perspectivas do trabalho partidário naqueles concelhos, que — como nos diz a Comissão Distrital do Partido numa nota enviada anteontem — têm como características comuns o seu carácter predominantemente rural, a maior influência de direita, uma mais débil organização do Partido e maiores dificuldades de comunicação.

Por vários camaradas foi apontada a necessidade de uma linha de apoio no plano da direcção distrital e de uma linha de trabalho partidário que — uma e outra — tenham continuidade para estes concelhos, procurando-se evitar o carácter descontínuo no acompanhamento e a excessiva rotação de quadros.

Um camarada de Cabeceiras de Basto salientou, a propósito, que «de Braga tem de vir o apoio; mas o resto temos de ser nós, em cada concelho, a fazer e decidir, ou isto não anda». Assim se sublinhou o que foi uma conclusão e um dos elementos centrais do debate: **a superação das dificuldades, o desenvolvimento e enraizamento duradouro do Partido nestas zonas têm de assentar na maior responsabilização e iniciativa dos militantes do Partido em cada localidade**, constituindo aí efectivos núcleos dirigentes que dêem um rosto próprio ao Partido e que não estejam permanentemente dependentes do apoio e estímulo *de fora*.

Necessidade igualmente sentida e apontada por camaradas na assembleia dos concelhos do interior de Braga foi a de ser superada uma «mentalidade passiva» em militantes do Partido, indo ao encontro do que se propõe nesse sentido no projecto de alterações aos Estatutos e ultrapassando a situação que um camarada de Vila Verde retratou ao referir que há «militantes habituados a que vão a casa deles uma, duas, três vezes, à procura de uma quota».

Foram também discutidas as próximas eleições autárquicas e a orientação a seguir nesta zona, nomeadamente para responder à pressão para o «voto útil» nas listas do PS e, mesmo, para a abdicação das candidaturas CDU.

Foi sublinhada a importância do que a respeito da política de unidade do PCP para estas eleições se afirma nas Teses, e de «desde já» começar a trabalhar nessa linha, arrancando com a preparação das eleições na base da CDU e, ao mesmo tempo, colocando publicamente com clareza que «a nossa política de unidade para enfrentar a direita passa pelo respeito da nossa identidade política e não pelo apagamento e dissolução do nosso projecto».

A assembleia procedeu ainda ao debate, escolha e eleição dos 7 delegados dos concelhos ao Congresso, o que «conduziu à conclusão final de camaradas presentes que a escolha e a votação aberta dos delegados fora, na prática, o processo melhor de chegar às melhores soluções, por via de um diálogo franco em que foram pesadas capacidades de representação e disponibilidades pessoais e profissionais, coisa que teria sido mais complicada, sem vantagens, com o recurso ao voto secreto».

Um debate entre muitos

A comissão distrital de Braga refere ainda na sua nota a terceira e última iniciativa de uma série de discussões semanais dos militantes do concelho de Braga sobre os documentos preparatórios do Congresso, «um dos vários debates» que se estão a realizar na organização.

Este terceiro «debate temático» realizou-se na sexta-feira e foi dedicado ao exame das Teses; anteriormente tinham já sido discutidos os projectos de alterações aos Estatutos e de novo Programa.

Nesta reunião foi expressa uma concordância geral quanto às ideias centrais do documento do Comité Central; surgiram variadas contribuições sobre aspectos particulares do seu conteúdo.

Foi sublinhada a importância conferida à luta ideológica, com direito a capítulo próprio, anotando um camarada esperar «que isso exprimisse de facto o futuro esforço do Partido para superar o atraso de anos» nesta área. Apoiada também foi a posição formulada sobre a CEE.

A caracterização da fase em que nos encontramos, referida no ponto 4.0.4., mereceu de um camarada a sugestão da necessidade de uma análise mais profunda, manifestando reservas a que se afirme que a contra-revolução não atingiu ainda os seus objectivos estratégicos.

Questões como a posição face à *perestroika*, à NATO, às eleições presidenciais e aos últimos resultados eleitorais foram igualmente objecto de debate; foi referida a propósito a necessidade de um maior aprofundamento das causas das perdas sofridas e de abstenção de muitos eleitores que votariam no PCP e seus aliados.

Considerou-se que o capítulo das Teses referente ao Partido aborda as questões essenciais, realçando que ele é uma prova do funcionamento democrático e da capacidade de exame autocrítico do PCP, «com maior relevância pelo momento em que é feito». ★

COIMBRA

O Partido nas freguesias da serra

Tem decorrido com entusiasmo a preparação do Congresso nos concelhos de Lousã, Miranda do Corvo e Oliveira do Hospital.

Na primeira fase foi a distribuição dos documentos. Numa segunda fase, foi a marcação e a realização de reuniões das concelhias, freguesias ou lugares para o debate dos documentos e a mobilização para as assembleias plenárias que vão eleger os delegados e os convidados.

Nalguns casos já há muito tempo que não se realizavam aí reuniões, ou então era a primeira vez que o Partido reunia nesse lugar ou freguesia, como aconteceu em Lamas, Vila Nova e Bujos, no concelho de Miranda do Corvo e Vila Franca da Beira e Ervedal, em Oliveira do Hospital.

Nas reuniões e nos contactos não se discutem apenas os documentos, mas também medidas para o reforço do Partido, quotização em dia e até ao Congresso (já com resultados muito positivos), a banca de natal (Lousã), os problemas locais e até as eleições autárquicas.

Nestes concelhos situados na zona da serra do distrito, com organizações muito dispersas, para além das reuniões têm pesado muito os contactos individuais com os militantes, nas suas casas, na rua, nos recintos desportivos, nos mercados, nas feiras.

Ainda no distrito de Coimbra é de referir a vivacidade que tem caracterizado um largo conjunto de assembleias plenárias, nomeadamente — e falando de iniciativas recentes — as das organizações das freguesias de Almedina e Sé Nova (Coimbra), da concelhia de Vila Nova de Poiares, do sector camponês e das freguesias do sul do concelho de Coimbra.

Prossegue no distrito de Coimbra a campanha «quota em dia até ao XII Congresso». Ao mesmo tempo que se empenham nesta tarefa, as organizações também estão atentas a outras frentes de trabalho organizativo, caso do contacto com os militantes sem acção regular no Partido. Por exemplo, no próximo fim-de-semana a Comissão de Freguesia de S. Martinho do Bispo promove uma jornada de contacto com todos os membros do Partido dos lugares de Casas Novas e Fala

7500 contos

DORL lança campanha de fundos

Levando em conta os milhares de camaradas mobilizados no distrito de Lisboa no quadro do XII Congresso do PCP através de reuniões e assembleias do Partido, a DORL do PCP decidiu lançar uma **grande campanha de fundos entre membros e amigos do Partido, trabalhadores e população**, considerando «a necessidade dum PCP forte e coeso».

Esta campanha de fundos do PCP tem «um conjunto de objectivos que vão desde a aplicação de medidas organizativas especiais para melhorar a cobrança de quotização, até a um apelo individualizado para um aumento de valor de cada quotização e jornadas de porta-a-porta de recuperação de quotização atrasada». A meta a atingir está explícita na designação da iniciativa: «Mais 7500 contos de quotização».

A realização de assembleias na actividade preparatória do Congresso será a oportunidade para, quer no porta-a-porta, quer no decorrer das próprias assembleias, entregar cartões e receber e actualizar as quotizações.

A DORL do PCP recorda que «o Concelho de Vila Franca de Xira, por exemplo, vai lançar desde já uma jornada concelhia de recolha de quotização nos dias 4 e 5 de Novembro com objectivos definidos pela Comissão Concelhia do PCP, designada «Uma grande campanha de Natal: 10 000 contos para o Partido».

É neste quadro que a DORL do PCP decidiu realizar esta campanha junto dos membros do Partido e da ampla massa de trabalhadores, também inserida numa grande campanha de Natal que pretende obter os 7500 contos para o PCP através de bancas de Natal e campanhas específicas da época. ★

XII congresso PCP
com o PCP por uma democracia avançada no limiar do século XXI

CASTELO BRANCO

Preparar o Congresso a pensar no distrito

Castelo Branco, 5 de Novembro, 19 horas.

A tarde há muito que se fundiu com a noite, perdida entre o céu cinzento e a chuva intensa que não parou de cair durante quase todo o dia. Uma tarde invernosa a convidar ao descanso, no aconchego das casas aquecidas ou tão-só protegidas da humidade que insistia em invadir tudo. Deve ter sido assim para muito boa gente.

Mas não para todos. No Centro de Trabalho do PCP em Castelo Branco, três dezenas de camaradas fizeram da tarde um espaço de animado debate dos documentos em discussão para o XII Congresso.

Não foram evidentemente os únicos a fazê-lo, no Partido. Mas foi até lá que a nossa reportagem se deslocou. E em boa hora o fez.

Primeiro, porque das intervenções ouvidas, torna-se legítimo concluir que a leitura e o estudo dos documentos em causa é já uma realidade. Segundo, porque é sempre estimulante constatar na prática a democracia interna existente e a capacidade colectiva de encontrar resposta para os muitos problemas que o Partido tem de enfrentar.

Expliquemo-nos.

Um camarada do Soajo, preocupado com as descidas eleitorais registadas pelo Partido nas últimas eleições, é de opinião que se torna necessário alterar de forma radical o Programa e os Estatutos, sob pena de vir a sofrer num futuro próximo as consequências da «desadaptação» à realidade em que vivemos, em última análise a desaparecer mesmo como força política.

A liberdade de opinião e de crítica vale para todos. Por isso logo vozes se levantaram em sentido contrário: a frente eleitoral, sendo importante, não é a única.

E por falar em realidade, vem a propósito lembrar a que persiste num concelho como o de Castelo Branco, a exemplo do que se passa em muitas regiões do País — o elevado analfabetismo, o obscurantismo, o caciquismo reinante, a falta de democracia real que impede inclusive uma fiscalização eficaz das eleições, um conjunto enfim de problemas que pesam de forma considerável em todo o processo eleitoral.

Numa palavra, a tornar de uma vez por todas essa frente — sem dúvida importante — em mais uma onde importa travar a batalha, mas não de forma alguma a única, nem sequer a fundamental.

Tudo isto foi dito, por estas e outras palavras, por camaradas empenhados em esclarecer-se uns aos outros, sem perder de vista que os comunistas travam a sua luta em muitas frentes de batalha, a começar pela luta de massas.

Interessante em Castelo Branco, neste animado debate, foi a preocupação constante em aliar o debate dos documentos em causa à própria experiência regional. Dir-se-á que se trata de uma preocupação elementar, mas a verdade é que nem sempre as coisas correm assim, pelo que nunca é demais realçá-lo.

Por exemplo, o facto de as mulheres terem no concelho, enquanto trabalhadoras, um papel de destaque. Se por um lado experiências recentes mostraram a capacidade de luta dessas mulheres, por outro lado não é menos verdade que continuam a sofrer as consequências dos preconceitos sociais existentes, das discriminações e da sobre-exploração enquanto mulheres.

Como responde o Partido, nestes documentos, a esta questão? Como pode a organização do Partido, na sua actividade, vencer estes obstáculos? Como passar da teoria à prática?

As reflexões não se ficaram por aqui. Em tempo de debate, natural é que os problemas, as deficiências, as insuficiências venham ao de cima. Como perguntava um camarada de Alcains, como ler e divulgar a imprensa do Partido — tarefa da maior importância — se, por exemplo, o «Avante!» continua a não chegar a todos os militantes, como acontece com quem mora em Alcains?

Pode parecer que o debate se afastou da questão com que iniciámos esta crónica, mas não é verdade. Em cada intervenção, em cada problema, a preocupação de fundo foi a de deixar claro que somos um Partido comunista, marxista-leninista, e que queremos continuar a sê-lo; que as alterações que se introduzem nos textos fundamentais do Partido são para melhorar cada vez mais o nosso trabalho, não para transformar o Partido numa qualquer organização social-democrata.

Coesão e iniciativa

Dirigida pelos camaradas Gervásio, membro da Comissão Política do CC do PCP, Maria Jesus Amorim e Alzira, a reunião de Castelo Branco abordou ainda um outro aspecto particularmente importante da vida e da actividade do Partido: a organização das células de empresa. A preocupação tem tanto mais razão de ser quanto existem na região empresas onde o nível de repressão sobre os trabalhadores atingiu um tal ponto que os dirigentes sindicais nem conseguem lá entrar, que a mínima suspeita de ter qualquer relação com o sindicato é motivo para represálias de toda a ordem, que o ser militante comunista é razão mais do que suficiente para levar ao despedimento.

Situações destas levam a que camaradas trabalhando na mesma empresa (os nomes não se referem por razões óbvias) não se conheçam sequer como tal. Que fazer?

Sem soluções mágicas na manga, mas com uma vida cheia de experiências, o camarada Gervásio, numa intervenção geral sobre os temas em debate, lembrou formas antigas de organização, que lamentavelmente voltam a ter alguma actualidade e justificação — esquemas clandestinos e semiclandestinos que, apesar da repressão patronal apadrinhada pelo Governo, permitam aos camaradas nessas situações desenvolver uma actividade em defesa dos interesses dos trabalhadores.

Não menos importante foram os aspectos debatidos quanto à importância do sector empresarial do Estado, que um camarada propôs dever ser mais salientado.

Coube ainda ao camarada Gervásio lembrar aspectos que os participantes da reunião não focaram, como a renovação da direcção do Partido, entre outros, o que implica necessariamente a entrada de novos quadros e a saída de outros para cargos de responsabilidade, o que certamente não deixará de ser aproveitado para especulações sobre a «crise» interna do Partido.

Mas o mais importante, como salientou, é que a coesão do Partido é uma realidade, o que não significa a inexistência de problemas.

«Sempre os tivemos, disse, e continuaremos a tê-los no futuro, porque estamos vivos e a lutar». E não deixou de interrogar, a propósito da democraticidade interna: «quantos, como nós, discutem antes dos Congressos um tão vasto conjunto de documentos, o próprio Relatório de Actividade dos seus partidos»?

O que não obsta, como reconheceu, que haja «quem seja tocado pela propaganda anticomunista e deserte, porque as condições de luta são hoje mais difíceis». Que o digam os trabalhadores de empresas como a Cablesa, recém-instalada na região, onde a repressão patronal só tem paralelo com a exercida no tempo do fascismo, ou os de tantas outras que, para obterem emprego, têm primeiro de fazer a sua inscrição no PSD.

Questões que não podem ser desligadas da vida e da capacidade de intervenção do Partido, a exigirem dos comunistas uma coesão e uma iniciativa cada vez maiores. Os documentos foram aprovados na generalidade. O estudo e o debate, esses, continuam. ★

Uma história?

Salientar os aspectos positivos do trabalho partidário não significa de modo nenhum que tudo vá bem. Em Castelo Branco, na reunião a que nos reportámos, teria sido bom que menos ausências marcassem um debate que, no essencial, foi positivo e frutuoso.

Mas há sobretudo que valorizar os exemplos, até porque podem e devem ser estimulantes.

É por isso que não resistimos a referir um caso particular de um camarada, ferroviário recentemente a trabalhar na região. Com família em Santiago do Cacém, o camarada aproveita os fins-de-semana livres para vir até ao Sul matar saudades. Mas nem sempre. No sábado lá estava, a discutir os projectos de Estatutos e de Programa, as Teses, preocupado em que o trabalho preparatório do Congresso seja aproveitado também para dinamizar a vida do Centro de Trabalho. Já anteriormente tinha sacrificado um dia de descanso e de convívio com a família para participar numa reunião... que não se realizou por falta de outros camaradas! O que não o desmotivou, como se viu no fim-de-semana passado.

Uma história? Não, um exemplo. ★

VILA VELHA DE RÓDÃO

Uma mão cheia de problemas

De Vila Velha de Ródão quase toda a gente conhece duas coisas: a beleza do Tejo no enquadramento natural das «portas do Ródão» e o cheiro terrível da celulose da Portucel.

Há que reconhecer que a Portucel tem ali um papel bem mais determinante que o rio, embora exista ali por causa dele. A vida económica da terra gira à sua volta, mas a empresa estende os seus braços muito para além do concelho, atraindo trabalhadores de Nisa, Sertã, Castelo Branco e tantos outros.

Vila Velha de Ródão é a um tempo, devido à empresa, um pólo de atracção e de dispersão. Quer isto dizer que diariamente para ali convergem trabalhadores, não residentes, que ao fim de cada dia de trabalho voltam as costas à fábrica e à terra de regresso a mais distantes paragens.

Referir este facto não é irrelevante numa prosa que visa dar conta dos trabalhos preparatórios do XII Congresso do PCP naquele concelho. É que os comunistas, ao contrário do que por vezes alguns deles parecem pensar, têm forma humana, com raízes bem fundas nesta realidade nem sempre apetecível que é a realidade nacional.

Por outras palavras, a actividade do Partido retrata, no que de positivo e negativo comporta, as deficiências, problemas, dificuldades que fazem parte da vida dos homens e das mulheres que o formam.

Quem, insensível a estes aspectos, tivesse entrado no passado domingo no salão do Centro Desportivo Recreativo Cultural de Vila Velha de Ródão, onde decorria a Assembleia Plenária da Comissão Concelhia do PCP, podia ficar desiludido por não encontrar uma sala cheia. Mas quem por lá tivesse demorado um pouco, como fez a nossa reportagem, ficaria a saber das dificuldades de uma luta que mesmo assim persiste em manter-se firme.

Fazendo de certo modo o ponto da situação, o camarada Amaro, da comissão concelhia, deu conta das dificuldades encontradas para discutir os documentos em debate numa única Assembleia – as dificuldades de leitura inerentes a um concelho onde o analfabetismo ultrapassa os quarenta por cento, a dispersão dos militantes, o elevado custo dos transportes, as debilidades da organização em meios materiais e humanos.

Mesmo assim, como salientou, foi possível contactar 90 por cento dos camaradas; conseguir que numa primeira fase 35 por cento dos camaradas adquirisse os documentos a discutir e mais 30 por cento o fizesse numa segunda fase; efectuar seis reuniões de freguesia e três da célula da Portucel. Do saldo deste trabalho há a registar que falharam duas reuniões previstas, foi apresentada uma proposta de alteração aos Estatutos, seis propostas de Alteração do Programa e três propostas de emendas às Teses.

Numa organização onde mais de 50 por cento dos camaradas estão organizados pela empresa de celulose, embora residindo noutros concelhos, não é de estranhar as dificuldades, embora sendo avisado não adormecer à sombra delas.

Eleição de deputados

Por isso mesmo é que na Assembleia de Vila Velha de Ródão, em que participaram cerca de três dezenas de camaradas, a tónica central das intervenções – escassas – visou mais as dificuldades da organização do que propriamente os documentos em análise, que em termos globais, certamente mais por confiança na direcção do Partido do que por conhecimento profundo de causa, não suscitaram reparos.

Assim, houve interrogações sobre as formas de mobilizar os camaradas mais arredios das reuniões; sobre as possibilidades de intervenção em empresas onde de novo impera a repressão, como o caso da Sotima; sobre a necessidade de fortalecer as células de empresas; reforçar o trabalho junto do sector camponês; ter uma maior intervenção no domínio das autarquias, das colectividades, etc.

Preocupações a motivar as intervenções dos camaradas Gascão e Amorim (que com os camaradas Américo e Barreto presidiram à reunião), lembrando que os documentos em discussão até ao Congresso têm um papel vivo a desempenhar na vida do Partido, e a dar razão ao camarada Elísio quando, registando as dificuldades da organização, propôs o seguimento do trabalho com reunião de leitura colectiva das Teses, Programa e Estatutos.

Uma forma de trabalho que não sendo fácil não deve ser descurada, em particular tendo em atenção as características da região, que só no sector têxtil conta com 96 por cento de trabalhadores apenas com o ensino primário.

Na Assembleia de Vila Velha de Ródão, como foi dito, o debate das questões ideológicas esteve longe de poder processar-se, por dificuldades inerentes à própria formação dos camaradas. Mas isso não significa que quem não sabe dizer o que é, teoricamente, o marxismo-leninismo, não o defenda na prática através da sua dura luta de todos os dias como trabalhador.

Os documentos foram aprovados na generalidade, sem votos contra e uma abstenção em relação aos Estatutos, sem sequer se colocar a questão de recorrer ou não ao voto secreto. A abstenção, justificada em declaração de voto pela «esperança que os Estatutos a aprovar no Congresso contemplem importantes alterações» que não estão consagradas no documento-base, partiu de um camarada que entendeu não suscitar o debate com as suas próprias propostas.

Ainda durante os trabalhos foram eleitos os dois delegados ao Congresso. Como foi dito, a escolha não foi fácil, em particular devido às dificuldades em encontrar entre os camaradas quem dispusesse de disponibilidade para se ausentar durante quatro dias. A escolha, sem contestação, recaiu em José Gonçalves Duque, reformado da CP e membro da Comissão Concelhia de Vila Velha de Ródão e Joaquim Fernandes, da freguesia de Proença-a-Nova, ligado ao trabalho camponês.

Entre a reforma e o campo, os ritmos da celulose condicionam até a escolha dos delegados! ★

XII congresso PCP
com o PCP por uma democracia avançada no limiar do século XXI

XII congresso PCP
com o PCP por uma democracia avançada no limiar do século XXI

Intervenção de Álvaro Cunhal na reunião de quadros da ORL

Na reunião de quadros da ORL, realizada na semana passada em Lisboa, o secretário-geral do PCP interveio a encerrar os trabalhos com um extenso discurso improvisado, durante o qual abordou os mais variados aspectos relacionados com a preparação do XII Congresso e com os documentos em debate no Partido. Desse improviso, suscitado em boa parte pelas numerosas intervenções registadas durante a reunião, pelas questões colocadas e pelas ideias ali defendidas, publicamos hoje os extractos mais significativos.

Camaradas:

O debate que aqui estamos a travar é ainda ao nível dos camaradas responsáveis. Temos todo o interesse em que os Organismos de Direcção não fechem em si próprios o debate, o levem a todo o Partido. E o levem não com ideias feitas, mas abertos à opinião, abertos às contribuições, abertos às propostas que venham das organizações e dos militantes.

O colectivo chamado a intervir

Temos de procurar colectivamente qual é o caminho mais justo, qual é aquele que nos pode dar mais confiança na defesa dos interesses do nosso povo, do nosso país, de tudo aquilo quanto alcançámos, nós, portugueses, com a luta antes e depois do 25 de Abril.

Estamos a examinar ideias, estamos a ver quais são as nossas respostas no plano político, no plano organizativo, no plano da luta de massas, no plano das formas de intervenção. As ideias como ideias devem ser sujeitas à análise e uma ideia não deve ser classificada pela intenção daquele que a avança. Sim ou não isto é justo, sim ou não isto corresponde à situação, sim ou não aqui podemos tirar alguma coisa para corrigirmos, para aperfeiçoarmos, para sermos mais rigorosos, para acertarmos.

Esta forma de encarar o debate insere-se na concepção da democracia interna do nosso Partido, do valor do nosso colectivo. Nós acreditamos no colectivo, acreditamos na vontade, na experiência e na opinião dos militantes. Com a contribuição de cada um, com a sua opinião, com a sua crítica, com a sua criatividade, chegaremos ao Congresso com propostas ainda mais rigorosas e mais certas do que aquelas que o Comité Central põe à discussão no Partido antes do Congresso.

A realidade e o valor das conquistas de Abril

É uma tese essencial na nossa proposta de uma democracia avançada no limiar do século XXI que as conquistas da Revolução de Abril pelas realidades e raízes profundas que criaram na sociedade portuguesa e pela sua experiência constituem objectivos e valores fundamentais do novo Programa do nosso Partido.

Podemos porventura deixar de defender e abandonar essa experiência riquíssima que foi e é a reforma agrária? Não é um valor e um valor real que tem o nosso Partido, que tem o nosso povo? Uma experiência por si suficientemente valiosa para que nós a defendamos até ao fim e com confiança em que a partir daquilo que consigamos defender se abrirá uma nova perspectiva? Não será justo projectarmos esse valor como igualmente o valor da liquidação do capitalismo monopolista de Estado através da nacionalização dos sectores básicos da economia, projectarmos como valores intrínsecos de uma democracia portuguesa e da independência nacional?

Porventura nós mesmos, perante a revisão da Constituição que abre caminho à privatização de todo o Sector Empresarial do Estado deveríamos deixar de inscrever no nosso Programa a nacionalização dos sectores básicos da economia portuguesa como condição para um desenvolvimento conforme com os interesses do povo e do país? Um desenvolvimento que necessita que essas alavancas não estejam dominadas pelos interesses privados que sacrificam os interesses do povo e do País a esses mesmos interesses privados? E não será tão fácil ver que uma vez privatizadas as empresas principais do sector público quem acabaria por mandar nelas não seria o capital português, mas sim as multinacionais como já está a suceder em vários sectores de actividade?

Isto significa que é ponto fundamental da nossa orientação defender e projectar no nosso Programa esses grandes valores da Revolução de Abril.

Defrontar a situação

Porque temos de fazer uma análise e a busca de caminhos com criatividade, não estamos apegados a ideias feitas e à imobilidade dos nossos conceitos.

O XII Congresso enfrenta uma situação nova a nível nacional porque avançou a contra-revolução, porque foi destruída parte das conquistas de Abril, porque a reacção tem um Governo com maioria na Assembleia da República, porque se concretizou a integração na CEE que condiciona e condicionará a decisão democrática do nosso povo e a defesa das conquistas de Abril, porque existe o perigo de uma revisão subversiva da Constituição.

Não temos as mesmas estruturas socioeconómicas, não temos a mesma composição social, não temos a mesma arrumação de forças, não temos o mesmo grau de independência nacional, não temos a mesma situação internacional.

Isto significa que é necessário dar respostas novas à nova situação.

Uma camarada disse ser necessário apelar à criatividade não só em relação à juventude, como foi recentemente feito no Encontro Nacional da JCP, mas a todo o Partido. Eu estou de acordo. Estou de acordo que o Partido deve dar o exemplo da criatividade. O Partido deve dar o exemplo da capacidade de ultrapassar conceitos que já não se adaptam às realidades e ter análises e conclusões criativas que correspondam às novas realidades e apontem soluções novas para os novos problemas. O ser novo só por si não é ser certo. Se a proposta de qualquer coisa nova, na orientação do Partido, significa deixarmos cair as conquistas de Abril e não continuarmos na defesa da reforma agrária, do sector empresarial do Estado, do poder local democrático, do sistema eleitoral, nós respondemos que tal coisa nova não serve ao nosso Partido.

Como partido revolucionário acreditamos na força da classe operária, dos trabalhadores, do nosso povo e procuramos defender os seus interesses, os seus valores, e aquilo que foi conquistado com tanta luta e sacrifício numa Revolução única nos anos 70. Não vamos deixar cair tudo isso porque a direita tem maioria na Assembleia da República, porque vão rever a Constituição, porque o PSD com o PS riscam de lá a expressão reforma agrária, porque vão abrir à privatização todo o Sector Empresarial do Estado. Temos de defrontar os novos perigos, as novas ameaças, não capitulando em relação a questões e a valores básicos em que se fundamenta a força dos trabalhadores e de todo o povo português, a força do nosso Partido, a nossa perspectiva, a possibilidade de ganharmos o povo para lutar por uma alternativa democrática.

A revolução inacabada

Alguns camaradas referem certa dificuldade na compreensão da definição de «revolução inacabada». Aparecem interpretações. Dizer «inacabada» significa que foi derrotada? Significa que continua? Quando se diz que é uma revolução inacabada o que é que isto quer dizer? Que está liquidada? Que desapareceu? Ou quer dizer, ao contrário, que é uma revolução em curso? Uma realidade é certa: a revolução de Abril, já não está em curso. É necessário um novo desenvolvimento, é necessária uma nova perspectiva.

Muitos dos objectivos da revolução democrática e nacional apontada pelo Programa do nosso Partido aprovado em 1965, para a revolução antifascista (sistema político democrático, nacionalização dos sectores básicos, reforma agrária) foram alcançados com a revolução de Abril. Alguns são irreversíveis como é a independência das antigas colónias. Depois desencadeou-se o processo contra-revolucionário. Mas muitas conquistas de Abril criaram profundas raízes na realidade económica e social portuguesa. Ficou inacabada a revolução de Abril, mas não foram liquidadas, destruídas, varridas da realidade portuguesa as suas conquistas e estão vivos e bem vivos muitos dos seus valores. Inacabada quer dizer que a revolução não foi levada ao fim, mas que resta muito das suas conquistas e dos seus valores.

E agora, um novo Programa? A situação é inteiramente diferente daquela em que assentou a definição pelo Partido da revolução democrática e nacional e em que se desenvolveu a revolução de Abril.

Nós defendemos as conquistas de Abril e inserimos o fundamental dessas conquistas no Programa que apresentamos ao nosso povo — uma democracia avançada no limiar do século XXI. Ou seja, propomos que se insiram no nosso novo programa as conquistas de Abril e os seus valores essenciais.

Um regime de liberdade

No Projecto de Programa apontam-se os objectivos da democracia avançada no limiar do século XXI. Um regime de liberdade — e define-se em que consiste. Um Estado democrático — e diz-se quais são os seus traços fundamentais. O desenvolvimento económico, na base de uma economia mista — e definem-se as suas componentes. Uma política social — e definem-se os seus grandes objectivos. Uma política cultural — e traçam-se as suas orientações. A independência nacional e uma política de paz — e diz-se em que consiste.

Tem-se manifestado particular interesse pelo regime de liberdade proposto pelo PCP.

A própria vida, a própria experiência, a realidade nacional deu-nos uma melhor compreensão do valor intrínseco da liberdade. Nós sempre lutámos pela liberdade. Mas, em algumas formulações houve uma simplificação do valor da liberdade como se a liberdade fosse apenas um instrumento para utilizar para transformação mais profunda da sociedade. Na verdade a liberdade é um valor em si e a experiência quer em países capitalistas, quer em países socialistas, reforça no nosso Partido a consciência do valor de liberdade.

Que se entenda. Não é uma liberdade para ser utilizada num regime democrático pelos conspiradores para destruir esse regime democrático. Não é uma liberdade para ser utilizada como utilizaram aqui as forças de direita para aprovarem uma Constituição que já tinham em mente trair. O PSD com Sá Carneiro também aprovou a Constituição. Todos defendiam o socialismo. Mas estavam a assinar para depois poderem destruir aquilo que naquele momento aprovavam.

Naturalmente que num regime socialista tem de haver medidas cautelares, que visarão também assegurar a liberdade do povo e a liberdade individual. Essa valorização é uma forma nova de definir um valor revolucionário, e um valor em que os povos estão interessados com vista à transformação da sociedade.

As eleições

No Projecto de Programa é dito que a legitimidade do poder se ganha através do voto popular expresso em eleições. Mas definem-se as eleições. Não são eleições em que haja discriminações na comunicação social, dos meios materiais, na utilização dos edifícios públicos, discriminações que coloquem o movimento operário, o movimento popular, o movimento democrático numa situação de inferioridade. Nós definimos no Projecto de Programa o que são eleições democráticas. Se a legitimidade do poder é ganha pela vontade popular expressa através das eleições também as forças no poder perdem a legitimidade de exercê-lo se não respeitam princípios fundamentais da democracia.

O Estado democrático

Uma observação tem sido feita: que não está definida no nosso Programa a natureza de classe do Estado. Dir-se-ia que estamos a definir no Programa um Estado neutro ao serviço de tal ou tais classes.

A observação conduz-nos ao problema das alianças. Quais são as classes interessadas na nossa proposta? A resposta é clara: são todas as classes e camadas sociais antimonopolistas. Tem de se ter em conta uma realidade muito particular da nossa vida nacional — é que a arrumação política das classes sociais é diferente no campo da luta social e no campo eleitoral e político. Na luta pelos interesses dos trabalhadores, dos agricultores ou de outras camadas sociais estão ao nosso lado homens e mulheres do PS e de outros partidos, a movimentação social abrange zonas partidárias muito diversas. No campo eleitoral a arrumação é outra. Estas diferentes arrumações de forças é uma tese fundamental que aparece nos documentos agora sujeitos ao debate.

Assim quando se fala na questão do Estado, esse Estado é o Estado que está ao serviço das classes que constituem a aliança social.

Um camarada referiu que a integração na CEE tende a alargar as alianças. Sectores do capital nacional em confronto com o capital estrangeiro que não estão interessados no domínio da nossa economia pelas multinacionais podem encontrar-se connosco em soluções nacionais. Mas essas serão alianças conjunturais, já não se inserem na referida arrumação das forças de classe.

Uma economia mista

No nosso Programa para «uma democracia avançada no limiar do século XXI» há a definição de uma economia mista. Não nos agarremos ao termo. Corresponde no essencial à expressão do Programa anterior «diversas formações económicas»: a capitalista, a empresarial do Estado, as UCP's e Cooperativas, a pequena e média exploração individual. E em relação ao sector capitalista um sublinhado das pequenas e médias empresas.

É entretanto feita a pergunta se a economia mista pode incluir grandes empresas. Quero lembrar que esta pergunta tem resposta no próprio projecto. No próprio projecto se admitem empresas privadas de «variada grandeza». Estas são as palavras que lá estão. Ou seja: admite-se que possa haver empresas capitalistas maiores ou menores.

Talvez para surpresa de alguns camaradas, em países socialistas com uma economia muito centralizada tem havido e há empresas privadas de certa dimensão. No que respeita aos sectores fundamentais da economia são nacionais, são nacionalizadas, são do Estado. Mas admite-se uma área relativamente vasta para empresas privadas, particularmente em relação a serviços. Com recuos e avanços, em relação a muitos serviços de há muito se encara a intervenção individual, a profissão individual desligada mesmo de uma intervenção cooperativa. Há países socialistas nos quais se uma torneira se escangalha, os serviços do Estado para a concertarem não é brincadeira nenhuma. Continua a pingar durante meses. Daí a necessidade de mais maleável, operativo e simples. Numa economia centralizada há serviços que se revelaram não darem a resposta necessária a exigências sociais. Há países socialistas onde se vai a 20 restaurantes e em todos se encontra a mesma ementa. Falta o estímulo à criatividade e ao empenhamento na obtenção da qualidade do serviço. Alguns países socialistas começaram a promover certos serviços na base de pequenas cooperativas e até de actividades familiares.

A integração na CEE

Pergunta-se se sim ou não é possível desenvolver a economia e a produção nacional quando a CEE já produz e em melhores condições muito do que nós produzimos ou podemos produzir; se é possível uma política antimonopolista no quadro da CEE; se temos que aceitar as regras impostas pela CEE; se sim ou não para concretizar um programa democrático devemos declarar como objectivo a saída da CEE.

Afirmamos que se criou uma situação nova e má para Portugal com a integração na CEE, mas não pomos a saída da CEE como condição para a realização do nosso Programa. Tão pouco afirmamos que aquilo que queremos se vai realizar necessariamente no quadro da CEE.

O que se afirma no projecto de novo Programa é que a integração na CEE cria novos e sérios condicionalismos e afirma-se em termos gerais que o povo tem sempre o direito de decidir das suas opções e da orientação em matéria de política interna e externa conforme as suas necessidades e aspirações.

São inevitáveis contradições entre os interesses do grande capital dos países mais desenvolvidos e os interesses nacionais, os interesses portugueses. Desse conflito surgirá a conclusão e a consciência se sim ou não estamos bem na CEE, se sim ou não se torna necessário sair da CEE. Se perguntarem se é possível realizar no quadro da CEE o Programa que propomos respondemos que depende também da nossa força e da nossa luta — de Portugal e dos portugueses. E não só da nossa. A nossa, a da classe trabalhadora e das forças progressistas dos outros países da CEE. E a nossa luta nas próprias instituições da CEE. É uma política definida nas Teses e expressa nas 25 medidas para lutar contra a ameaça 1992. Aponta-se uma série de linhas de intervenção em conformidade com as próprias leis da CEE, o próprio funcionamento da CEE. Eles falam em «coesão social» em «coesão económica», do desenvolvimento «regional», então muito bem, que se cumpra aquilo que afirmam.

É necessário procurar minimizar os efeitos negativos da integração e procurar canalizar no melhor sentido os fundos da CEE. No projecto de Teses vem um tratamento muito desenvolvido da CEE. É uma questão nova e séria. Daí a necessidade de, em relação a esta nova realidade, haver um tratamento mais desenvolvido.

Alianças políticas

No que respeita às alianças políticas os camaradas sublinharam dificuldades. Um camarada disse que com o PS é malhar em ferro frio. Outro que nós partimos de uma posição inflexível para com o PS, e que a partir daí não podemos querer que eles cheguem a acordo connosco. Ainda um outro teria dito que se o nosso Programa não pode ser realizado porque os outros não querem, e se os outros não querem, como é que vamos realizá-lo?

Que concluir? Se os outros não querem aceitar o nosso programa temos nós que perfilhar o dos outros, por exemplo, o do PS? É a isso que conduzem certas opiniões. Mas, poderia o nosso Partido fazer uma aliança com o PS na base da sua política de privatização dos sectores básicos da economia portuguesa, da restauração dos monopólios, da liquidação da reforma agrária, da revisão da Constituição? E se não é com os socialistas então com quem é?

Ora, nós temos de ter sempre presente uma ideia fundamental: é que só na medida em que ganhemos os trabalhadores e as massas populares teremos uma alternativa. Não há outro caminho. Não o é certamente o baixo jogo político. Se temos a convicção profunda de que as nossas propostas são justas, correspondem aos interesses do nosso povo, do nosso país, temos que convencer o nosso povo e o nosso país que elas são justas. Temos de desenvolver a luta com os trabalhadores, com as massas populares, para defenderem os seus interesses e direitos e, através da experiência da sua própria luta, chegarem à conclusão que é com os comunistas que podem solucionar os seus problemas.

Não há possibilidade de uma política democrática no nosso país, no quadro actual, sem o Partido Comunista e sem um forte Partido Comunista. Se este Partido perdesse a sua força não haveria qualquer perspectiva de um desenvolvimento progressista da sociedade portuguesa. Certamente que não haveria.

Convencer as massas

O caminho é o convencimento, é ganharmos a classe operária e as massas. Não temos outro caminho. É uma questão de ideias, de propostas e não de marketing. Não é uma questão de cosmética, é de política de fundo, dando ao mesmo tempo a importância devida à forma da transmissão da nossa mensagem ao nosso povo. Devemos escolher camaradas que melhor comuniquem, que tenham efectivamente uma transmissão mais fácil, mais persuasiva, cuidarmos da linguagem, cuidarmos da nossa imprensa, ante uma comunicação social extremamente agressiva e com meios cada vez mais poderosos, que levam a milhões de pessoas, rapidamente, imediatamente, uma comunicação contrária à nossa, uma campanha contra nós.

O projecto socialista para Portugal

Alguns camaradas fizeram o reparo de não haver uma definição concreta de aspectos da sociedade socialista na perspectiva do PCP, designadamente no que respeita à organização económica. De facto no projecto de novo Programa não se avança muito quanto à futura organização económica. A vida mostrou que as possibilidades e as soluções são muito mais ricas e variadas do que a experiência desta ou daquela revolução. A diversidade das soluções é uma verificação da vida e da História dos países socialistas. Não há soluções universais e intemporais. No Programa é necessário definir linhas gerais, características gerais da organização económica na sociedade socialista por que lutamos em Portugal, mas não formas concretas de organização e gestão.

No que respeita à organização política e à acção do Partido está hoje a revelar-se que houve em países socialistas desenvolvimentos negativos que nos exigem uma séria reflexão sobre a forma de evitar que no nosso país, na perspectiva do socialismo, se verifiquem situações que se deram em países socialistas. Se nós vemos que no país socialista onde se fez a maior revolução deste século e talvez mesmo da História da Humanidade foi possível criar-se uma situação de ditadura pessoal, de utilização arbitrária e violenta do poder, temos necessariamente de reflectir como poderemos evitar que numa revolução socialista em Portugal se venham a verificar fenómenos semelhantes.

No que respeita ao Partido, a solução é criarmos uma vida interna que não permita o poder pessoal, que não permita que haja alguém a sobrepor a sua opinião à opinião dos seus camaradas, que haja um trabalho colectivo, que haja democracia interna no Partido. São valores que nos podem dar a garantia que não apareça uma pessoa ou um grupo a instalar a sua ditadura.

No que respeita ao sistema político, a solução é a realização de uma ideia fundamental: o socialismo é o poder dos trabalhadores. Consideramos de elevado significado o facto de que uma das grandes linhas da «perestroika» é a revitalização dos sovietes e da intervenção das massas e da classe operária, sua vanguarda.

Tanto em relação à organização económica do socialismo, como em relação à organização política, pareceu ao Comité Central que se deveriam definir características fundamentais, e não a pormenorização de soluções concretas. Há uma grande variedade de soluções possíveis conforme o próprio processo que se venha a verificar. Se há camaradas que pensam que devemos concretizar, que façam propostas. Mas que não nos proponham uma autogestão jugoslava, ou a autogestão búlgara, ou as soluções húngaras, ou as soluções da RDA, que não nos digam para copiarmos este ou aquele sistema. A História já mostrou que cópias não são o caminho certo de uma revolução. Colhamos os exemplos, as experiências, mas não nos comprometamos, desde já na definição de soluções concretas de tipo orgânico, de tipo económico, de tipo político, que o próprio processo e a potencialidade criativa das forças revolucionárias e das massas virá em grande parte a determinar.

Intervenção de Álvaro Cunhal na reunião de quadros da ORL

Os críticos e o Programa

Em relação à orientação política, às Teses, ao Programa aparece uma extrema magreza de ideias da parte de camaradas que são muito críticos em relação aos princípios estatutários e à metologia da preparação do Congresso. Até hoje não apareceu uma palavra acerca de questões essenciais: em que situação nos encontramos? Qual é a perspectiva? Há que defender ou não as conquistas de Abril? Está ou não derrotada a revolução portuguesa? Deve o Partido aceitar desde já a restauração do capitalismo monopolista de Estado e a submissão à supranacionalidade da CEE? Quais devem ser as propostas do Partido? Qual deve ser o seu Programa? A estas questões não dão resposta.

Dizem que é preciso haver circulação horizontal das ideias, haver a possibilidade de camaradas proporem alternativas. Mas não dizem nada sobre as alternativas. E então é lícito concluir que querem primeiro ganhar a metodologia que propõem e que conduziria à aceitação das tendências organizadas, de fracções organizadas, da sua fracção concretamente que quanto mais desmente que o é mais se afirma como tal e virem depois como uma oposição com o seu programa, com os seus estatutos, com as suas soluções em alternativa.

Temos outra forma de viver no Partido, de praticar e assegurar a democracia interna no Partido. Se têm propostas façam-nas no lugar devido, insiram-nas no trabalho colectivo do Partido. Mas não parece que o Partido esteja disposto a abandonar a sua democracia interna e a profunda concepção democrática do trabalho colectivo por uma outra concepção segundo a qual a democracia seria o confronto de tendências, de grupos, de fracções, cada qual com as suas propostas alternativas e os seus chefes, naturalmente.

A natureza de classe do Partido

Alguns camaradas interrogam-se sobre a razão porque a palavra «proletariado» desapareceu do art.º 1. Ficou «classe operária». Nos Estatutos ainda em vigor, o art.º 1 estabelece no primeiro período que o PCP é Partido do «proletariado» e no segundo período que é vanguarda da «classe operária».

Esta redacção estabelecia confusões. O sentido da palavra «proletariado» ou «classe operária» era o mesmo. Há quem diga que a noção de proletariado está ligada a um tipo de classe operária ultrapassada. Há quem diga que é a palavra apropriada na actualidade dada a proletarização de classes intelectuais e quadros técnicos. É questão a examinar. Nos Estatutos «proletariado» e «classe operária» têm a mesma acepção.

Um camarada escreveu uma carta dizendo que afirmar que o PCP é o partido da classe operária e de todos os trabalhadores é um chavão. E há propostas, já as recebemos, para se cortar dos Estatutos que o PCP é o partido da classe operária. Por escrito. Conheço as propostas. Há uma proposta segundo a qual se deve dizer: «o Partido Comunista é o partido de todos os cidadãos». Está escrito!

Seria a perversão da natureza de classe do nosso Partido. Que nos caracteriza como comunistas? Porque existe este Partido? Não é precisamente porque é um partido da classe operária, partido dos trabalhadores? Porque é um partido que defende efectivamente os interesses dessa classe revolucionária? Não é efectivamente uma questão de fundo a natureza de classe do nosso Partido?

Alterações na composição da classe operária

No que respeita à natureza de classe do nosso Partido põem-se problemas novos. No Capítulo 8 (8.14) das Teses anotam-se «alterações e mutações» na composição social da sociedade e na composição da classe operária. Os dados disponíveis não nos autorizavam a chegar a conclusões mais aprofundadas. Foram feitos vários estudos, mas não dão uma resposta nítida e segura. Que alterações se estão a dar na nossa sociedade? Que alterações se estão a dar na classe operária? Onde se inserem socialmente elementos que não têm sido considerados por nós, membros da classe operária, mas que têm uma intervenção no processo de produção? Onde termina o operário e onde começa o quadro técnico?

E com a revolução científico-técnica a ciência e a investigação entram ou não directamente no processo produtivo? Muitas vezes esse problema põe-se em termos concretos, pessoais relativamente a tal ou tal camarada. Pode considerar-se da classe operária? É um quadro técnico? É um intelectual? Isto obriga-nos a um novo exame sobre a evolução e o futuro da classe operária.

Mas ao contrário daqueles que afirmam que a classe operária está a desaparecer, parece-nos que a classe operária se está a alargar, mesmo nos países mais desenvolvidos.

E nos países socialistas, na URSS concretamente, 70 anos após a Revolução de Outubro, a classe operária continua a ser afirmada como a classe de vanguarda das transformações sociais.

O desenvolvimento das forças produtivas, certamente exigirá novas classificações. Devemos estar abertos a elas.

Marxismo-leninismo

Pensam alguns camaradas que nos Estatutos o marxismo-leninismo deveria ser abordado com maior desenvolvimento.

De facto a referência feita nos Estatutos é apenas uma afirmação fundamental: que o PCP não considera o marxismo-leninismo como um conjunto de teorias petrificadas, cristalizadas que nada têm a ver com a evolução do mundo, que não considera que todas as suas formulações e todas as suas conclusões de há um século são válidas hoje. O mundo evolui, a situação social, económica e política evolui e também as respostas têm que ser diferentes. O marxismo-leninismo estimula a criatividade necessária para a análise dos novos fenómenos e para as justas respostas a esses fenómenos. É fundamentalmente o sentido antidogmático do marxismo-leninismo que está contido na proposta feita de alterações aos Estatutos.

A perda de qualidade de membro do Partido

Quanto à perda de qualidade de membro do Partido (art.º 11.º) por se chegar à conclusão que se inscreveu indevidamente no Partido, alguns camaradas têm expressado a opinião de que esta disposição abre caminho a decisões disciplinares arbitrárias. Mas, camaradas, por exemplo, inscreve-se indevidamente uma pessoa que está filiada no PSD. Não será indispensável anular a inscrição?

Não se trata de nenhuma medida disciplinar. Os camaradas que trabalham com os cartões do Partido e com as inscrições sabem que surgem a cada passo situações destas. Isto é para arrumar situações com uma cobertura estatutária. Se não é que poderia haver arbítrio. O mesmo relativamente à perda da qualidade de membro do Partido por não renovação do cartão durante tantos anos. Pode não ser essa a melhor solução, mas nós temos que encontrar uma solução. Os camaradas que trabalham em organizações sabem, por exemplo, se tem 200 militantes filiados e desses militantes há 20, ou há 30, que já não vêem há anos e anos, que não sabem deles, e que, entretanto, continuam inscritos e a ser contados como membros do Partido. Temos que encontrar uma solução para isto. Que proponham outros critérios, mas não podemos ter contabilizados como membros do Partido camaradas que o deixaram de ser há muito tempo ou de que não há nenhuma prova que continuem a ser. Se eles reaparecem, muito bem, reaparecem, não é problema se não há nenhuma razão para que não sejam novamente integrados no trabalho, que recebam o seu cartão. Mas não podem estar a ser considerados membros do Partido, anos e anos se não aparecem, se ninguém sabe deles.

Não há nenhum propósito de encontrar um mecanismo e instrumento para expulsar do Partido camaradas com critérios arbitrários e subjectivos. É para resolver uma situação concreta que existe. Qualquer solução pode ser melhor do que esta, mas é necessário encontrá-la.

Papel educativo do Partido

Há camaradas que têm proposto que seja excluído da proposta o que nela vem relativo à conduta indigna de um membro do Partido, à elevada conduta moral, à modéstia. Primeira questão: isto vinha nos antigos Estatutos. Se nós nesta proposta riscamos que não é qualidade ser modesto, bom, agora já se pode ser imodesto. Antes exigia-se uma boa conduta moral, agora já não se exige. Ora, não se trata de princípios obrigatórios, trata-se de indicativos, de características em torno das quais se desenvolve o trabalho educativo do Partido.

Um camarada defende numa carta que o Partido não deve ter um trabalho educativo, o Partido não deve assumir um trabalho educativo, porque (diz ele) ter trabalho educativo corresponde a que os dirigentes do Partido se arvorem em educadores do Partido. É uma compreensão completamente errada do que é o trabalho educativo do Partido. O trabalho educativo do Partido, é o Partido a educar colectivamente todos os seus militantes, incluindo os da Direcção. Não é um trabalho educativo de escola. É um esforço colectivo que todos fazemos para nos ajudarmos uns aos outros, para que correspondamos o melhor possível com o nosso comportamento cívico, social e político de comunistas que somos. Seria um erro riscar dos nossos Estatutos o que estava antes relativo às qualidades morais dos comunistas. Não temos a pretensão de que qualquer de nós tenha todas as virtudes que os Estatutos indicam como sendo próprias de um comunista. Mas que haja um esforço do colectivo para que todos as tenhamos.

Voto secreto e voto de braço no ar

A forma de exercer o direito de voto é uma questão muito discutida, das mais discutidas.

Devemos insistir em que o voto secreto em si, não tem nada de antidemocrático, é uma forma democrática. Há muitos partidos que o adoptaram nas eleições dos dirigentes. Não podemos dizer como princípio que a forma democrática é o braço no ar e o voto secreto não é uma forma democrática.

Mas o nosso Partido tem uma experiência própria, que para si tem considerado melhor. Temos considerado que o voto de braço no ar corresponde a uma afirmação de liberdade, de direito, de opinião, de discordância, a uma forma rica de de-

mocracia interna e de expressão do respeito pela opinião livremente expressa e assumida. O que é necessário é garantir tal direito. Se há situações no nosso Partido em que a coacção ou a pressão sobre os militantes os impede de manifestar livremente as suas opiniões e discordâncias, então é de concluir que o voto com o braço no ar não é uma forma que garanta o exercício democrático do direito dos militantes.

Continuamos a defender o sistema do voto de braço no ar, porque pensamos que a situação geral no nosso Partido dá a possibilidade real de cada qual expressar livremente a sua opinião. Se isso não se verificasse teríamos que reconsiderar.

Há camaradas que têm ideias contrárias às da Direcção e à orientação do Partido. A expressão da sua opinião no Partido deve ser respeitada. É de evitar discutir ideias em tons de agressividade, que prejudique o aclaramento das situações, que dificulte a análise colectiva, que prejudique a apreciação de opiniões diversas que podem ter valor como motivo de reflexão ou como motivo de modificação da opinião anterior.

Eleição do Comité Central

Como é que está a ser elaborada, trabalhada, a lista a apresentar pelo Comité Central? Em termos estatutários é o Comité Central cessante que deve apresentar ao congresso uma proposta como base para a eleição do novo Comité Central. Eu não sei se é possível fora do Comité Central e fora da informação e opinião de todas as organizações, a apreciação de um núcleo de camaradas, de cerca de 165 camaradas. Não vemos outro processo que não seja o CC cessante e os seus organismos executivos pedirem uma larga informação e opinião das organizações, sobre quem pensam, quem não pensam, quem são os melhores camaradas que estão em condições de ir para o Comité Central. E depois, ir consultar as organizações a que pertencem os vários camaradas propostos, para finalmente, tendo em conta múltiplos factores, elaborar uma proposta válida.

Alguém fora dos organismos responsáveis pode fazer uma proposta alternativa com um mínimo de fundamento? Alguém fora da organização pode dizer com um mínimo de fundamento: aqui estão 165 camaradas, sem fazer a consulta às organizações?

Para alguns camaradas a ideia é manifestamente outra: modificamos o Partido, vamos fazer isto em termos eleitoralistas, cada qual com a sua lista, com a sua campanha eleitoral, com o seu projecto, com o seu programa, com os seus dirigentes e damos ao Partido um funcionamento completamente diferente.

A seguir-se tal ideia, ela não conduziria a uma melhor democracia interna, mas sim ao fraccionamento do Partido em vários partidos dentro do Partido, em luta uns contra os outros.

Aparece a opinião segundo a qual os organismos executivos do CC e o secretário-geral do Partido deveriam ser eleitos pelo Congresso. A ideia que nós temos no CC é que devem ser eleitos pelo CC. Porque uma coisa é a apreciação geral que pode haver dos delegados do Congresso em relação aos militantes. Outra coisa é o trabalho efectivo de cada militante. O CC, melhor que o Congresso, está em condições de avaliar melhor o trabalho dos camaradas mais responsáveis. Para tais eleições não é bom critério apenas a ideia geral que se pode fazer dos camaradas ou porque são mais comunicativos, ou porque têm o dom da palavra, ou porque têm uma outra qualidade apreciada.

Competências dos organismos executivos

A tónica fundamental das alterações propostas aos Estatutos, ao contrário do que a especulação contra o nosso Partido afirma, é no sentido do aprofundamento da democracia dentro do Partido, dos direitos dos militantes e da descentralização de competências.

Por exemplo, na referência às competências delegadas pelo Comité Central aos organismos executivos. Creio ser compreensível que um órgão do Partido que tem 165 membros possa dirigir, questões como a deslocação de quadros no Partido, se este que está nesta região deve ir para aquela, se vai daquela para outra. É impossível que um órgão com quase 200 membros possa resolver essas questões do dia-a-dia. Eu sou membro do Secretariado, sou membro da Comissão Política e passamos por vezes dias para resolver essas questões. São centenas. Numa reunião do Secretariado podem-se tomar 50 ou mais decisões executivas, de andamento, coisas de trabalho, desenvolvimento de trabalho. Não pode fazê-lo um órgão de 160 ou mais camaradas.

O Comité Central dá e deve continuar a traçar as orientações. Mas o trabalho corrente tem de ser delegado. Ou então haveria uma outra solução. Em vez de termos um órgão de 165 camaradas formaríamos um Comité Central com 30 ou 40 camaradas para responder efectivamente ao andamento de trabalho partidário. E então talvez necessitássemos de uma Assembleia mais larga que o CC. Na própria experiência do nosso Partido, e creio que na experiência de todos, muitas competências têm que estar atribuídas a organismos executivos.

Nas alterações propostas para os Estatutos, os camaradas podem ver que se reforça a obrigatoriedade da prestação de contas e essa proposta não é feita por acaso. É porque se reconhece que a prestação de contas não tem sido a prestação de contas devida, dos executivos aos plenários, incluindo os executivos do Comité Central ao Comité Central. Esta proposta tem pois um sentido autocrítico e corresponde a uma necessidade a que não tem sido dada resposta.

Cooptações

No que respeita às cooptações, é uma questão discutida. Um camarada punha a questão: havendo suplentes para que são as cooptações? Mas, o suplente é uma questão, a cooptação é outra. Nós não temos um funcionamento do CC em que temos o CC dos efectivos e depois se sai um efectivo (por morte ou outra razão) entra o suplente. Não é assim. O CC tem-se reunido com todos os efectivos e todos os suplentes. A única diferença é o voto. Os efectivos votam, os suplentes têm voto consultivo. Mas na discussão intervêm suplentes e efectivos sem qualquer diferenciação. Nós não temos vagas. Somos 165, podemos ser 170, podemos ser 140, não há um número fixo de membros.

É necessário que se mantenha a flexibilidade do número de membros do CC para que este órgão possa corresponder às necessidades do Partido.

No que respeita ainda às cooptações eu quero dizer, para afastar qualquer ideia que possa haver de abuso desta possibilidade, que desde o X Congresso não houve uma única cooptação para o CC. Saíram vários camaradas, são actualmente menos 7 dos que foram eleitos, mas não houve uma única cooptação. No anterior CC, entre dois outros Congressos, houve 2 cooptações. É pois completamente falsa a insinuação de que o CC chama a sua gente, reforça-se através da cooptação para impedir as eleições.

Há no entanto situações em que não há possibilidades de realização de uma assembleia para eleger os seus dirigentes. Os camaradas conhecem certamente comissões concelhias em que se realiza a assembleia, são eleitos 20 ou 30 camaradas e passados tempos, faz-se nova assembleia e desses que foram eleitos vamos encontrar metade. Às vezes, menos de metade. Em situações dessas, aqueles camaradas que ficam, porque os outros saíram, ou porque abandonaram ou porque não se adaptaram, é indispensável que tenham a possibilidade de chamar uns tantos camaradas para reforçar o organismo a que pertencem e dar andamento ao trabalho. É um absurdo pensar que se pode dispensar este processo de intervenção.

Comissão Central de Controlo e Quadros

Em relação à Comissão Central de Controlo e Quadros, um camarada diz que não devia vir nos Estatutos. Não vir nos Estatutos, não ser discutida no Congresso a admissão da formação dessa comissão e aparecer depois na primeira reunião do CC, se assim fosse, podia perguntar-se: o que é isso? Então o Partido, o Congresso não foi ouvido, não soube nada e agora aparece este órgão com tão grandes responsabilidades no Partido?

A organização

Os camaradas deviam adiantar propostas em relação ao art.º 39. Foram levantadas questões de muito interesse em relação à EDP e em relação à Saúde, que têm problemas de carácter nacional e exigem uma acção coordenada à escala nacional. São tipos de organização que não se podem considerar frentes de trabalho, mas que exigem respostas diferentes da orgânica tradicional do Partido. As Direcções Regionais e as direcções concelhias não respondem em termos de organização à escala nacional a estas necessidades. Mas temos que considerar outro problema: se isto não for muito bem articulado, às tantas temos uma Direcção Regional esvaziada de competências de direcção pois lhe chegam directrizes relativas ao movimento sindical pela linha sindical, relativas às autarquias pela linha das autarquias, relativas à agricultura pela linha da agricultura, e assim sucessivamente.

Na proposta de alterações aos Estatutos é apenas anotada a necessidade de considerarmos as frentes de trabalho, não é dada solução. Isto tem de ser discutido ulteriormente.

Disciplina

No que respeita à disciplina há camaradas que dizem que as alterações respeitam muito à democracia e pouco à disciplina. E outros que dizem que as alterações aos Estatutos agora propostas carregam na disciplina. E já fazem campanha sobre a alteração que explicita a suspensão sem carácter de sanção disciplinar. Ora isso já está nos Estatutos ainda em vigor, que admitem a suspensão até averiguação de faltas que um camarada tivesse cometido, admitem a suspensão sem natureza disciplinar e a suspensão como sanção disciplinar. Mas como se criaram equívocos entendeu-se necessário explicitar que pode ser suspenso um membro do Partido sem que isto seja uma sanção.

Quanto a casos de membros do CC, que possam fora do CC e até publicamente defender opiniões contrárias às do CC e no geral às posições do Partido, considero que essa conduta é incompatível com as condições de membro do CC. Num organismo desta responsabilidade não deve haver quem faz campanha contra as orientações e as decisões do CC. Isto é incompatível com a qualidade de membro desse organismo.

Fracções

A proposta de alteração aos Estatutos relativa a actividade fraccionária não é de carácter conjuntural. A não admissão de fracções já estava consignada nos Estatutos anteriores. Ainda não tínhamos Estatutos, já não se aceitavam as actividades fraccionárias. Isso foi sempre um princípio fundamental do nosso Partido. O que se propõe agora não abre caminho a intervenções disciplinares contra camaradas com opiniões diversas. Pelo contrário, uma vez que define fracções como actividade organizada, portanto e desde logo, diferente de opiniões divergentes. E isso, é uma garantia para que camaradas que tenham opiniões divergentes não sejam por esse facto acusados de fraccionários.

Funcionários do Partido

Há uma grande ofensiva contra os funcionários do Partido. A campanha contra o Partido espalha a ideia de que os funcionários do Partido são a burocracia do Partido. Dizem mesmo que os funcionários do Partido no fim de contas são um mal do Partido.

O funcionário do Partido não deve ter a opinião que é ele que decide tudo no Partido. Mas é um elemento essencial do desenvolvimento do nosso trabalho, um elemento dinamizador indispensável. Os funcionários formam um núcleo experiente e inteiramente dedicado ao Partido indispensável num partido revolucionário como o nosso. Por isso se entendeu fazer uma proposta de alteração aos Estatutos para que fique consignada a importância e o papel dos funcionários do Partido.

Um camarada referiu a necessidade de resolver os problemas dos funcionários. Muitos dos camaradas funcionários têm na verdade problemas pessoais para que nós não temos resposta. Há situações aflitivas em muitos casos. É preciso encontrar soluções para problemas que em muitos casos se tornam dramáticos e que levam camaradas a não continuar como funcionários. Não é legítimo exigir de um ser humano que deite certas coisas para trás das costas. Por vezes são das coisas mais vivas para um ser humano. Há a compreensão do problema e a afirmação da necessidade de soluções adequadas.

Os comunistas nas organizações de massas

No que respeita à unidade de orientação e acção dos membros do Partido nas organizações de massas poderíamos estar aqui uma tarde inteira a debater o problema. A concepção é a de que os militantes nas organizações de massas devem fazer um grande esforço para que a sua acção seja num mesmo sentido. Às vezes pode haver dificuldades, quando, por exemplo, o militante num sindicato tem que dar uma resposta imediata sem poder consultar os seus camaradas comunistas. Então decide e toma a responsabilidade da decisão. Mas, podendo estar com os outros camaradas para examinar e decidirem, não se explica que um avance a sua própria opinião sem a considerar com os seus camaradas. É bom evitar que haja diferenças de intervenção dos comunistas numa organização unitária criando dificuldades por vezes ao próprio andamento dos trabalhos dessa organização.

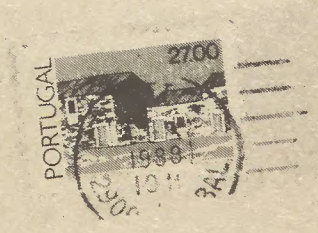
Eleitos do Partido

No que respeita aos eleitos do Partido terem os mandatos sempre à disposição do Partido, um camarada fez uma observação que parece justa. Se é uma obrigação geral isto exclui desde logo, por exemplo, que o Partido possa ter um Presidente da República. Há outros cargos públicos que dificilmente podem ser abrangidos com uma disposição estatutária segundo a qual o cargo está à disposição do Partido.

O XII Congresso

Estamos a preparar o nosso Congresso. Vamos ter um grande Congresso. Vamos trabalhar todos para ele. É necessário no debate termos os ouvidos atentos às opiniões de outros, a preocupação fundamental de ouvir de cada camarada aquilo que ele pode ter para dar, para alterar, para modificar, para melhorar o Partido. Ou apenas como motivo de reflexão. Devemos pensar colectivamente para termos um resultado também colectivo. ★

XII congresso PCP
com o PCP por uma democracia avançada no limiar do século XXI



Cartas do leitor

As cartas enviadas para esta secção devem ter um máximo de 50 linhas dactilografadas a 60 espaços ou equivalente. A Redacção do «Avante!» reserva-se o direito de reduzir a correspondência que exceda estas dimensões, bem como de realizar a selecção que as limitações de espaço venham a impor. Se necessário, a Redacção assegurará igualmente respostas ou comentários. Toda a correspondência que contenha propostas de emendas ou sugestões sobre documentos em discussão para o XII Congresso será transmitida às respectivas comissões de redacção. A correspondência para esta secção deve ser endereçada a:

Redacção do «Avante!»
Secção de Cartas do Leitor
Rua Soeiro Pereira Gomes
1699 LISBOA CODEX.

Balanço positivo

Penso que nos devemos congratular com a existência desta secção no «Avante!» pois que o balanço geral é positivo. Aliás, no Verão de 1987, escrevi duas cartas ao «Militante» e ao «Avante!» sugerindo a abertura destes espaços aos assinantes, camaradas e leitores. Apoio, consequente e vee-mentemente a opinião do camarada Mário Lino no ponto 6 da sua carta de 27/10.

Debruço-me agora sobre certas questões, algumas já abordadas anteriormente por outros camaradas:

1 — Quanto à forma de voto, de braço no ar ou secreto, embora sem excluir esta última, defendo a primeira não só pelos considerandos do camarada João Dinis na s/ carta de 3/11 como igualmente porque entendo o Partido, entre outras realidades, como uma escola não apenas de camaradagem e de participação colectiva e construtiva como também de coragem, de frontalidade e de franqueza, traduzíveis nas diversas vivências dentro do Partido, incluindo as votações.

2 — Quanto ao debate dos assuntos internos, dentro ou fora do Partido, afirmo que não existe em Portugal, a nível de grandes partidos, partido em que haja mais debate e participação dos militantes, da base ao topo, do que o PCP, apesar das insuficiências, erros e limitações. Por outro lado, não basta ter «prestígio» intelectual ou sindical para se ter necessária e permanentemente posições e opções mais correctas em todos os domínios. Tal prestígio poderá, por vezes, coabitar com alguma miopia política:

a) As «fugas» para órgãos como o «Expresso» e «O Jornal» não serão certamente o melhor meio para a discussão dos n/ problemas e para o êxito do colectivo partidário, assistindo-se imediatamente ao empolamento e aproveitamento das dificuldades internas, à declaração de Partido em estado de crise e até à insinuação da saída organizada de alguns militantes bem falantes;

b) Também não basta que os debates espelhem probidade intelectual para revestirem condição suficiente para se tornarem coisa pública;

c) Também não é verdade que a discussão sobre temas de interesse geral de processe, permanentemente, como uma actividade «secreta». É fácil recordar diversos encontros, e conferências sobre temas de interesse nacional, regional ou sectorial, abertos à participação de outros cidadãos, diversos dos militantes e simpatizantes do nosso Partido;

d) Também não é positivo considerar a unidade de pensamento como um mito. A unidade de pensamento deve ser considerada como tendo sentido pleno de convergência na perspectiva de uma acção coesa, forte e determinada para a prossecução dos objectivos partidários. É igualmente uma interpretação muito superficial entender a unidade de pensamento, a ser levada à prática, como não podendo ter atrás de si opiniões contrastantes ou divergentes dentro do nosso colectivo partidário.

Estas considerações acerca de opiniões expressas anteriormente por outros camaradas relaciono-as estreitamente com a constatação do domínio feroz e totalitário da burguesia sobre os principais meios de comunicação, num enorme e desfavorável desequilíbrio da correlação de forças neste campo fundamental da ideologia, tanto mais grave quanto maior é o atraso de grandes camadas populacionais na descodificação e na interpretação das mensagens permanentemente veiculadas pelos «media». Sou, por isso, também defensor de que os assuntos internos do Partido devem ser tratados e discutidos no foro próprio das suas organizações, excluindo a utilização dos meios de comunicação dos nossos adversários políticos. Tal exige para maior eficácia a aplicação de duas metodologias convergentes e complementares:

a) Cada militante deve empenhar-se em analisar e debater eficiente e eficazmente os problemas partidários, se necessário transcendendo-se a si próprio, evitando o conformismo e o comodismo;

b) Os membros dirigentes, nomeadamente camaradas que integram as mesas dos debates ou que orientem quaisquer tipos de reuniões devem assumir uma atitude político-pedagógica, estimulando os restantes camaradas a uma participação crítica e construtiva, no sentido de porem as «ideias a rolar» para fora de si próprios visando o melhor aproveitamento colectivo.

Até porque se os camaradas não se aplicam e não se exercitam a analisar, a debater e a fazer críticas construtivas, internamente, no âmbito da camaradagem existente, muito dificilmente desenvolverão capacidades úteis para argumentar, convencer e mobilizar, em ambientes muitas vezes hostis, os restantes cidadãos para as nossas lutas, objectivos e ideologia.

Eduardo Machado — Paço de Arcos

Um exemplo

Como está a acontecer de Norte a Sul do País, também na minha freguesia se realizou um Plenário para se discutir os Estatutos e o Programa.

Muito concorrido, como era de se esperar e para ser completo também apareceu um camarada defendendo as teses dos tais «renovadores».

Camarada com bom nível de instrução, com muita facilidade de oratória, lá foi apresentando as suas opiniões, tendo o à-vontade de confessar que era simpatizante dos elementos que propõem as tais «alterações» e quem o estava a ouvir, era a mesma coisa que estivesse a ler o «Expresso» ou «O Jornal».

Não foi fácil ao camarada que conduzia os trabalhos, manter a calma na sala, para se evitar que dissessem que no Partido não havia liberdade de expressão, mas o mal-estar instalou-se como se ali estivesse um corpo estranho no Plenário, ao ponto de haver quem se retirasse por não suportar tal conduta.

Analisando tal facto e conhecendo o elemento em causa, que não executa qualquer tarefa, que não aparece no Partido, não participa em reuniões, plenários, assembleias, que paga as quotas com muito atraso e ainda por cima não lê a imprensa do Partido e que certamente desconhece o que é o marxismo-leninismo, não pode saber o que é e nem como funciona o Partido e nem como os camaradas pensam. Por isso os argumentos apresentados estariam melhor numa assembleia de uma colectividade.

Inconscientemente, creio eu, o camarada não soube a figura que fez.

Joaquim José — Corroios

O debate

*Acerca desta animada rubrica «Cartas do leitor», cá fica um desejo — prolongue-se o debate e deixe-se espaço para depois do Congresso. E venham de lá essas cartas! Com cada um a redigir como sabe, sem preocupações de tréplicas nem paternalismos escusados. Venham ideias, sugestões, críticas e o mais que por bem lhes aprouver, mas não esqueçam, sobretudo, **as vivências**.*

Despachado este parágrafo, adiante para outras considerações. E até pode ser que alguns as julguem primárias, mas por princípios nos norteamos e deles nos socorremos quando os escolhos são maiores e mais difíceis de tornear. Avivá-los também pode ajudar.

E vou-me então a eles e às concepções (que juntos são motivo de actividade), porque andam para aí a dizer nos movermos em «raquitismos», «brutais inércias», para não falar em «declínios» e outras lérias que tais.

Ora seja permitido o seguinte: nunca os comunistas, ou se quisermos, o movimento comunista internacional, deixou de pensar naquilo que o faz agir e mover-se — concepção e articulação das tarefas revolucionárias impostas pelas condições materiais a uma classe ou, tornar-se expressão consciente das necessidades individuais segundo a produção de bens materiais e sua distribuição.

Por interesses profundos como estes se movem os comunistas. São objectivos, tarefas, ideais, que implicam estudo, pensamento, acção e cultura. Sempre em direcção às mais queridas preocupações humanas. Com ética e moral próprias que os fundamentos não são todos iguais.

É que nestes dias que correm, influenciados por interesses nada ingénuos e bem lucrativos, não faltam escribas e palradores vários a terem «crise» onde se questiona o que é passível de o ser, ou «declínio irreversível» em oscilações numa pauta eleitoral regida e afinada por diapasão seu.

Apolíticos e fora dos partidos vos queremos, ou se dentro, em trocas e tricas estéreis como bons samaritanos à procura de «vias», assim, melhor e mais tranquilamente reinaremos. Raciocina (e governa) a burguesia cá do sítio. E de outros.

Não sendo nova a receita, são velhos e relhos os temperos. E o ranço não lhes advém do aspecto físico, que até os há anafados e rosadinhos, mas sim das poltronas onde estão e estiveram instalados os «beneméritos e comendadores» seus progenitores.

Não se diga, pois, ser ancilosada a nossa documentação e informação ou de cassettes feita, os meios é que são, isso sim, considerável e comparativamente escassos. Implícito fica, não servir isto para desculpabilizar erros, que os há e a merecer reflexão, mas para quem tanto critica a falta de «modernismo» não se esqueça de, primeiro, contar as peças de artilharia do adversário, que a batalha das ideias não se pode fazer de sabre e apeada. O querer, esse a gente mantém-no vivo. Disponíveis e politicamente empenhados na acepção nobre do termo.

No Congresso e depois dele assim nos manteremos, certamente. (Este certamente, e não se arrepanhe o João M. F. Branco, faz parte daquelas algumas pequeninas certezas tais como: sendo a sociedade burguesa anti-humana na sua essência, imperioso se torna lutar pelo que é humano, pelo desenvolvimento livre e multiforme do homem contra tudo aquilo que deforma a sua via, contra o capitalismo e suas reminiscências na sociedade socialista.)

Elísio Branco — Porto

Surpresas e discordâncias

A carta do camarada João Maria de Freitas Branco causou-me bastantes surpresas e outras tantas discordâncias.

*1. «O debate no interior do Partido insere-se num processo dialéctico da apreensão cognitiva que reverte sobre um objecto real.» Errado. Na melhor das hipóteses, nunca seria sobre **um** objecto real, mas sim sobre uma variedade imensa deles. Em segundo lugar, a apreensão cognitiva que se pretende fazer não incide exclusivamente sobre objectos reais, mas também sobre realidades inteiramente subjectivas.*

*2. «(...) as opiniões diferentes ou contraditórias (...) são reflexo da própria realidade objectiva.» Errado. As opiniões **nunca** são exclusivamente puro reflexo da realidade objectiva. A realidade objectiva **cão** é inequívoca, eu vejo nela o «melhor amigo do homem» e um asiático vê o pequeno almoço...*

*3. «Não faz sentido, nem é útil, que se procure ocultar a presença de opiniões contrastantes ou de diferenças em geral por detrás do mito da "unidade de pensamento".» Errado. «Unidade» é sempre o resultado de partes diferente: é um resultado e não uma condição. Se houver **uniformidade** de pensamento, não há **unidade** de pensamento: há **um único** pensamento. Seria absurdo tentar ocultar uma realidade com algo que inteiramente dela depende.*

4. «Faço notar que a diferença não significa necessariamente ausência de unidade.» Errado. A unidade é que significa necessariamente a diferença. Se não houvesse diferenças, não poderia haver o resultado da sua conjugação e convergência, isto é, a unidade.

5. «Numa época sem Verdades nem Certezas (...).» Errado. Há que não confundir Verdades e Certezas com Estupidez e Intransigência. A marcha do homem sofre destas e não se faz sem aquelas. Como comunista, tenho dúvidas e inquietações, perguntas e respostas como todos os homens. Mas tenho também convicções e ideais.

Cristina Bandeira – Lisboa

Política de alianças

A meu ver o problema das alianças está insuficientemente equacionado, tanto nas teses como no projecto de programa. A apreciação do passado não foi aprofundada o bastante para permitir a avaliação nítida de erros cometidos e construir sobre essa autoconsciência crítica uma estratégia válida para o futuro. De uma forma tão esquemática quanto a tolerada pelo espaço aqui reservado às cartas do leitor coloco algumas hipóteses que mereceriam discussão exaustiva.

*Os partidos representam interesses e forças sociais. A questão que se punha em 1973, em 1974, em 1975, era: aliança com quem e para quê? O PCP como partido revolucionário «da classe operária e de todos os trabalhadores» tinha de avaliar bem a situação e saber distinguir entre os seus **objectivos programáticos** (estratégicos) e os **objectivos possíveis**, em termos de correlação de forças. Entre 30 de Abril de 1974 (discurso de Álvaro Cunhal) e as eleições para a Assembleia Constituinte de 1975, a palavra de ordem «Aliança Povo-MFA» serviu para fazer avançar a Revolução Democrática e Nacional, tendo no horizonte a perspectiva do socialismo. Mas, se repararmos bem, o Povo e MFA não constituíam realmente pólos de aliança alguma: a aliança existia «implícita» dentro de cada um desses pólos (uma vez que havia um largo leque de forças sociais, incluindo as representadas pelo PPD, que, nessa altura, tanto se consideravam abrangidas no «Povo» como representadas no «MFA»). Nesse período dominava o movimento popular e de massas: «Povo» era, no fundo, o conjunto dos participantes activos desse movimento e, por sua vez, «MFA» não era mais do que «Povo fardado» (como então se dizia). O PCP era a grande força dinamizadora desse movimento.*

A sua forte implantação na classe operária, nos assalariados agrícolas do Alentejo, nos intelectuais e as simpatias que grangeou rapidamente nas Forças Armadas permitiam-lhe, nessa fase, influenciar fortemente o processo revolucionário no sentido da transição para o socialismo. Mas, com as eleições, tudo mudou. Passou a haver uma nova correlação de forças, decorrente da introdução de um factor — o eleitorado e a sua expressão em número de deputados — que o PCP, quanto a mim, não soube avaliar. Em vez de utilizar a posição ainda forte em que se encontrava para negociar a plataforma que tornasse possível um bloco progressista contra as forças mais reaccionárias, procedeu como se nada se tivesse passado — caindo até no erro, que hoje considero grosseiro, de ter desvalorizado o acto eleitoral como expressão da vontade democrática do Povo Português. E negociar com quem? É claro que tinha de ser em primeiro lugar com o grande vencedor das eleições (o PS) e até com o PPD, bem como no âmbito da MFA. Negociar implica ceder, fazer concessões numas coisas, para obter outras, implica saber recuar, para consolidar posições implica a vontade real de estabelecer alianças com forças que representam interesses de classe diferentes e têm pontos de vista diferentes, mas que podem convergir em determinados objectivos comuns. Assacar todas as responsabilidades ao PS e a Mário Soares parece-me demasiado simplista. A nossa responsabilidade no curso dos acontecimentos não é menor. Penso que o PCP, nesse momento crucial, tomou os seus desejos por realidade, não soube recuar, «retirar estrategicamente», e favoreceu objectivamente a aliança dos seus aliados potenciais com as forças mais reaccionárias, tornando inevitável a divisão do MFA e atirando para os braços da direita o PS e Mário Soares (ou seja largos sectores de trabalhadores e outras camadas sociais que estes, quer queiramos, quer não, representavam). Seguindo uma linha que hoje considero aventureirista, deixou que aconte-

XII congresso PCP
com o PCP por uma democracia avançada no limiar do século XXI

Cartas do leitor

cesse o 25 de Novembro, **sendo então obrigado a ceder naquilo que queria e no que não queria**. Desde então a política de alianças do PCP tem sido, a meu ver, a ausência de uma política de alianças. Só se toma por aliado, não aquele a quem se fazem concessões por negociação — quando ainda é possível negociar — mas aquele que antes nos derrotou e passa a estar numa posição de força: assim se passou com o «Grupo dos Nove» (depois do 25 de Novembro considerado salvatério da Revolução), com Eanes e com o eanismo, com o próprio Mário Soares, em quem fomos votar depois de ele reiterar expressamente que não pedia os nossos votos, isto é, depois de ele nos demonstrar que treze anos depois da Revolução, doze anos depois de 1975, não tínhamos outro remédio senão apoiá-lo. Não fomos capazes de negociar uma plataforma com o PS em 1978 e fizemos cair o governo. Hoje estamos na posição de achar a Lei Barreto revolucionária, face à revisão constitucional. E amanhã: defenderemos esta revisão constitucional contra uma revisão ainda pior? Acusamos o PS de pactuar com a direita. Mas não nos colocamos a questão de saber por que é que em 1988 teremos uma representação parlamentar suficientemente reduzida para nos excluir do processo.

Penso que é altura de o Partido reflectir profundamente sobre tudo isto: não será que temos vindo a seguir uma orientação «maximalista», idealista, voluntarista, que só serve para isolar os sectores mais combativos da classe operária, dividir as forças progressistas, facilitar o avanço da direita? Não será esta uma estratégia de «tudo ou nada», ou melhor, uma estratégia de «beco sem saída»? Parece que o Partido não sabe recuar («dois passos atrás») só sabe perder. Não haverá outra alternativa senão triunfo ou suicídio?

Mário Vieira de Carvalho – Lisboa

NR – Independentemente das opiniões que exprime, não podemos deixar de assinalar a circunstância de o camarada Mário Vieira de Carvalho apresentar como «factos históricos» aquilo que são apenas as suas próprias interpretações da História.

A direcção

(...)

O PCP não estará, decerto, a viver «a crise irreversível dos PCs ocidentais», o «esvaziamento lento mas progressivo» a que aludem os adversários políticos. Mas os problemas existem, mais que muitos, com forte interdependência entre eles. Entre outros: problemas de conhecimento e entendimento da realidade portuguesa actual (e da realidade internacional também, da Europa da CEE ao mundo socialista); problemas de credibilidade; problemas de confiança. Algumas propostas do Partido não assentam num conhecimento suficientemente actualizado do País; a opinião pública portuguesa parece não as ouvir, ou, pelo menos, parece levá-las cada vez menos a sério; muitos militantes e simpatizante, cansados, começam a deserer.

(...)

Pensamos que o Congresso deve eleger uma direcção central do Partido – CC e organismos executivos do CC – que, apreciada no seu conjunto, surja como a equipa mais capaz de corresponder aos desafios que se nos deparam, pela aplicação do programa e da linha política entretanto aprovados pelo Congresso. Terá que ser, na sua necessária diversidade, uma equipa coesa. Ao contrário do que o projecto de Teses sugere, entendemos que, na escolha da futura direcção, não deverá o critério da **capacidade** – para resolver os problemas, presentes e futuros – ser subalternizado face ao critério da **dedicação** passada. Naturalmente, na sequência da aplicação do critério aqui recomendado, poderá não acontecer uma «maioria operária» no CC; aliás, haverá alguma razão válida para insistir no cumprimento forçado de uma «regra de ouro» que nem sequer se encontra consagrada estatutariamente?

A escolha da nova direcção central do PCP pode ter um papel extraordinariamente positivo na retoma da confiança – mas pode também comprometê-la. E, importa dizê-lo, se o elenco escolhido é relevante, o modo como a escolha se processa não o é menos.

É um facto que o CC cessante está em posição privilegiada para fazer «uma proposta válida como base», pela sua «constante ligação a toda a organização do Partido, e pelo conhecimento dos quadros». Mas também não podemos ignorar como é difícil ser juiz em causa própria: como evitar que o CC cessante ceda à tentação de, com algumas – poucas – excepções, se escolher a si próprio?

A terminar:

A retoma da confiança exigia que todo o colectivo de militantes – e não apenas o CC cessante – tivesse papel activo na escolha do futuro CC e seus executivos, ou, no mínimo, um certo controlo dessa escolha. O Regulamento estabelecido pelo CC está longe de corresponder à nossa expectativa: é um Regulamento bastante tradicional, sem novidades relativamente a regulamentos anteriores, quando uma renovação profunda não estava na ordem do dia.

No quadro do Regulamento em vigor, sugerimos o seguinte:

a) Que as assembleias que elegem os delegados debatam a composição da futura direcção central, devendo cada grupo de delegados eleito ser, de alguma forma, portador, junto do Congresso, das sugestões da assembleia que o elegeu;

b) Que a lista proposta pelo CC cessante seja tornada pública alguns dias antes do Congresso – uma semana, digamos –, tal como o foi tudo o mais que aí será debatido e objecto de votação, de modo a que **todas** as decisões de **todos** os delegados sejam plenamente conscientes.

António Gusmão Correia – Lisboa

A regra de ouro

Penso que as «questões» que ultimamente se têm posto nas discussões à volta do papel do Partido na situação actual têm um pouco a ver com isto: qual o **papel dos intelectuais do PCP** e como conexar isso com a chamada «regra de ouro»?

A tradição organizativa do Partido vem, de há longos anos, no sentido de se manter a maioria operária nos órgãos de direcção. Nos tempos actuais há, no entanto, quem diga (alguns só nas entrelinhas...) que a classe operária já não tem as características de classe que tinha aquando do aparecimento do nosso Partido e que, portanto, haverá que rever – mesmo do domínio dos princípios – tal prática.

A isto acrescem, no nosso entender, outras circunstâncias inerentes ao processo democrático que se tem vivido após o 25 de Abril: o aparecimento de um certo número de quadros que têm vindo a ocupar lugares importantes do aparelho autárquico, parlamentar e até mesmo sindical. Para já não falar, também, na verdadeira explosão informativa que destaca diariamente esses e outros camaradas que ocupam lugar de relevo no domínio das artes e letras (entendidas em geral) e mesmo nos diversos sectores profissionais chamados de «ponta» (felizmente que o PCP tem mantido uma enorme falange de militantes em todos estes domínios).

Mas esta nova «conjuntura» levanta problemas que têm que ser encarados com rigor e cuidado, uma vez que tal realidade trouxe situações novas até de um ponto de vista meramente individual («vide» a perigosa tentação de os tais quadros se pretenderem comparar aos seus «congéneres» das outras classes sociais em disputa na actual realidade política portuguesa).

Aliás alguns desses camaradas têm a evidente tendência para esquecerem que foi a sua condição de comunistas que permitiu a sua entrada e o seu acesso às «bocas do Mundo», com as inerentes vantagens daí resultantes.

Confirmando estas considerações basta analisar mesmo superficialmente quais os camaradas que têm vindo a público criando «casos» dentro do Partido, de uma forma meramente especulativa e completamente acrítica!

Se entendemos que o PCP tem que continuar a ter o real papel de partido da classe operária, se entendemos que a nossa raiz marxista-leninista continua a ter actualidade, mas se entendemos também que os dias de hoje são **cada vez mais outros**, que diferente solução poderá existir que não seja a de se defender criticamente (não às cegas, claro) a manutenção da «regra de ouro», com a atenção devida para o papel dos «intelectuais» que tenham consciência do seu real papel no contexto de um partido que é de transformação – e porquê ter-se vergonha de o dizer – da classe operária.

C. Trincão Marques – Torres Novas

Indignação

Decidi escrever para o «Avante!», não para falar do riquíssimo conteúdo dos documentos em discussão para o XII Congresso, pois isso é tarefa que cumpro no meu organismo, mas porque o conteúdo de algumas cartas publicadas no último número do «Avante!» me encheu de espanto, e de indignação aquela a que me vou referir.

Eu não acredito que o sr. Daniel Santana, homem de Olhão mas de vistas curtas, seja membro do mesmo Partido que eu sou – o PCP – partido marxista-leninista, que organiza nas suas fileiras os operários, os empregados, os camponeses, os intelectuais, etc.

(...)

Eu quero esclarecer que não me sinto nada aviltada com merecidas punições e tenha presente o sr. Daniel que a maioria também não.

Igualmente não me sinto aviltada com o conteúdo dos nossos documentos porque eles são de uma justeza e de um rigor dignos de todo o crédito. Eu costumo lê-los com toda a atenção.

Aconselho este senhor que pensa ser iluminado a consultar as análises feitas pelo Comité Central do Partido nas várias fases da situação política nacional e compará-las com a realidade.

A título de exemplo refiro-lhe uma recente publicação da Revista «Expresso» com extractos publicados no «Avante!» de 7/10/88 com o título «O que o "Expresso" descobriu em Outubro de 1988... O que o PCP disse em 1987».

(...)

Quanto à letargia de que nos acusa, aproveito para lha devolver em meu nome e de certamente muitos milhares de comunistas dedicados que não se poupam a esforços para que o PCP seja o grande Partido de intervenção que é na vida política social e cultural, profundamente enraizado nas massas, o Partido mais democrático do País, como dizia e muito bem um camarada no último número do «Avante!» (tão democrático, que até publica a sua carta que nada tem de democrática).

Ainda mais uma referência à sua análise internacional, apenas para lhe lembrar a grande subida que teve o PCF nas últimas eleições em França.

Não quero terminar sem ainda lhe dizer que acredito na evolução das pessoas e que se o «camarada» começar a participar mais regularmente na vida do Partido, na análise dos problemas das massas trabalhadoras e exploradas deste País, se der a sua contribuição à luta diária e efectiva por uma vida mais justa, certamente daqui a algum tempo, será então do meu Partido, onde tudo se resolve com grande esforço e trabalho colectivo. Até lá, não nos insulte mais!

Fernanda Duarte – Anadia

Nota da Concelhia de **Gondomar** do PCP

«O Partido tem direito à verdade. Ela aqui fica»

A Comissão Executiva da **Comissão Concelhia de Gondomar do PCP** enviou à nossa Redacção uma informação relativa à preparação do XII Congresso nesta organização, que passamos a transcrever:

«Três ideias orientaram e orientam o Plano de Trabalho Preparatório do XII Congresso, da Comissão Concelhia de Gondomar: **1.** Possibilitar a mais ampla participação, garantir que todos os militantes tivessem voz e papel activo na preparação do Congresso; **2.** fazer chegar a tempo e horas os projectos em discussão às mãos dos militantes e incentivar à sua leitura e estudo; **3.** combinar os locais, calendário e horários para a realização das reuniões preparatórias e Assembleias Plenárias ajustadas às realidades de cada organização.

«Está a resultar? Sim.

«Em plena perfeição? Não.

«O Plano traçado e aprovado em Plenário da Comissão Concelhia realizado em 29/9 previa a realização de 28 reuniões diversas, de organismos e organizações, a culminar com a realização de 10 Assembleias Plenárias que abrangiam todos os militantes das 12 freguesias do concelho. Até ao presente, foram realizadas 25 reuniões de organismos e organizações em 11 freguesias e já tiveram lugar 7 Assembleias Plenárias. Várias centenas de militantes da organização do concelho de Gondomar já participaram nas reuniões e Assembleias Plenárias.

«Do total de 48 membros do Plenário da Comissão Concelhia não participaram na discussão colectiva apenas 8, podendo ainda fazê-lo nas Assembleias Plenárias das suas organizações. Interessa referir que, destes, nenhum deles pertence às freguesias mais distantes da sede do concelho e parte deles já têm realizado tarefas ligadas ao Congresso, embora não tivessem podido participar no debate.

«A Comissão Executiva da Comissão Concelhia procurou criar condições para que todos os militantes possam dar a sua contribuição e nenhum esforço tem poupado para que de facto isso aconteça.

«O resultado disso é o facto de praticamente todos os militantes terem sido contactados, fundamentalmente através do porta-a-porta e nos casos mais difíceis através dos Correios.

«Das reuniões realizadas foi possível obter várias propostas e sugestões sobre os projectos, assim como obter ensinamentos para o trabalho futuro.

«Nos contactos efectuados entregaram-se dezenas de cartões e dezenas de militantes começaram a pagar a sua quota.

«Mais de uma centena de militantes e amigos estão comprometidos com tarefas de apoio ao XII Congresso e a organização concelhia está a ser mobilizada para fornecer 250 dormidas aos delegados de Santarém, Leiria e Beira Interior e para assegurar mais de uma centena de militantes diariamente para diversas tarefas de apoio ao Congresso. Estamos convencidos que estes objectivos vão ser plenamente realizados.

«A Comissão Executiva da Comissão Concelhia tem consciência que as coisas não se fazem mecanicamente, está de pé a batalha para corrigir insuficiências e melhorar cada vez mais o nosso trabalho.

«O incrível só acontece quando avaliamos ou damos opinião sem que tenhamos conhecimento das realidades. Este risco não queremos correr nem faz parte dos nossos processos de trabalho.

«Todas as críticas e opiniões são aceites e bem vindas porque não somos possuidores de inteligência superior ou infalível e tão-pouco temos pretensão de outra reafirmação que não seja o de fazer cada vez mais e melhor, contribuir para o reforço do Partido e o êxito do XII Congresso.

«O Partido tem direito à verdade. Ela aqui fica». ★

Pontos Cardeais

Saúde I

Na administração central, a competência não é medida em canudos. Nem na administração central nem em qualquer outro lugar. A competência prova-se no dia-a-dia de uma qualquer actividade.
Na Administração da Saúde, a competência também não é medida por canudos. Esta frase, proferida pelo secretário de Estado da tutela perante o hemiciclo de São Bento não foi aplaudida pelos deputados.
Porque ao explicar várias nomeações para o cargo de administrador delegado para os hospitais, aquele membro do Governo resolveu que a melhor maneira de o fazer era dizer a todos — e à televisão; e aos jornais... — qual o conjunto de medidas que no seu entender terão contribuído para melhorar a prestação dos cuidados de saúde.
Com esta enumeração, ficaram os deputados a saber que a melhor qualificação para se ocupar um posto como é o de administrador delegado nos hospitais, é a de se ter alguém no hospital ou no partido, ou, ainda melhor, no governo ou no parlamento.

Saúde II

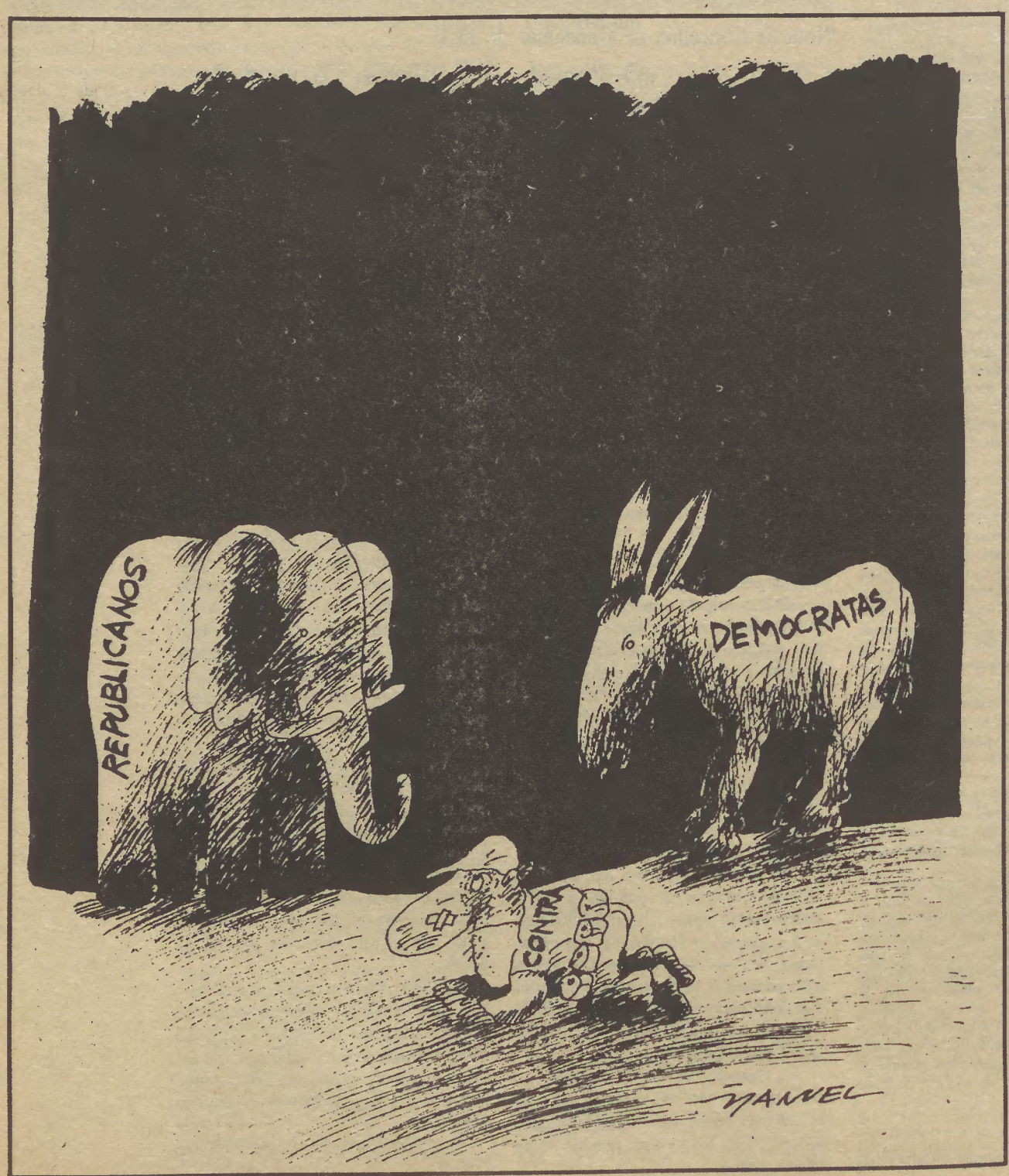
Enumeremos alguns dos exemplos, lançados pelo deputado comunista Fernando Gomes, de administradores delegados de hospitais que antes de o serem já o eram:
Viana do Castelo, onde há dois administradores de carreira, foi nomeado um recém-licenciado em Direito, de 23 anos.
Setúbal, onde há vários administradores de carreira, o administrador delegado é um engenheiro mecânico da Mague afilhado de casamento do director do hospital.
Em Guimarães, onde há um administrador diplomado nos EUA, foi nomeado um comerciante de cutelaria, de conhecidos méritos e que por puro acaso é membro da comissão concelhia do PSD.
Em Cascais, onde também há um administrador de carreira, foi nomeado um jovem licenciado em Direito que transita do gabinete da ministra da Saúde.
Em Fafe, Humberto Gonçalves é professor primário reformado e acumula com o cargo de director do hospital.
Estes alguns exemplos. O secretário de Estado da Administração da Saúde foi dizer que a competência não se mede aos canudos e fundamentou esta sua afirmação lembrando que o Governo já trabalhou bastante em termos de saúde, nomeadamente nos serviços de hemodiálise.
Pois!

Dignidade

O Governo tem pautado a sua actuação pela dignificação da Administração. Esta uma afirmação que de há um ano a esta parte enche os rostos dos governantes e os noticiários dos meios de comunicação social.
Uma afirmação que de tanto repetida se tornou verdade.
Para o fazer, quer gastar menos dinheiro, reduzir os médicos, os funcionários públicos, proteger o ambiente, ser um governo interessado nos problemas dos pobres.
Atente-se a este caso. Na Quinta do Cabral, em Arrentela, lá para os lados do Seixal, cerca de 300 famílias viram-se agora a braços com um aumento impressionante das suas rendas de casa.
Pretende o proprietário daquele bairro aumentar os preços das habitações em valores que vão de 200 a mil por cento.
Os inquilinos, gente de poucos recursos e grandes agregados familiares, recusam-se, claro está, a pagar tão exorbitantes aumentos e apelam a quem de direito.
Que faz o Governo? Numa manifesta vontade de dignificação, e mostrando-se aberto ao diálogo, chama os inquilinos e diz-lhes que a situação merece uma atenção redobrada. A situação anterior, porque quem pretende este aumento das rendas de casa é, nem mais nem menos, do que o Governo por intermédio do seu Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado.
Quando toca à dignificação da Administração, ou há moralidade ou comem todos.

Até o S. Pedro!

Que as coisas não andavam bem já todos sabiam.
A palavra crise tem sido usada e reafirmada para caracterizar a sua situação.
São as casas que encerram, as pessoas que não aparecem, outras que — infelizmente — desaparecem, e umas outras que tão depressa estão sob as luzes da ribalta como se eclipsam pela direita baixa.
A outro nível, são os apoios cada vez menos solidários, e agora, até do cimo parece haver complots.
É verdade. O Teatro Estúdio de Lisboa anunciou já que encerraria as suas portas se não obtivesse um subsídio e agora, até o São Pedro lançou uns bons litros de água em demasia sobre o Teatro Mirita Casimiro.
Muito mal anda o teatro em Portugal.



Gazetilha

por Ignotus Sum

Canto aos varões da «modernização»

I

Não só da antiguidade o herói se louve
nem só os grandes nomes mitológicos.
Há mais rosa no céu, além da couve,
mais vida viva que em jardins zoológicos.
E se nobres ideais em tempos houve
nos densos matagais ou teológicos
hoje também, se erguermos a lanterna,
grandes nomes já têm o poeta à perna.

II

Veja-se que, ao destinos da Nação,
(tudo por ela e contra ela, nada)
altos sinais de modernização
apontam, com o fulgor da marmelada.
«Todos em frente!» – grita o capitão
aos seus pilotos no alto da amurada.
«Todos em frente!» torna com lirismo,
«Todos em frente!» – a um passo do abismo.

III

Eis ficamos sabendo todo o gosto
da modernização em perspectiva
quando se paga em duplo o mesmo imposto
para os bolsos da farta comitiva
ou quando tudo enfim está composto
para que às garras lúbricas do IVA
ninguém fique arredado ou em sossego
maneta, coxo, surdo, mudo ou cego...

IV

Modernizar o que é, neste baralho?
Que rosto, que desvão ou que sentido?
Pois temos visto que é negar trabalho
é ferir o mais pobre e desvalido
é recusar o pão e o agasalho
com falso palavrório derretido.
Tão grande gesta epicamente canto
quando escavacamente escondo o pranto.

V

Quem levanta o chicote, «moderniza»,
quem aos grandes interesses se sujeita
e quem direitos conquistados pisa
quem nos lençóis dos dólares se deita
quem com rudes lacraus o país guisa
quem reza na mentira a que se ajeita
quem com um riso de guiso e de espartilho
tem sempre o ar de quem puxa o gatilho...

VI

Desgosto de viver, governo infunde-o
e «modernização» a isso chama
talvez nesse parecer, o imundo e o
doente prazer, que todo o *gang* aclama,
de hoje ressuscitar o latifúndio
onde a injustiça mais antiga mama
e pela qual Cavaco explica às vezes
que só quer a união dos portugueses...

VII

A «modernização» que este macaco
proclama nos assaltos à TV
essa é que eu canto com o meu canto fraco
fraco de arreios, como bem se vê.
Grande estadista, grande herói Cavaco,
somos-lhe muitos gratos, e há de quê:
a «modernização», se muito medra,
certo conduz — à idade da pedra...

VIII

Camões, Imperador do grande ceptro
grande Camões, imploro-te: perdoa
ao bichinho da terra usar teu metro
e o gesto que em mim pesa e em ti voa,
para, rouco, gritar o *vade retro*,
que Portugal, de Norte a Sul, povoa,
à «modernização» da vã rudeza
de uma austera, apagada e vil tristeza...

Agenda

Avante!
Ano 58 – Série VII
N.º 776
10 de Novembro de 1988
4.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Quinta 10

• **AVEIRO**

Assembleia plenária da organização concelhia de **Anadia** – CT de Anadia, 21.00.

• **BEJA**

Plenário da célula dos Reformados da cidade de **Beja** – CT, 15.00.

• **COIMBRA**

Reunião da organização de **Carvalhosas** (Torres do Mondego/Coimbra), 21.30; da célula da **Petrogal/Coimbra** – 18.30; reunião plenária da org. **Bancários/Coimbra**; da célula do **Hospital Distrital da Figueira da Foz**; da organização de freguesia de **Bendafé**/Condeixa-a-Nova – 21.00; dos organismos de **médicos e enfermeiros.**

• **ÉVORA**

Plenário da organização de **Viana do Alentejo** – Biblioteca, 20.30.

• **GUARDA**

Plenário da organização da vila de **Figueira de Castelo Rodrigo** – 18.00; da freguesia de **Vilar Torpim** – 21.00.

• **LISBOA**

Plenário da célula do **Património** do sector Artes e Letras da ORL – CT Vitória; dos **Escritores** – CT Vitória, 21.00; com a participação de José Casanova; do sector de **Informação da ORL** – CT Vitória, 21.30; de **células de empresa do Prior Velho**/Loures; das organizações dos **bairros Espírito Santo, Memória, Liberdade, Ramada, Arroja, Odivelas Velho, Ponte da Bica, Pedernais, Sr. Roubado e V. Forno**/Loures – CT Odivelas, 21.30; da **Zona Ocidental-/Boa Hora** (OLL) – CT Ajuda, 21.00; células de empresa de **Viúva Lamego, Minastela, Lercauto, Baldacci** (5.ª Zona da OLL); célula da **CDL**; da célula da **Carris** – CT Vitória, 18.30; da **CM e SMAS de V. F. Xira** – CT Vila Franca de Xira, 18.00; da freguesia da **Graça**; dos núcleos da **EPAL/Lisboa** – Vitória, 18.30; parte do sector **Bancário de Lisboa** – CT Chiado, 17.30; célula da **DRICSS** do sector F. Pública – CT Alcântara, 13.00; célula da **CML** da OLL – CT Duque de Loulé, 18.30; célula da **Comp. de Seguros Fidelidade** (sector seguros) – CT Chiado, 17.30; camaradas da **Mague** residentes em Vialonga – CT Vialonga; **debate** no CT Vila Franca de Xira, 21.30, com a participação do camarada **Carlos Pinhão;** plenário das células da **EPA e AGA)** (S. Público) – CT Vitória, 18.30; células dos trabalhadores do **Hospital Júlio de Matos** e do **Hospital Miguel Bombarda** (S. Saúde) – CT Vitória, 17.30; célula do **Hospital Santa Maria** – CT Soeiro Pereira Gomes, 17.30; das organizações locais de **Igreja Nova** e **Cheleiros**/Mafra.

• **PORTALEGRE**

Plenário da organização de **Terrugem**/Elvas – CT, 21.00; de **S. Vicente**/Elvas – Casa do Povo, 21.00; de **Santa Eulália;** de **Barcarena**/Elvas – Casa do Povo, 21.00.

• **PORTO**

Reunião geral da organização dos **Quadros Técnicos** – CT Boavista, 21.30.

• **SETÚBAL**

Assembleia plenária do **sector Sindical do Berreiro** – CT Barreiro, 10.00.

Sexta 11

• **AVEIRO**

Assembleia plenária da célula dos **CTT** e dos colectivos de **bancários, mulheres e reformados** do concelho de Aveiro – CT de Aveirol 21.00; das **células das empresas Toyota, F. Ramada, Sital, Cavan, Fopil, Fapral, Fanfel, CM Ovar, Phillips;** da organização concelhia de **Espinho** – CT Espinho, 21.00

• **BEJA**

Debates: **Propostas contidas no novo Programa do PCP** – em **Moura** no salão da Câmara Municipal, 20.30, com a participação da camarada **Bernardina Sebastião;** em **Almodôvar** na Casa do Povo, 20.30.

• **ÉVORA**

Reunião plenária da organização de **Cabeção**/Mora – Casa do Povo, 20.00; de **Igrejinha**/Arroiolos – Junta de Freguesia 20.00; de **Vimieiro**/Arroiolos – Junta de Freguesia, 20.00; de **Santa Susana**/Redondo – Centro de Convívio, 19.00; de **Arcos**/Estremoz – 21.00; de **N. Sra. da Conceição e Juromenha**/Alandroal – 20.30; da organização de **Reformados de Vendas Novas** – CT, 15.00.

• **FARO**

Assembleia plenária dos sectores **Comerciantes, Escritórios, Caixeiros, Vendores, Hoteleiros, Saúde, Segurança Social, Função Pública, Quadros Técnicos, Professores, Bancários, Juventude**/Faro, para votação dos documentos propostos pelo CC e eleição de delegados – CT Faro, 21.30; reunião dos sectores **Serviços, Construção Civil, Câmara Municipal, Comerciantes, Cooptar**/Olhão – CT Olhão, 21.00; assembleia plenária de **Odeáxere;** da organização da cidade de **V. Real de Sto. António** – Sindicato das Conservas, 21.00.

• **FUNCHAL**

Plenário do sector **Construção Civil** e **Transportes** do Funchal – 19.30.

Debate: O XII Congresso e a Autonomia – CT Funchal, 21.00.

• **LISBOA**

Plenário da célula da **FIMA**/Sacavém; **Encontro com democratas da Amadora** – CT Amadora, 21.30.

• **PORTALEGRE**

Assembleia plenária da organização do concelho de **Nisa** – Junta de Freguesia, 21.00; reuniões em **Avis** – CT, 21.00; em **Ervedel** – CT, 21.00; em **Vila Fernando**/Elvas – Casa do Povo, 21.00; em **S. Brás**/Elvas; em **Arronches** – CT, 21.00; em **Sousel, Casa Branca e Cano,** Concelho de Sousel.

• **PORTO**

Assembleia Plenária da organização de professores do **Ensino Superior** do Porto – CT da Boavista, 21.30; das freguesias de **Astromil, Baltar, Gondar, Rebordosa e Vandoma;** da organização de **Pedroso**/V. N. Gaia – Esc. Prim. do Moeiro, 21.00; da organização de Serzedo/Perosinho – salão da Junta de Freguesia, 21.00; das organizações de **S. Cosme, Jovim, Gondomarinho e Interforma** – CT Barão de S. Cosme, 21.30; da org. concelhia de **Marco de Canavezes** – 21.30; dos sectores **Comércio, Escritórios, Ind. do Comércio Farmacêutico, Marinha Mercante e Alfândegas do Porto** – CT da Rua do Almada, 21.30.

• **SANTARÉM**

Plenários de militantes em **Zibreira**/Torres Novas; na cidade de **Santarém** e em **S. Vicente de Paul;** Vila Nova da Barquinha.

• **SETÚBAL**

Plenário em **Carvalhal**/Grândola – 21.00; das organizações de **Reformados, Comerciantes, Mulheres, Motoristas, Saúde, Intelectuais de Grândola** – 21.00; dos sectores **Segurança Social, Cortiças, Confecções, Saúde** do concelho da Moita – CT Alhos Vedros, 15.00; da freguesia do **Poceirão** – 21.00; de **Ermidas Aldeia**/Santiago do Cacém – CT de Ermidas, 21.00; da célula da **SAPEC** – CT Praias Sado, 18.30; das célula da **Inapa, Litografia Sado, Óleos Vegetais**/Setúbal – CT concelhio, 21.30.

• **VILA REAL**

Debate em Vila Real sobre o Projecto de Programa – CT Vila Real, 21.30.

Sábado 12

• **AVEIRO**

Plenário da organização concelhia de **Águeda** – CT, 21.00; da freguesia de **Esgueira** e das células da **Renault** e dos **Estaleiros de S. Jacinto** (do concelho de Aveiro) – CT de Aveiro, 10.00; da organização concelhia de **Estarreja** – CT, 21.00; da organização concelhia de **S. João da Madeira** – CT S. João da Madeira, 15.00.

• **BRAGA**

Reunião plenária de militantes do concelho de **Barcelos** – CT de Barcelos, 21.00.

• **BRAGANÇA**

Assembleia da organização do concelho de **Alfândega da Fé** – Centro de Trabalho, 21.00; assembleia da organização do concelho de **Vila Flor** – Escola Preparatória, 21.00.

• **BEJA**

Reunião plenária da organização de **Cuba;** de células diversas de **Aljustrel** – CT, 15.00; da organização de **Ervidel** – CT, 20.00; de organismos diversos da cidade de **Beja** – CT, 14.30.

• **CASTELO BRANCO**

Assembleia plenária da organização do concelho de **Fundão** – Escola Secundária, 14.30.

• **ÉVORA**

Reunião plenária da organização de **Aguiar**/Viana do Alentejano – CT, 19.30; de **Mora** – CT, 15.00; de **Pavia**/Mora – CT, 20.00; do concelho de **Portel** – Sociedade, 15.00; de **Santana do Campo**/Arraiolos; de **Vale do Pereiro**/Arraiolos – Junta de Freguesia, 19.00; de várias organizações de **Montemor-o-Novo,** de Vendas Novas, de Alandroal.

• **FARO**

Plenário com **vários sectores, na Conceição,** para votação de documentos e eleições dos delegados – 21.00; com o mesmo fim, reunião de vários **sectores e empresas de Faro** – 15.30, CT Faro; plenário das organizações de **Quelfes e Fuzeta;** de Pechão – 20.30; de **Lagos;** das freguesias de **S. Clemente e S. Sebastião**/Loulé; da freguesia de **Alvor** – no Bairro Popular, 21.00; de **Tavira;** da cidade de **Vila Real de Sto. António.**

• **FUNCHAL**

Plenário dos sectores **Intelectual e Função Pública** Funchal – 15.00; das freguesias do **Funchal** – 18.30.

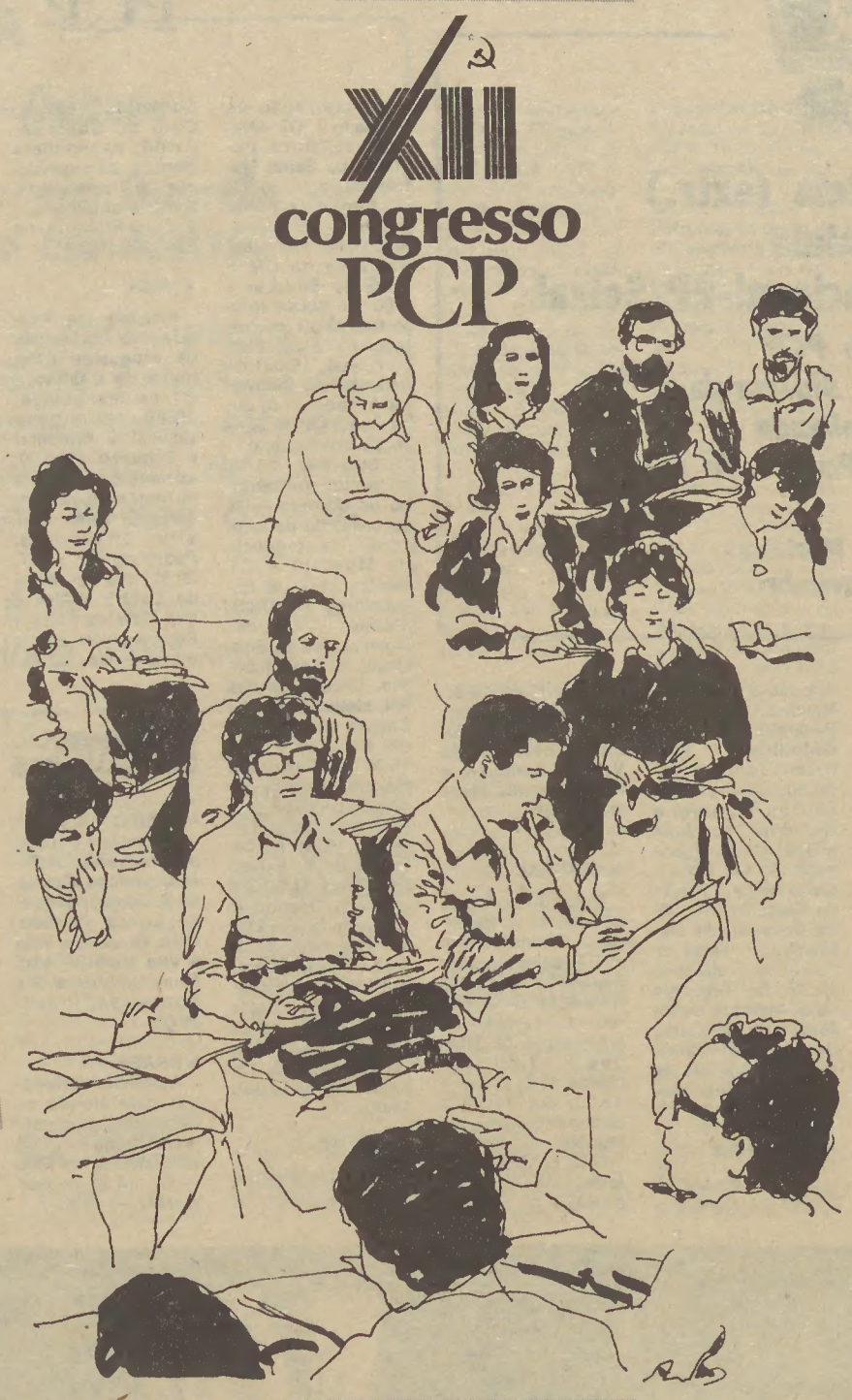
• **GUARDA**

Plenário dos concelhos de **Almeida e Sabugal** – Escola Primária de Sabugal, 20.30; do concelho de **Manteigas;** do concelho de **Seia;** da freguesia de **Gonçalo**/Guarda.

• **LISBOA**

Plenário da freguesia de **Alcabideche** – Salão do Montepio de Alcabideche, 16.00; da freguesia da **Parede** – Com. de Moradores do Bairro Alentejano; das freguesias de **Dois Portos, S. D. Carmões, Runa**/Torres Vedras – Caixaria, 21.00; das freguesias de **Ramalhal, Maxial, O. Cabeça**/Torres Vedras – Maxial, 21.00; da célula do **LNEC** – CT Vitória, 14.30; da organização de **Póvoa de Santo Adrião** – Salão da Junta de Freguesia, 15.00; de **Olival de Basto** – 21.30; da freguesia de **Barcarena** – Tercena, 15.00; da célula da **Covina** – sala anexa ao refeitório da Covina; da freguesia de **Paço d'Arcos** – CT Oeiras, 15.00; da freguesia de **Santo Condestável** – CT Pedro Soares, 15.30; do Bairro 2 de Maio/**Casalinho da Ajuda** – CT Ajuda, 15.00; de núcleos da EPAL em Valada e V. Pedra CT Valada, 10.00; da freguesia de **Forte da Casa** – Junta de Freguesia, 15.00; da freguesia de **S. João de Deus** – Assoc. de Reformados de S.

→



Atenção ao calendário

De acordo com o Regulamento aprovado pelo CC em Agosto, as propostas de alteração e emendas aos projecto de documentos apresentados pelo Comité Central deverão ser entregues com a possível antecipação, sendo o prazo-limite para a sua entrega o dia **15 de Novembro** (terça-feira) para os projectos de Programa e alterações aos Estatutos, e o dia **19 de Novembro** (sábado) para o projecto de Teses.

As assembleias plenárias para eleição de delegados deverão estar terminadas em **26 de Novembro.**

DORMinho

Segunda-feira, 14 de Novembro, às 21.30 horas, no CT de Braga

Reunião distrital de militantes ligados ao *trabalho sindical,* para debate especializado dos documentos preparatórios do Congresso

No fim-de-semana

Assembleias plenárias em *Braga, Guimarães e Fafe* para eleição de delegados

DEBATE PARA UMA POLÍTICA ALTERNATIVA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO PARA LISBOA

12 NOVEMBRO 1988 — 15 HORAS
HOTEL EMBAIXADOR
Av. Duque Loulé, 73

PROMOVIDO PELA
CÂMARA ALTERNATIVA DE LISBOA

CDU

Agenda / Avante!

João de Deus, 15.00; da freguesia de **Santa Engrácia** – CT Graça, 15.00; da freguesia do **Alto do Pina** – Associação de Reformados do Alto Pina, 15.00; da freguesia da **Damaia** – CT Damaia, 15.00; da freguesia da **Mina** – JF da Mina, 9.30; da freguesia de **Camate** – CT Camarate, 15.00; de **Pero Negro** (freguesia de Sapataria)/Sobral de Monte Agraço; da organização local de **Arcena**/V. F. Xira – CT Arcena, 21.00; de **Alhandra** – CT Alhandra, 15.00; de Sector Sul, Quinta das Laranjeiras e Rua Nova, freguesia dos **Olivais** – Escola Fernando Pessoa, 15.30; da Zona 1 de **Chelas** – Comissão de Moradores, 21.00; da célula do **MAP** (F. Pública) – CT Alfama, 15.00; da vila de **Alenquer** – Junta de Freguesia de Triana, 15.00; de **Estribeiros**/Alenquer – 20.00; de **Aldeia Galega,** V. Verde, **Ventosas**/Alenquer – CT Merceana, 20.00; de **Alto**/Azambuja – 20.00; de **empresas de Vila Franca de Xira** – CT, 16.00; de **professores do Ensino Preparatório e Sec.** – CT Vitória, 15.00; de **Malveira, Vend. Miharado, Sto. Estêvão**/Mafra; da célula dos **TLP** (Sector Público).

• PORTALEGRE

Plenário da organização de **Alter do Chão,** 21.00; de **Seda**/Alter do Chão; de **Monforte;** de **Assumar** e **Santo Aleixo**/Monforte; de **Vaiamonte**/Monforte; de **Longomel**/Ponte de Sor; de **Fortios**/Portalegre.

5.ª Assembleia (extr.) da célula da Siderurgia Nacional-EP/Seixal

Com o PCP defender a Siderurgia nacionalizada ao serviço do Povo e do País

Torre da Marinha
12 de Novembro

• PORTO

Ass. plenária das zonas do **Carvalhido, Bom Pastor, Agra, Regado, S. Tomé, Arca d'Água e S. Diniz** – Escola de **Agra**/Paranhos, 21.30; da organização do **Bonfim** (excepto S. Vítor) – CT Barão de S. Cosme, 15.00; de **Vilarinho**/Santo Tirso – Escola Primária, 21.00; da célula da **Siderurgia Nacional** – CT Boavista, 9.30; das empresas da **Maia** – CT da Areosa, 15.00; do **Sector Cultural do Porto** – CT Boavista, 9.30; da organização de **Professores do Porto** – CT Boavista, 9.30; do sector da **Saúde** – CT Boavista, 15.00; das freguesias de **Cete e Paradа** – Parada de Todeia, 21.30; das freguesias da zona sudeste do concelho de **Penafiel** – Boelhe, 21.00; da organização concelhia de **Amarante** – Esc. Prep. de Amarante, 14.00; da organização de **Campelo**/Baião – CT, 15.00; do sector de **Seguros do Porto** – CT Rua do Almada, 15.00; da organização de **Sta. Marinha**/Gaia – CT Gaia, 15.00; de **Oliveira, Crestuma, Lever e Sandim** Escola do Seixo Alvo (Oliveira); de **Vilar do Paraíso** – Escola Prim. do Monte n.º 1 (Vilar do Paraíso), 15.00; de **Gulpilhares** – Esc. Prim. da Capela, 21.00; da organização da **Madalena** Esc. Prim. do Maninho, 21.00; da organização de **Rio Tinto** – Salão Nobre da Junta de Freguesia, 15.00; da freguesia de **Mafosinhos** – Salão da Junta de Freguesia, 15.00; da freguesia de **S. Mamede de Infesta;** da freguesia de **Leça do Balio;** das organizações de **Campo** e **Sobrado**/Valongo – 21.30.

• SANTARÉM

Plenário da organização do **Couço** – Casa do Povo, 20.30; de **Pontevel e Ereira**/Cartaxo; de **Cortiçóis**/Almeirim; de **Vale de Santarém e Reguengo do Alviela**/Santarém.

• SETÚBAL

Reunião plenária das células do **Hospital e Ensino**/Barreiro – CT concelho do Barreiro, 15.00; da freguesia de **Lavradio** – CT Lavradio; da organização de **Melides** – 18.00; dos bairros de Grândola – 15.00; dos sectores sócioprofissionais do **Montijo** – CT Montijo, 16.00; da **RN e outras empresas** do concelho de Palmela; da organização de **Alvalade** – CT Alvalade, 15.00; da freguesia de **Santa Maria**/Setúbal – 15.00; da freguesia de **S. Julião** – CT concelhio, 16.00; dos trabalhadores da **CM e SMS de Setúbal** – 9.00; do sector **Intelectual**-célula da Vereação – Assembleia Municipal, 15.00; da freguesia da **Charneca**/Almada – 16.00; da freguesia de **Santo André**/Barreiro – CT Sto. André, 15.00; do **sector metalúrgico do Barreiro** – CT concelhio do Barreiro, 15.00; da freguesia do **Montijo** – CT Montijo, 21.00; da freguesia do **Poceirão**/Palmela – 21.00; das organizações de **Santiago, S. Francisco, Sta. Cruz e células RN, eleitos autarq. e Ensino de Santiago do Cacém** – CT, 15.00; da **Siderurgia Nacional-Fábrica do Seixal** – Independente Futebol Clube Torriense, 15.00; da freguesia de **S. Sebastião (Zona 1)**/Setúbal – Grupo Desportivo da Camarinha, 15.00; da freguesia de **S. Sebastião (Zona 2)**/Setúbal – Grupo Desportivo OS13, 15.00; da célula da **Setenave** – Junta de Freguesia de **S. Sebastião**/Setúbal, 15.00.

• VILA REAL

Assembleia plenária do concelho de **Sabrosa** – escola C+S de Sabrosa, 21.00; assembleia plenária da organização de freguesia de **Salto**/Montalegre – Escola Primária da Borralha, 20.00.

• VISEU

Plenário das organizações concelhias de **Mangualde** e **Penalva do Castelo** – CT de Mangualde, 20.30; das organizações de **Armamar e Tabuaço** – 20.30; assembleia plenária da organização concelhia de **Viseu** – CT Viseu, 15.00; de **S. Pedro do Sul** – CT, 20.30; dos concelhos de **Castro d'Aire e Vila Nova de Paiva** – Bombeiros Voluntário de Farejinhas, 20.30.

Domingo 13

• AVEIRO

Assembleia plenária das freguesias de **Fiães, Lourosa, Caldas de S. Jorge, Sanguedo, Lobão, Canedo, Gião, Guisande, Vale e Vila Maior** — Esc. Prim. do Monte das Pedreiras, Fiães, 09.00.

• BRAGA

Assembleias plenárias para eleição de delegados: do concelho de **Braga** — 14.30; do concelho de **Fafe** — CT, 14.30; de **Guimarães** — 14.30.

• BRAGANÇA

Assembleia plenária do concelho de **Bragança** — Biblioteca da Escola Prep. Augusto Moreno, 15.00; de **Carrazeda de Ansiães** — 20.30.

• CASTELO BRANCO

Assembleia plenária da organização concelhia de **Idanha-a-Nova** — Centro de Trabalho, 14.30.

• COIMBRA

Reunião plenária do **sector têxtil do concelho da Figueira da Foz** — Tavarede, 10.00.

Assembleias para eleição de delegados: das organizações das freguesias de **Lorvão e Figueira do Lorvão**/Penacova — 10.00; dos sectores **Têxtil e Alimentar, Construção Civil, RN, CP, Serviço Munic. e CM/Coimbra** — CT Coimbra, 15.00; da organização concelhia de **Arganil** — CT, 10.00.

• ÉVORA

Assembleia da organização do concelho de **Mourão** — 10.00; das organizações de S. Bento do Ameixial e S. Lourenço.

• FARO

Assembleia para eleição de delegados das organizações de **Santa Barbara de Nexe, Bordeira, Estói** — Soc. Recreativa de Bordeira, 16.00; reunião plenária de **pescadores, mariscadores, conservas, Pescrul**/Olhão — CT Olhão, 15.00; assemb. plenária de **S. Bartolomeu de Messines** — CT, 15.00; das freguesias de **Salir** e **Ameixial**/Loulé.

• FUNCHAL

Plenário da organização de **Santa Cruz** — 15.30; das organizações da **Ribeira Brava e Ponta do Sol** — CT de Ponta do Sol, 10.00.

• GUARDA

Assembleia das organizações concelhias de **Vila Nova de Foz Coa** e **Meda.**

• LISBOA

Assembleia plenária da freguesia de **S. Domingos de Rana** — CT de Tires, 15.00; da freguesia de **Carcavelos** — no GIMBRE, Rebelva, 10.00; de residentes em **Santa Iria de Azóia** — CT, 15.00.

• PORTALEGRE

Plenários das freguesias de **Alegrete e Urra**/Portalegre; de **Beirã**/Marvão.

• PORTO

Assembleia plenária da organização da zona ocidental do concelho de **Penafiel** — Paço de Sousa, 10.00; de **Baguim do Monte**/Gondomar — Junta de Freguesia de Baguim, 09.30.

• SANTARÉM

Assembleia plenária da organização das freguesias de **Valada e Vale da Pedra**/Cartaxo.

• SETÚBAL

Assembleia plenária da freguesia de **Sobreda**/Almada — CT Sobreda, 10.00; da freguesia de **S. Domingos**/Santiago do Cacém — salão da Junta de Freguesia, 15.00; da freguesia do **Castelo**/Sesimbra — Biblioteca do Zambujal, 15.00.

• VISEU

Reunião plenária da organização de **Nelas;** das organizações de **Mortágua e Santa**

Agenda / Avante!

Comba Dão — CT da Gândara/Mortágua, 16.00; de **S. João da Pesqueira**; do concelho de **Tarouca** — 10.00.

Segunda 14

• **BRAGA**
Debate aberto a todos os militantes de **Barcelos** — CT de Barcelos, 21.30.

• **COIMBRA**
Reunião plenária da organização da freguesia de **Varride**/Montemor-o-Velho — 21.00; do **sector metalúrgico do concelho da Figueira da Foz** — CT, 18.00.
Plenário do sector **Saúde** para eleção de delegados — CT Coimbra, 21.30.

• **FARO**
Assembleia plenária da organização da freguesia de **Giões**/Alcoutim.

• **LISBOA**
Reunião das células de **Músicos, Cinema, Editores, CIC** do sector Artes e Letras de Lisboa — CT Vitória, com a participação de **José Casanova;** da célula **Trefilaria**/Loures — CT Sacavém, 18.30; das organizações de **Marvila e V. Fundão** — CT Marvila, 16.00; de **Santa Isabel, S. Sebastião, S. Mamede**/Lisboa — CT Vitória, 21.30.

• **PORTALEGRE**
Reunião plenária da organização de **Fronteira** — Casa do Povo, 21.00.

Terça 15

• **ÉVORA**
Reunião plenária da organização de **S. Gregório**/Arraiolos — Juanta de Freguesia, 20.00

• **LISBOA**
Assembleia plenária das células da **Cometna, Codan, J.F. Odivelas, Telemundo e Vecofabril**/Loures — CT Odivelas, 19.00; da célula da **FIMA;** do sector **Escritórios** da OLL — CT Duque de Loulé, 19.30; sector **Seguros**/Lisboa — CT Vitória, 18.00; de militantes de **S. Marcos**/Sintra; **de Pereiro**/Alenquer — 20.00; de **reformados de Alverca** — CT Alverca, 15.30; da célula do MIE (Função Públ.).

• **SANTARÉM**
Reunião plenária da organização de **Tomar.**

• **SETÚBAL**
Reunião plenária do sector **Seguros do Barreiro** — CT concelhio: do sector **Serviços de Setúbal** — CT concelhio, 15.00.

Quarta 16

• **COIMBRA**
Reunião plenária da organização de freguesia de **Murtede**/Cantanhede — 21.00.
Assembleia plenária para eleição de delegados do **sector sindical** do concelho de **Coimbra** — CT Coimbra, 18.30.

• **LISBOA**
Assembleia plenária da célula da **TAP** — CT António Serpa, 18.30; do **Min. da Educação** (F. Pública) — CT Vitória, 18.00; de **células de empresa de Torres Vedras** — 18.15; do sector**Saúde**/Lisboa — CT Vitória, 21.00; do sector **Segurança Social** (F. Pública) — CT Vitória, 18.30; da célula da **CP** — CT Vitória, 18.30; das **células de empresa** da 5.ª Zona da OLL — CT Sete Rios, 18.30; de funcionários de **sindicatos** (Sector Sindical) — CT Alfama, 18.30, com a participação de **José Casanova;** de **células de empresa de Alenquer** — CT Alenquer, 17.30; de células dos **hospitais** Egas Moniz, IPO, Pulido Valente, MAC, INSA (Sector Saúde) — CT Vitória, 18.00; da célula do **Instituto Seguros de Portugal** — CT António Serpa, 17.30; das células **J.B. Cardoso e EPI**/OLL — CTT Alcântara, 18.30.

• **SANTARÉM**
Assembleia plenária da organização de **Entroncamento.**

• **SETÚBAL**
Plenário da organização da freguesia do **Pragal**/Almada — CT Pragal, 21.30; da célula da **Fisipe** — CT concelhio do Barreiro, 18.30;

Quinta 17

• **FARO**
Assembleia plenária da organização de Castro Marim

• **LISBOA**
Assembleia plenária da célula da **RTP — CT Vitória, 21.30; da organização da Zona Industrial de Paço d'Arcos** — CT Porto Salvo, 18.30; do sector **Comércio** da OLL — CT Duque Loulé, 20.00; da célula da **Petrogal;** da célula de **dir. sindicais** do Sector Sindical — CT Alfama, 20.00, com a participação de **José Casanova;** da célula dos **TLP** — CT Vitória, 18.30; das empresas da indústria química e farmacêutica da **Venda Nova** — Soc. Filarmónica da Amadora, 18.00; da célula da **Sorefame** — 18.00; da organização do Partido no **Min. do Emprego** (Sector Função Pública) — CT Vitória, 18.30; das células de empresa da **General Motors, Selta, S.I. Farmacêutica, Pasteur, Mexacta** (OLL) — CT Marvila, 18.30; da célula da **Câmara Municipal de Lisboa** (OLL) — CT Duque de Loulé, 18.30; da célula da **Argibay** — CT Alverca, 21.00; das células de empresa de **Alhandra** — CT Alhandra, 18.00; dos **Reformados de Alhandra** — CT Alhandra, 15.30; da célula da **CM de Loures** — refeitório da Câmara, 18.00; da célula dos trabalhadores do **Hospital Júlio de Matos** — CT Vitória, 18.30; da organização de **Vila Franca de Xira** — CT, 21.30; da célula da **Gulbenkian** (OLL) — CT António Serpa, 18.00; das células da **Carlar, Sidul, Regina, Aliança** (OLL) — CT Alcântara, 18.30; da **Cordoaria, OGME e FIL** (OLL) — CT Ajuda, 18.30; da **Lisnave** — ENI (OLL) — CT Alcântara, 18.30.

Sexta 18

• **BRAGANÇA**
Assembleia plenária das organizações concelhias de **Miranda do Douro** e **Vimioso** — 20.30.

• **ÉVORA**
Reuniões plenárias das organizações de **S. Romão** (na Junta de Freguesia), **Bencatel** (no CT) e **Vila Viçosa** (no CT) — todas às 20.30; de **Redondo** e de **Montoito**, nas respectivas Casas do Povo — ambas às 19.00; de **Alcáçovas**/Viana do Alentejo — Junta de Freguesia, 19.30; das freguesias de **S. Pedro, Sabugueiro e Arraiolos**, do concelho de Arraiolos — às 20.00; de **Monte Trigo**/Portel — Junta de Freguesia, 20.30.

• **FARO**
Assembleia plenária da organização de **Silves** — CT, 21.00; da freguesia de **Portimão** — CT, 21.00.

• **LISBOA**
Assembleia plenária das freguesias de S. Pedro e **Santa Maria**/Torres Vedras — Soc. Recr. Operária de T. Vedras, 21.00; da freguesia de **Odivelas** — Soc. Musical Odivelense, 21.30; de **Caneças** — Olho do Cuco; da **Bobadela**; de **Loures** — CT Loures, 21.00; da freguesia de **Fátima** — CT Soeiro Pereira Gomes, 21.30; da freguesia da **Penha de França** — Junta de Freguesia da Penha de França, 21.00; da freguesia de **Benfica** — CT Benfica, 21.00; do **Bairro do Relógio, Flamenga, Zona N.º 1 e Zona N.º 2** da OLL — Centro Social do Bairro do Relógio, 21.00; da célula da **Socarmar** — CT do Barreiro, 15.00; da organização de **Póvoa de Santa Iria** — CT, 21.00; de **Vialonga** — CT, 21.00; da célula da **Sonadel** — CT Alhandra; da cé-

➔

LISBOA

Sessão-Debate

Revisão em Questão — Processo em Aberto

Com a participação de Carlos Brito e Luís Sá do PCP e tendo como convidados Raúl Castro da ID e Herculano Pombo de «Os Verdes».

Dia 16 de Novembro, 21 horas, Hotel Embaixador

XII congresso PCP

CDU

Vereadores da CDU na Covilhã em contacto com as populações

Os vereadores da CDU do concelho da Covilhã, juntamente com elementos da Junta de Freguesia de Tortosendo, vão participar no **domingo** em plenários com a população dos bairros desta freguesia; **Bairro do Casal – 10 horas; Bairro dos Pinhos Mansos – 12 horas; Bairro do Cabeço – 15.30 horas.**

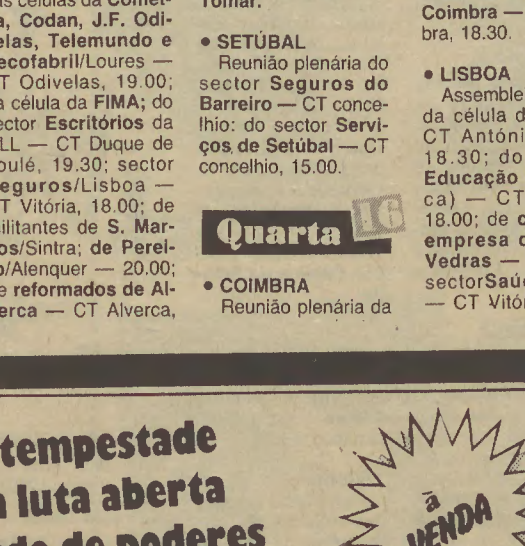
Antes da tempestade
A hora da luta aberta
A dualidade de poderes
Rumo à revolução socialista
Todo o poder aos Sovietes
Sim, esse partido existe!
O fim da dualidade de poderes
A insurreição armada na ordem do dia
A crise amadureceu
A revolução socialista triunfou
A revolução em marcha
Paz às cabanas, guerra aos palácios!

à VENDA

Albert Nenarókov

História ilustrada da Grande Revolução Socialista de Outubro

1917 na Rússia mês a mês



edições Avante!

EDITORIAL «AVANTE!»
EDIÇÕES PROGRESSO

Agenda / Avante!

XII congresso PCP

Encontro da CDU de Lisboa e Setúbal com os jornalistas, na Casa da Imprensa, terça-feira 15 de Novembro, pelas 12.00, sobre a Área Metropolitana de Lisboa.

Presidentes de Câmaras e outros eleitos pela CDU nos Municípios da Área Metropolitana de Lisboa, deputados eleitos por Lisboa e Setúbal do Grupo Parlamentar do PCP, de «**Os Verdes**» e da **ID, membros da DORL e DORS do PCP** e técnicos ligados ao estudo das questões da Área Metropolitana de **Lisboa** vão participar terça-feira, dia 15 de Novembro, pelas 12 horas, num **1.º Encontro da CDU de Lisboa e Setúbal** com a **Imprensa sobre a Área Metropolitana de Lisboa.**

Os objectivos fundamentais do Encontro com a Comunicação Social são, por um lado, a apreciação da incidência do Orçamento/Estado de 1989 na **Área Metropolitana de Lisboa,** e, por outro, a divulgação das **propostas da CDU que se consideram indispensáveis introduzir no Orçamento do Estado para a resolução dos probemas da Área.**

Após o **Encontro com os OCS,** a realizar-se pelo meio-dia, seguir-se-á um almoço-volante servido no local.

Os **OCS** que pretendem estar presentes ao almoço devem comunicar, pelos telefones **52 00 76/53 21 61,** a sua presença no local, até 2.ª feira dia 14 de Novembro, até às 11 horas, para o Gabinete de Imprensa da DORL do PCP, ou pelo telex **65547** ou pelo Fax **52 00 76.**

lula da **CM da Amadora**; da freguesia da **Venteira** – CT Amadora, 21.00; do sector **Bancários de Lisboa** – CT Vitória, 17.30; de **Zona J e Bairro Salgadas** da OLL – Comissão de Moradores da Zona 1 de Chelas, 21.00; do **Bairro Chinês, Zona J Velha, Vale Formoso de Baixo e de Cima** e dos **eleitos** comunistas na autarquia de Marvila – CT Marvila, 21.00; da célula da **UTIC** e pequenas **empresas dos Olivais** – CT Moscavide, 18.30; de **Alverca** – 21.00; da organização local de **Vale Figueira**/Loures – CT Vale Figueira, 21.00; das freguesias de **Socorro, Castelo, Santiago, S. Cristóvão, Madalena**/Lisboa – CT Graça, 21.00; da freguesia de **Colares** – CT Mucifal, 21.30; da freguesia do **Cacém** – Junta de Freguesia de Agualva-Cacém, 21.00; de células de empresa da **3.ª Zona** da OLL – CT Vitória, 18.00; da célula da **Standard Eléctrica** – CT Cascais, 15.30, com a participação de **Abílio Martins**; do comité local da **Cruz Quebrada** – CT Algés, 21.30.

• **PORTALEGRE**
Assembleia para eleição de delegados em **Cano, Casa Branca, Santo Amaro e Sousel**/Sousel – às 21.00 nos Centros de Trabalho locais.

• **PORTO**
Assembleia plenária da organização de **Quadros Técnicos** – CT da Boavista, 21.30.

• **SANTARÉM**
Plenário da **célula da Câmara** Municipal de Coruche – 18.00; da organização de **Volta do Vale**/Coruche – Centro Social, 20.30; de **Póvoa de Santarém**/Santarém; de Carregueiros-/Tomar.

• **SETÚBAL**
Plenário da organização da freguesia de **S. Martinho**/Alcácer – CT de Casebres, 20.30; da organização dos **agricultores e freguesia de Alcochete** – CT Alcochete, 21.00; da célula da **RN/Almada** – CT concelhio, 21.30; dos sectores **Têxtil, TLP, CTT, Função Pública, Bancários e célula Pão de Açúcar**/Almada – CT concelhio, 21.30; da organização local de **Pia Raposo** – 21.00; dos sectores **textil, conserveiro, trabalhadores sindicais, construção civil, EDP de Setúbal** – CT concelhio, 21.00.

• **VILA REAL**
Assembleia plenária do concelho de **Vila Pouca de Aguiar** – salão dos Bombeiros Voluntários, 21.00.

Sábado 15

• **BRAGA**
Assembleia plenária da organização concelhia de **Esposende** – Escola Primária, 15.00; da organização concelhia de **Barcelos** – CT, 21.30.

• **BRAGANÇA**
Assembleia plenária das organizações concelhias de **Freixo de Espada à Cinta e Mogadouro** – Escola C+S de Freixo de Espada à Cinta, 21.00.

• **FARO**
Assembleia plenária de **Monchique** para discussão de teses e eleição de delegados – CT, 15.00; da freguesia de **Quarteira**-/Loulé – CT, 21.00; da freguesia de **Mexilhoeira Grande** – Casa do Povo, 21.00.

• **CASTELO BRANCO**
Assembleia plenária da organização do concelho de **Penamacor** – Casa do Povo, 20.00.

• **GUARDA**
Assembleia plenária do concelho de **Pinhel** – Casa do Povo, 20.30; do concelho de **Gouveia** – Centro de Trabalho.

• **LISBOA**
Assembleia plenária do sector **Artes e Letras**/OLL – CT Vitória; do concelho de Azambuja (Baixo) – CT Azambuja, 21.00, com a participação de **Hipólito dos Santos**; da organização local do **Prior Velho** – JF do Prior Velho; da organização da **Pontinha** – Centro de Dia da 3.ª Idade da Pontinha – 15.00; de **Serra da Luz e Santa Maria**-/Pontinha – CT da Serra da Luz, 21.30; do sector **Hotelaria** da OLL – CT Duque de Loulé, 15.00; das freguesias de **Campo Grande, Alvalade e S. João de Brito** (OLL) – CT António Serpa, 16.00; da freguesia de **Carnide** – JF de Carnide, 21.00; da organização do **Sobralinho** – CT, 16.00; da célula da **Solvay** – CT Rio de Mouro, 16.00; das freguesias de **Santa Maria e S. Martinho** e célula da **CM/Sintra** – CT Sintra, 16.00; da freguesia do **Beato** – CT Beato, 15.00; da freguesia da **Falagueira**-Venda Nova – Soc. Filarmónica da Amadora, 15.30; da célula da **Cometna** – 18.30; da freguesia da **Brandoa** – Pavilhão dos Reformados da Brandoa, 21.30; do **Catujal**/Loures – sala da Junta de Freguesia do Catujal, 15.00; da freguesia de **Sacavém** – CT Sacavém, 15.00, com a participação de **José Casanova**; da organização de **Sapataria**/Sobral; das freguesias de **Cadaval** – CT, 21.00; dos **Prazeres**/Lisboa – CT Prazeres, 15.30; da célula dos **CTT** – CT Alfama, 15.30; da freguesia de **Belas** – CT Belas, 16.00; da freguesia de **Pero Pinheiro** – CT Fação, 16.00; da freguesia de **Algueirão-Mem Martins** – 15.30; da célula do **Ministério da Educação** (F. Pública) – CT Vitória, 15.00; da freguesia de **Queluz** – CT Queluz, 16.00; da célula da **Transtejo** – CT Almada, 15.00; da freguesia de **Alcântara** – CT Alcântara, 15.00.

Encontro de militantes de org. do Partido em empresas da **Zona Oriental de Lisboa** – CT Vitória, 15.00.

• **PORTO**
Assembleia plenária da organização de **Águas Santas**/Maia – CT da Areosa, 21.30; das organizações de **Gueifães, Milheirós, Nogueira** – Esc. Prim. de Gueifães, 21.30; da cidade da **Maia** e de **Moreira, Vila Nova da Telha e interior do concelho** da Maia – Centro de Trabalho da Maia, 15.00; do concelho de **Felgueiras** – CT de Felgueiras, 15.00.

• **SANTARÉM**
Assembleia plenária da organização de **Santa Justa**/Couço – Centro Social, 20.30; das organizações de **Coruche, Santana, Branca, Erra, Lamarosa, Fajarda e Biscaínho** – Centro de Cultura de Coruches, 15.00.

• **SETÚBAL**
Assembleia plenária das comissões locais da vila de **Alcácer do Sal** – Solar das Salemas, 15.00; das células de empresa de **Alcochete** – 21.00; das freguesias do **Samouco** e **S. Francisco**/Alcochete – Junta de Freguesia do Samouco, 21.00; da freguesia da freguesia da **Cova da Piedade** – CT concelhio de Almada, 14.30; da **Costa da Caparica** – CT, 16.00; de **Monte de Caparica** – CT, 16.00; da freguesia de Almada – CT de Almada, 15.00; da organização da **Função Pública do Barreiro** – CT concelhio, 16.00; dos militantes do sector **Serviços**/Barreiro – CT concelhio; da freguesia de **Santo António**-/Barreiro – CT St.º António; da freguesia de **Santo André**/Barreiro – CT St.º André; da célula da **Quimigal** – CT concelhio do Barreiro; da célula dos trabalhadores da **autarquia do Barreiro** – CT concelhio; da freguesia do **Alto do Seixalinho** – CT concelhio do Barreiro, 15.00; da freguesia de **Alto-Estanqueiro**/Montijo – 16.00; da freguesia de **Jardia** – 16.00; da freguesia de **Pinhal Novo** – CT Pinhal Novo; de **Bairro Alentejano**/Palmela; de **Brejos do Asso**/Palmela; de **Águas de Moura**/Palmela – Salão Joaquim Lopes, 21.00; das freguesias de **Pontes e Alto da Guerra** – Cooperativa das Pontes, 15.00; da **freguesia e empresas de Azeitão** – CT Brejos de Azeitão, 15.00; do sector **Função Pública de Setúbal** – CT concelhio, 15.00.

• **VILA REAL**
Assembleia plenária do concelho de **Montalegre** – Escola Preparatório, 21.00.

• **VISEU**
Assembleia plenária das organizações dos concelhos de **Vouzela** e **Oliveira de Frades.**

Domingo 20

• **BRAGANÇA**
Assembleia plenária da organização do concelho de **Torre de Moncorvo** – Escola Secundária de Moncorvo, 21.00.

• **GUARDA**
Assembleia plenária da organização do concelho da **Guarda** – CT, 14.30; do concelho de **Figueira de Castelo Rodrigo** – Casa do Povo, 15.00.

• **LISBOA**
Assembleia plenária da organização da freguesia de **Ajuda** – CT Ajuda, 15.00; da org. de **Bom Sucesso**/V. F. Xira – CT Bom Sucesso, 21.00; da freguesia da **Charneca** – CT Galinheiras, 15.30; das organizações locais de **S. Pedro da Cadeira, Mucifal, Ponte de Rol, S. Mamede e Ventosa** – CT Torres Vedras, 16.00.

• **SETÚBAL**
Plenário da organização local do **Charqueiro**/Montijo – 16.00.

• **VILA REAL**
Assembleia plenária da organização do concelho de **Alijó** – Esc. Preparatória de Alijó, 15.00; do concelho de **Boticas** – Escola Primária de Vila Grande/Dornelas, 14.30; do concelho de **Vila Real** – Escola Preparatória Diogo Cão, 15.00.

Segunda 21

• **LISBOA**
Reunião plenária do núcleo da **FNAC** – FNAC, 18.30; da célula da **Trefilaria**/Loures – CT Sacavém, 18.30; dos **Hospitais Civis de Lisboa** – CT Vitória, 21.00; dos **Professores de Lisboa (CPES/ES)** – CT Vitória, 21.00; das células da **A. Pessoa, Arlíquido, F. Santana, CRB, Doca Pesca, Termar, Redes Pesca, C. Mecânicas**/OLL – CT Alcântara, 18.30.

• **SETÚBAL**
Assembleia Plenária da célula do **Arsenal**/Almada – CT concelhio, 18.00.

Terça 22

• **LISBOA**
Reunião das células da **EPAL** em V. F. Xira e Alenquer – CT Vila Franca de Xira, 10.00; da célula da **Tudor** – CT Castanheira, 18.00; dos **Professores do Ens. Superior** – CT Vitória, 21.00.

Quarta 23

Reunião plenária da célula do **Teatro** do sector Artes e Letras da OLL – CT Vitória; da célula da **RDP/Informação**; dos **Sind. Médicos** – CT Vitória, 18.30; do sector **Saúde** da OLL – CT Vitória, 21.00; da célula da **ANA**-EP/Transportes – CT António Serpa, 18.00; dos **TLP** – CT Vitória, 18.30; dos **Professores do Ens. Prim. e Especial**/OLL – CT Vitória, 18.30.

O fim-de-semana que aí vem promete água-pé e castanha. Mas, na Organização Regional de **Setúbal** (ORS) do PCP, será também um S. Martinho para ajudar a campanha de fundos para o novo Centro de Trabalho da DORS — «60 mil contos para a luta dos trabalhadores». Um pouco por todo o distrito haverá festas e convívios que prometem bons momentos de amizade. E já que se fala da campanha refira-se que vai ser enviada aos militantes comunistas do distrito uma carta especial, onde se pode ler a dado passo:

«O edifício começa a sair da terra, as paredes começam a rasgar o espaço, o edifício que necessitamos começa a ter o corpo que também representará aquilo que somos.

É certo que já poderás ter participado nesta campanha numa das muitas iniciativas que se têm realizado no distrito; mas tu sabes, tão bem quanto nós, que os comunistas nunca viram as costas quando se trata de tornar possível o sonho. Vão para a luta, para o trabalho, sempre embebidos na alegria, na fraternidade e na combatividade. Não somos gente que desista a meio do caminho. Nunca... e isso tu sabes bem que é assim.

Camarada,

Ainda há pouco tivemos a nossa grandiosa Festa do «Avante!», dentro dalgum tempo teremos a realização do XII Congresso, onde abriremos o caminho para uma democracia avançada para Portugal.

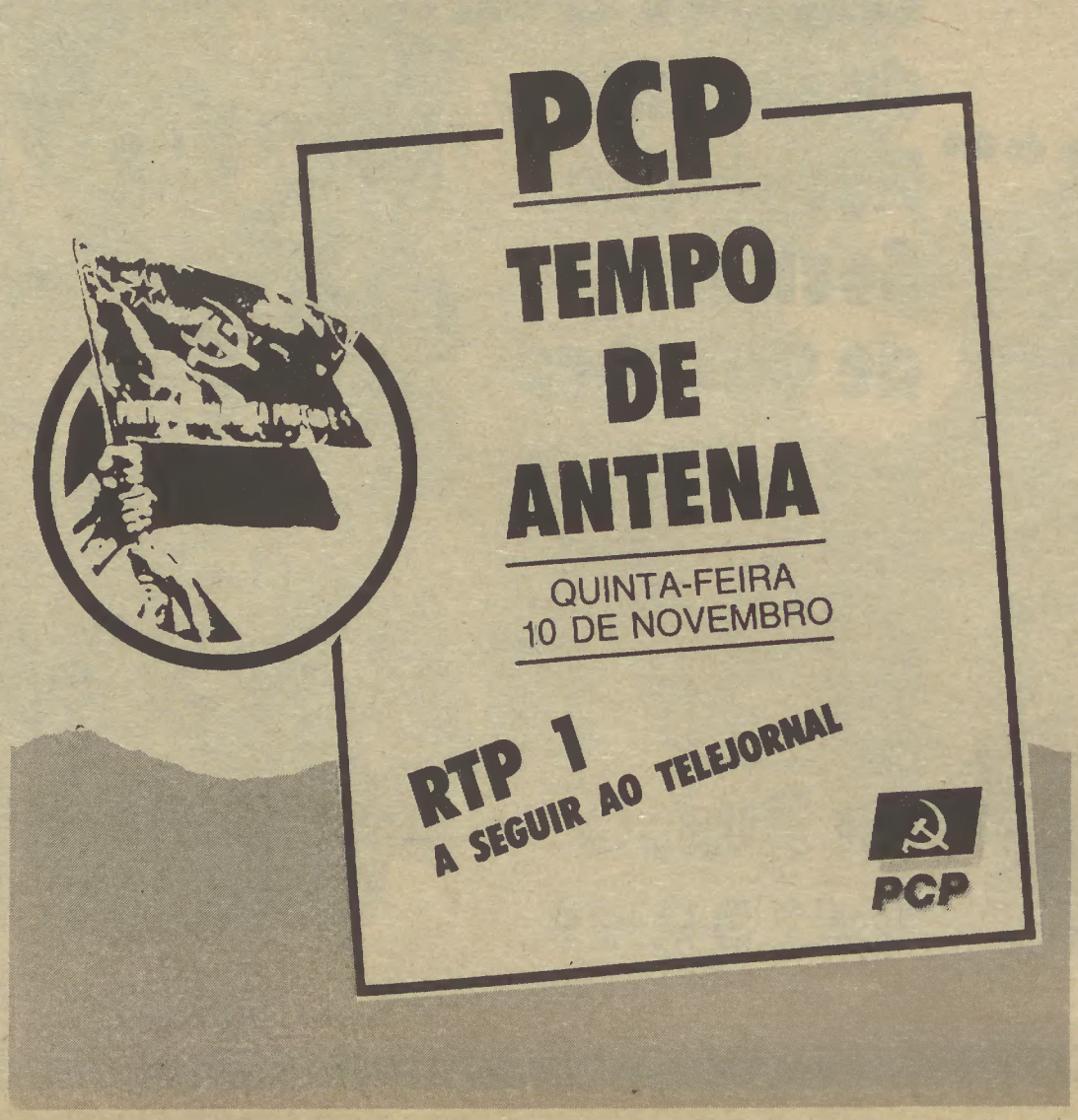
Compreendes que as nossas tarefas são sempre imensas e que por vezes nos desdobramos tornando o impossível em possível certos que a felicidade pode ser construída, que o dia-a-dia de cada um e de todo o povo pode ser diferente.

Camarada,

Pertences à Organização que precisa deste CT e que o mesmo deverá corresponder à sua força e à sua grandiosidade.

Poderias ter achado estranho receberes esta carta, mas chegado aqui decerto que as dúvidas se dissiparam, que o ânimo em fazer ainda mais aumentou, que estás convicto que o teu contributo na campanha é importante, que assim a força do Partido será maior e que consequentemente as batalhas seguintes serão menos difíceis de vencer.

Para que contribuas em novas vitórias, participa com mil escudos também nesta campanha!»



TV O Programa

Quinta 10

RTP1

10.00 – **Às Dez**
12.20 – **Telenovela:** «Selva de Pedra» (149.º epis.)
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **Série:** «Ilha da Fantasia»
14.15 – **O Regresso de Antílope**
15.00 – **Musical:** Cindy Lauper
16.00 – **A Última Fronteira**
16.30 – **Ponto Por Ponto**
17.30 – **Brinca Brincando**
18.15 – **Tempos Modernos**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.20 – **Telenovela:** «Passerelle»
21.15 – **Série:** «Os Amores de Napoleão e Josefina»
22.20 – **Witney Houston 3.10**
24 Horas – **23.40**
Remate.

RTP2

15.00 – **Série:** «Filhos e Filhas»
15.25 – **Série:** «Joana»
16.00 – **Série:** «Quem Sai aos Seus» (20.º epis.)
16.55 – **Telenovela:** «Helena» (92.º epis.)
17.35 – **Trinta Minutos Com...**
18.00 – **Série:** «A Malta da Bronx» (3.º epis.)
19.00 – **Music Box**
19.55 – **O Fugitivo**
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Série:** «Maude»
21.55 – **Hora da Verdade**
22.50 – **Hitchcock Apresenta.**

Sexta 11

RTP1

10.00 – **Às Dez**
12.20 – **Telenovela:** «Selva de Pedra»
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **Série:** «A Herança dos Guldenburgs» (11.º epis.)
14.15 – **Fantasia e Realidade**
15.00 – **Musical:** Huey Lewis
16.00 – **A Última Fronteira**
16.30 – **Ponto Por Ponto**
17.30 – **Brinca Brincando**
18.15 – **Tempos Modernos**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.20 – **Telenovela:** «Passerelle»
21.05 – **Telemundo**
21.35 – **Teatro Português:** «Três em Lua-de-Mel»
23.15 – **24 Horas**
23.50 – **Remate**
01.10 – **Pela Noite Dentro:** «A Casa». Real. de Egill Edvardsson (Islândia/1986, 101 m). *Inédito em Portugal.*

RTP2

15.00 – **Série:** «Filhos e Filhas»
15.25 – **Agora Escolha!**
16.55 – **Telenovela:** «Helena»
17.30 – **Giramundo**
18.00 – **Série:** «Equinócio»
19.00 – **Music Box**
19.55 – **O Fugitivo**
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Série:** «O Sétimo Direito»
22.00 – **Africaníssimo**
23.00 – **Série:** «Berlim, Praça Alexandre» (4.º epis.)
23.55 – **Rotações.**

Sábado 12

RTP1

09.00 – **Juventude e Família**
12.00 – **Rossini em Versalhes**
13.00 – **Notícias**
13.10 – **Recordes Guiness**
13.35 – **Parlamento**
14.05 – **Sessão da Tarde:** «Indiscreto». Int. Robert Wagner (EUA/1988)
15.50 – **Vivámúsica**
16.35 – **Série:** «Miss Marple»
17.35 – **O Romance da Raposa** (3.º epis.)
17.50 – **O Nosso Século**
19.10 – **Sete Folhas**
19.45 – **Totoloto**
20.00 – **Jornal de Sábado**
21.15 – **Boletim Meteorológico**
2135 – **Série:** «A Magia de David Copperfield»
22.30 – **Série:** «O Medo» (1.º epis.)
23.45 – **Cinema da Meia-Noite:** «O Regresso dos Heróis». Real. de Hal Hashby (EUA/1972, 128 m).

RTP2

09.00 – **Compacto «Totally Live»**
12.00 – **Série:** «A Nossa Turma»
13.05 – **Compacto «Selva de Pedra»**
16.00 – **Estádio**
20.00 – **Music Box**
20.50 – **Elogio da Leitura**
21.15 – **Série:** «Hill Street Blues» (11.º epis.)
22.10 – **Concordo ou Talvez Não.**

Domingo 13

RTP1

09.00 – **Juventude e Família**
11.15 – **Missa**
12.05 – **70×7**
12.30 – **TV Rural**
13.00 – **Notícias**
13.10 – **Série:** «Quanta Água Correu Debaixo da Ponte» (5.º epis.)
14.00 – **Série:** «O Primeiro Paraíso» (últ. epis.)
14.55 – **Primeira Matinée:** «Pal Joey». Real. de George Sidney (EUA/1957 109 m)
16.45 – **Clube Amigos Disney**
19.00 – **Série:** «O Justiceiro»
20.00 – **Jornal de Domingo**
20.30 – **Boletim Meteorológico**
20.45 – **Série:** «Mala de Cartão»
21.55 – **Série:** «Regresso a Casa»
3.00 – **Domingo Desportivo.**

RTP2

09.00 – **Music Box**
11.00 – **Troféu**
12.00 – **Caminhos**
12.30 – **Novos Horizontes**
13.30 – **Troféu**
17.10 – **Ideias & Negócios**
17.50 – **Série:** «A Bela e o Monstro» (13.º epis.)
18.40 – **Primeiro Andamento**
20.15 – **Série:** «Quem Sai aos Seus...»
20.30 – **Artes e Letras:** «Hans Hartung»
21.30 – **Cineclube**
23.25 – **Magazine Cinema**
23.50 – **Música n'América.**

Segunda 14

RTP1

10.00 – **Às Dez**
12.20 – **Telenovela** «Selva de Pedra»
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **Série** «O Império de Carson»
14.20 – **Série** «Um Amigo Especial»
15.00 – **Musical** — Al Jarreau
16.00 – **A Última Fronteira**
16.30 – **Ponto Por Ponto**
17.30 – **Brinca Brincando**
18.15 – **Tempos Modernos**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.15 – **Telenovela** «Passerelle»
21.05 – **Série** «Modelo e Detective»
22.05 – **Primeira Página**
23.10 – **Série** «Tribunal de Polícia»
23.40 – **24 Horas**
00.10 – **Remate.**

RTP2

15.00 – **Série** «Filhos e Filhas»
15.25 – **Agora, Escolha!**
16.55 – **Telenovela** «Helena»
17.35 – **Trinta Minutos Com...**
18.00 – **Histórias Maravilhosas**
19.00 – **Music Box**
19.55 – **Série** «O Fugitivo»
21.00 – **Jornal da Nove**
21.35 – **Série** «Maude»
22.00 – **Conta-Corrente** (Magazine de Economia)
22.30 – **Ópera** «La Gazza Ladra», de Rossini.

Terça 15

RTP1

10.00 – **Às Dez**
12.20 – **Telenovela** «Selva de Pedra»
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **Série** «Dallas»
14.10 – **Os Super Gatos**
15.00 – **Concerto** «The Aids-Day Benefit»
16.00 – **Série** «Última Fronteira»
16.30 – **Ponto Por Ponto**
17.30 – **Brinca Brincando**
18.15 – **Tempos Modernos**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.20 – **Telenovela** «Passerelle»
21.05 – **Série** «Modelo e Detective»
22.05 – **Primeira Página**
23.10 – **Série** «Tribunal de Polícia»
23.40 – **24 Horas**
00.10 – **Remate.**

RTP2

15.00 – **Série** «Filhos e Filhas»
15.25 – **Primeiro Andamento**
17.00 – **Telenovela** «Helena»
17.35 – **Trinta Minutos Com...**
18.00 – **Music Box Especial** («Via rápida»)
19.55 – **O Fugitivo**
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Série** «Maude»
21.55 – **Cinemadois** «Asfalto Quente», Real. Steven Spilberg (EUA/1974).

Quarta 16

RTP1

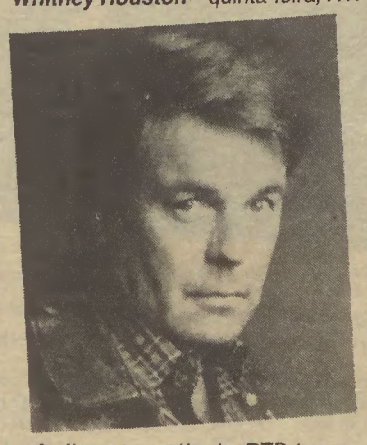
10.00 – **Às Dez**
12.20 – **Telenovela** «Selva de Pedra»
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **Série** «Fama»
14.15 – **Série** «A Viagem do Mimi»
15.00 – **Musical**
16.00 – **Missões de Paz**
16.30 – **Ponto Por Ponto**
17.30 – **Brinca Brincando**
18.15 – **Tempos Modernos**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.15 – **Vamos Jogar no Totobola**
20.30 – **Telenovela** «Passerelle»
21.15 – **Lotação Esgotada:** «Glória», Real. John Cassavettes. Interp. Geua Rowlands (EUA, 1980)
23.45 – **24 Horas**
00.15 – **Remate.**

RTP2

15.00 – **Série** «Filhos e Filhas»
16.25 – **Agora, Escolha!**
16.55 – **Telenovela** «Helena»
17.30 – **Trinta Minutos Com...**
18.00 – **Série** «A Rota da Seda»
19.00 – **Music Box**
19.55 – **O Fugitivo**
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Maude**
22.00 – **Série** «O Primo Basílio» (3.º Epis.)
22.50 – **Magazine de Teatro.**

Whitney Houston *– quinta-feira, RTP 1*

Gena Rowlands é ***«Glória»*** *— um filme de Cassavettes a exibir 4.ª feira à noite na RTP-1*



Indiscreto *– sábado, RTP 1*

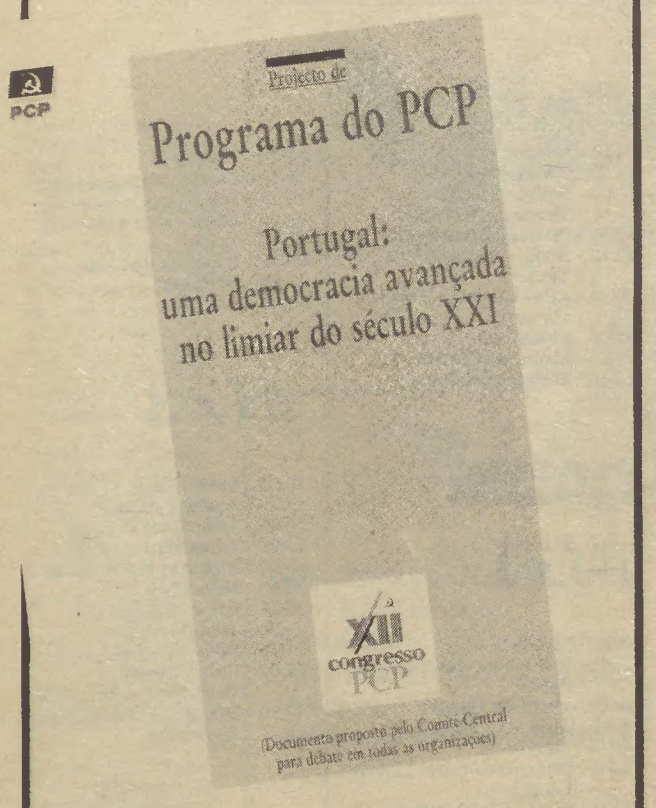
«Berlim, Praça Alexandre» *– sexta-feira, RTP 2*

Pal Joey – domingo, RTP 1

O Regresso dos Heróis *– sábado, RTP 1*

«A Malta de Bronx» *– quinta-feira, RTP 2*

Miss Marple *– sábado, RTP 1*

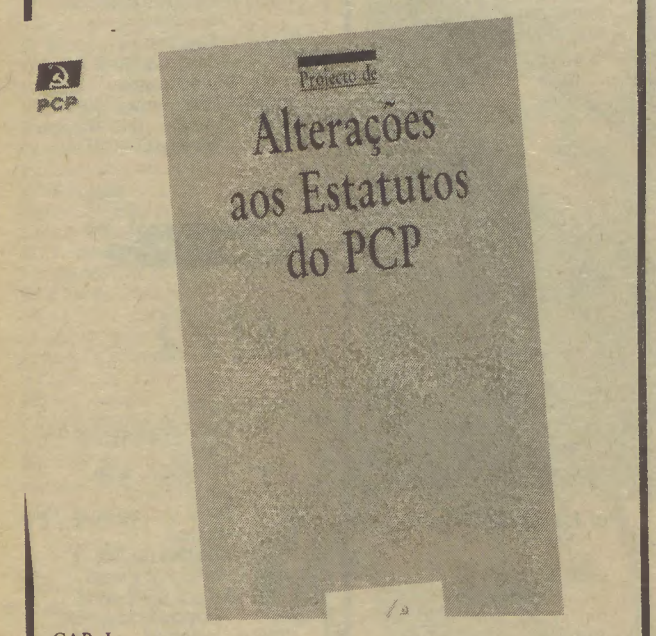


I. A REVOLUÇÃO DE ABRIL REALIZAÇÃO HISTÓRICA DO POVO PORTUGUÊS .....
Introdução .....
1. A ditadura fascista .....
2. O Programa do PCP para a revolução democrática e nacional .....
3. A revolução de Abril .....
4. Factores negativos no processo revolucionário .....
5. O processo contra-revolucionário .....
6. A integração na CEE — condicionalismos externos da democracia portuguesa. ...
7. As conquistas de Abril no futuro democrático de Portugal .....

II. PORTUGAL: UMA DEMOCRACIA AVANÇADA NO LIMIAR DO SÉCULO XXI .....
Introdução .....
1. Um regime de liberdade .....
2. Um Estado democrático, representativo, baseado na participação popular e eficiente .....
3. O desenvolvimento económico assente numa economia mista .....
4. Uma política social que garanta o melhoramento das condições de vida .....
5. Uma política de cultura .....
6. Uma pátria independente e soberana com uma política de paz, amizade e cooperação .....

III. O SOCIALISMO — FUTURO DE PORTUGAL .....
Introdução .....
1. O mundo caminha para o socialismo .....
2. O socialismo — futuro de Portugal .....

IV. O PARTIDO .....



CAP. I
O Partido .....
CAP. II
Os membros do Partido
Seus deveres e direitos .....
CAP. III
O centralismo democrático .....
CAP. IV
Os órgãos superiores do Partido .....
CAP. V
Estrutura orgânica do Partido .....
CAP. VI
Organizações de base do Partido .....
CAP. VII
Trabalho dos membros do Partido nas organizações de massas ....
CAP. VIII
Os eleitos do Partido .....
CAP. IX
O Partido e a Juventude .....
CAP. X
A disciplina do Partido .....
CAP. XI
Os fundos do Partido .....
CAP. XII
Símbolos do Partido .....

Exposições...

• LISBOA

Alfredo Luz — Pintura. Ditec-Espaço Arte, Av. Igreja, 46-A. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 19.00, sáb. das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30.

Ana Marchand — Pintura. Gal. EMI-Valentim de Carvalho, R. Cruz dos Poiais, 111. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 19.00.

Ângelo de Sousa — Escultura. British Council, R. S. Marçal.

António Dacosta Pintura. Gal. 111, Campo Grande, 113-A. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. das 10.00 às 13.00 (até 10/11).

Boavida Amaro — Pintura e gravura. Gal. S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. das 10.00 às 13.00 (até 15/11).

Cartazes de Propaganda do Estado Novo 1933-1949. Biblioteca Nacional (Campo Grande). De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 16.00 (até 12/11).

A Cartografia Portugusa e a Construção da Imagem do

Mundo. espaço CESL, R. Almirante Barroso, 3 (até 11/11).

Colectiva — Tapeçaria. Gal. Tapeçarias de Portalegre, R. Academia das Ciências, 2-J. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30.

Colectiva — Trabalhos de Victor Belém, Rogério Quaresma, Isabel Mendes Ferreira e Helena Sá. Gal. Interni, R. Rodrigo da Fonseca, 51.

Colectiva de Pintores Brasileiros — Centro de Estudos Brasileiros junto da embaixada do Brasil, Estrada das Larajeiras, 144. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 18.00 (até 17/11).

Colectiva de Pintura — Armando Alves, Darocha, Domingos Pinho, João Penalva, Júlio Resende, Maria José Aguiar, Mário Américo, Noronha da Costa, Pedro Tudela, Rogério Ribeiro, Zulmira de Carvalho. Gal. DN, R. António Maria Cardoso, 41. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 20.00, sáb. das 10.00 às 13.00.

«Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro» — Museu Nacional do Teatro. Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

Eirão Gomes e Aureliano Aguiar — Pintura e escultura. Galeria Restauração, Av. Guerra Junqueiro, 18-C. De 2.ª a sáb. das 9.00 às 13.00 (até 19/11).

Emília Mendes e Vítor sequeira — Pintura e escultura. Palácio dos Anjos. Algés. De 3.ª a dom. das 14.00 às 20.00 (até 11/11).

Escultura Portuguesa dos Sécs. XIII a XVIII. Museu de Arte Antiga, Janelas Verdes.

Esperanza Huertas (Espanha) — Pintura. Gal. das Exposições Temporárias da Fund. Gulbenkian, Av. Berna.

Fátima Cruz Neves — Pintura. Gal. Voz do Operário, R. Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00 e das 20.00 às 22.00, sáb. das 15.00 às 19.00, até 2/12 (a partir de amanhã).

Fernanda Amaro — Pintura. Gal. Europeia, R. Rodrigo da Fonseca (até 14/11).

Imagens do Tempo — Escultura. Museu Nacional de Arte Antiga, R. Janel elas verdes (até Março).

João Santiago — Pintura (retrospectiva). Gal. de Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian, Av. de Berna.

John Demos e Paul den Hollander — Fotografia. Centro de Arte Moderna. 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00, 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.00.

José António Flores — Desenho. SNBA — Gal. de Arte Moderna, R. Barata Salgueiro, 38. De 3.ª a dom. das 14.00 às 20.00 (até 20/11).

Júlio Pomar — Obras recentes. Alliance Française, R. Braamcamp, 13-1.º. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 12.00 e das 1430 às 19.20 (até 11/11).

Larry Clark e Gilbert Fastenekens — «Acontecimento I», fotografia. Sala de Exposições Temporárias da Gulbenkian, R. Dr. Nicolau Bettencourt. 3.as, 5.as, 6.as e dom. das 10.00 às 17.00, 4.as e sáb. das 14.00 às 19.30.

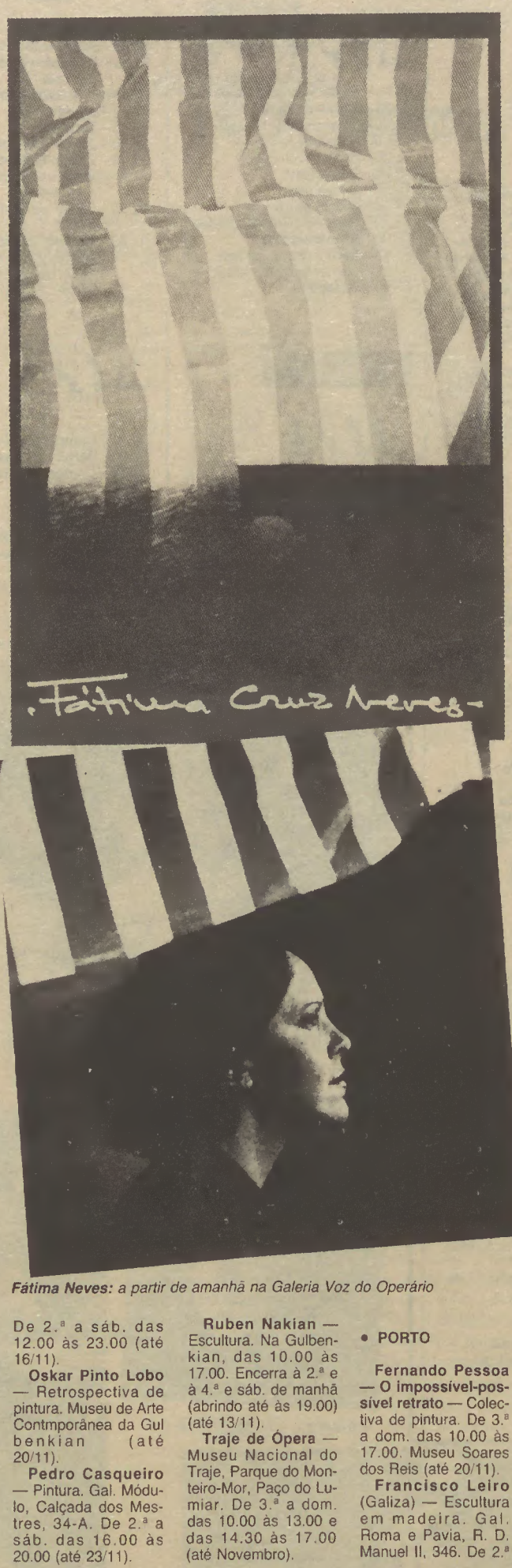
Lisa Santos Silva — Pintura. Gal. Quadrum, R. Alberto Oliveira (Coruchéus). De 3.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. das 15.00 às 19.00 (até 26/11).

Luísa Nogueira — Pintura. Gravura. Trav. do Sequeiro, 4. De 2.ª a 6.ª das 10.30 às 13.30 e das 15.00 às 19.00 (até 15/11).

Manuel Viana — Pintura. Livraria Barata, Av. de Roma, 11. De 2.ª a sáb. das 12.00 às 23.00 (até 16/11).

Oskar Pinto Lobo — Retrospectiva de pintura. Museu de Arte Contmporânea da Gulbenkian (até 20/11).

Pedro Casqueiro — Pintura. Gal. Módulo, Calçada dos Mestres, 34-A. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 23/11).



***Fátima Neves:** a partir de amanhã na Galeria Voz do Operário*

Ruben Nakian — Escultura. Na Gulbenkian, das 10.00 às 17.00. Encerra à 2.ª e à 4.ª e sáb. de manhã (abrindo até às 19.00) (até 13/11).

Traje de Ópera — Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro-Mor, Paço do Lumiar. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00 (até Novembro).

• PORTO

Fernando Pessoa — O impossível-possível retrato — Colectiva de pintura. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00. Museu Soares dos Reis (até 20/11).

Francisco Leiro (Galiza) — Escultura em madeira. Gal. Roma e Pavia, R. D. Manuel II, 346. De 2.ª a sáb. das 14.30 às 20.00 (até 26/11).

Jovem Escultura Portuguesa — Casa Serralves, R. Serralves. De 2.ª a sáb. das 14.00 às 20.00.

Luis Demée — Pintura. Gal. Nasoni, R. Gal. Paris, 68. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 12.30 e das 15.00 às 19.30, sáb. das 15.00 às 19.30 (até 30/11).

• OUTRAS LOCALIDADES

Cerâmica — Obras do Simpósio Internacional de Cerâmica/Alcobaça 87. Até 5/12. Museu de ALCOBAÇA.

João Cutileiro — Escultura. Centro Cultural S. Lourenço (até 21/11) ALMANSIL.

1.ª Bienal Municipal de Gravura (obras a concurso e artistas convidados). Gal. Municipal/Recreios Desportivos (até 30/11) AMADORA.

José Viana— Pintura. Nova Galeria de Arte, R. Alfredo Figueira, 1 (até 26/11) BARREIRO.

Lagoa Henriques — Desenho e escultura. Gal. Vértice. Av. Eng. A. Amaro da Costa, 71-A. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00, sáb. e dom. das 11.00 às 19.00 (até 15/11) CASCAIS.

Albino Moura — «Lisboa», pintura. Gal. Almandart, Av. Gen. Humberto Delgado — COSTA DA CAPARICA.

Arte da Moldávia — Pintura, cerâmica, tapeçaria, artes aplicadas. Das 15.00 às 23.30. Cinema D. João V (até 13/11) DAMAIA.

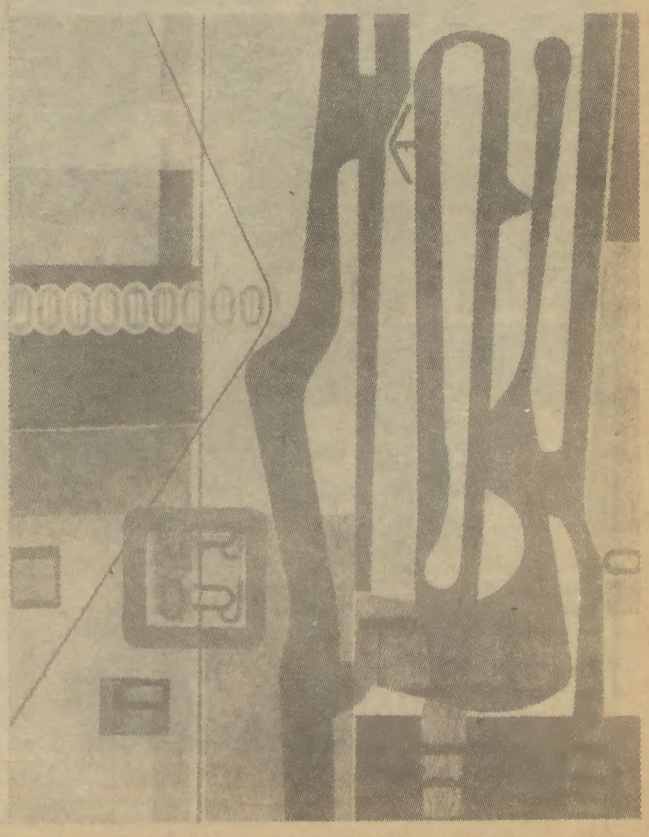
H. Ootersabach — Pintura. Gal. Arcada, Arcadas do Parque. De 2.ª a 6.ª das 11.00 às 13.00 e das 14.00 às 20.00. ESTORIL.

Loures em Imagens do passado — A memória das coisas — (recolha fotográfica e etnográfica) — Museu Municipal/Casa Adro. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 (até 10/12) LOURES.

Georges Haefell — (Suiça) — Colagens e guaches. Gal. Spatium, R. Joaquim Pessoa, 17 (até 15/11) TAVIRA.

Colectiva de Pintura — Gal. Neupargama, R. Miguel Bombarda, 15. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00, sáb. das 10.00 às 13.00 e das 16.00 às 19.00, dom. das 16.00 às 19.00. TORRES VEDRAS.

*Pintura de **Pedro Casqueiro** na Galeria Módulo em Lisboa*



Teatro
O Cartaz

• LISBOA

CAM – Sala Polivalente (Gulbenkian), R. Nicolau Bettencourt. 3.ª e 4.ª às 18.30, 5.ª e 6.ª às 21.00, sáb. às 16.00 e 21.00, dom. às 16.00. **Erros Meus, Má Fortuna, Amor Ardente**, de Natália Correia, enc. Carlos Avilez, cenário e fig. Emília Nadal, música Carlos Zingaro.

Comuna, Praça de Espanha. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **Édipo Rei**, de Sófocles, enc. João Mota, pelo Teatro da Comuna. 6.ª e sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **Nora**, texto de Gonçalo Mendes Trancoso, dramaturgia e encenação de João Brites, pelo grupo O Bando.

Mãe d'Água das Amoreiras (R. das Amoreiras, 101). 5.ª e 6.ª às 21.00, sáb. e dom. às 17.00. **Um para o Caminho**, de Harold Pinter, enc. Fernando Corte-Real.

Teatro do Bairro Alto (R. Tenente Raul Cascais, 1-A). De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00 horas. **Auto da Feira**, de Gil Vicente, enc. de Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

Teatro da Graça (Tv. S. Vicente, 11). De 3.ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. **Vieux Carré**, de Tennessee Williams, enc. Carlos Fernando, pelo Grupo de Teatro Hoje.

Teatro da Trindade, (R. Nova da Trindade). De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Zerlina**, de Hermann Broch, enc. João Perry, int. Eunice Muñoz e Alexandre Melo (até 13/11).

Teatro Variedades (Parque Mayer). De 3.ª a domingo às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **A Prova dos Novos!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, A. Nazareth Fernandes, enc. Maria Helena Matos e Marina Mota.

• PORTO

Auditório Carlos Alberto. (R. das Oliveiras, 43). De 3.ª a 6.ª às 21.30, sáb. das 20.30 e 23.00, dom. às 16.00 e 21.30. **Enfim Sós**, de Carlos Cruz, Mário Zambujal, José Duarte.

Teatro Sá da Bandeira (R. Sá da Bandeira, 10). De 3.ª a 5.ª às 21.30, 6.ª e sáb. às 20.30 e 23.00, dom. às 16.00 e 21.30. **Olha a Bolsa ó Zé**, de César Oliveira e Henrique Santana, enc. Paulo César.

• ALMADA

Teatro Municipal de Almada (R. Conde de Ferreira). De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **D. Rosinha, a Solteira**, de García Lorca, enc. Joaquim Benite, pela Companhia de Teatro de Almada (até 19/11).

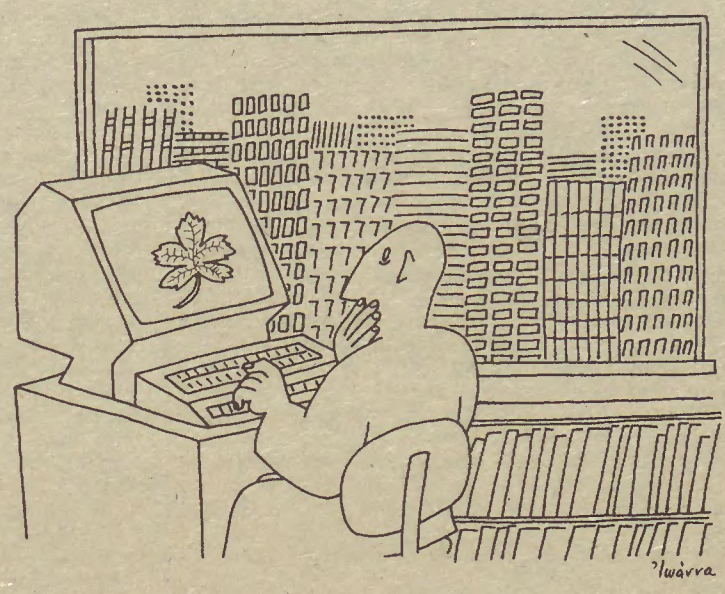
• CASCAIS

Associação Cultural J. Stobbaerts (junto ao Teatro Gil Vicente). De 3.ª a dom., 21.30. MacBeth, de Shakespeare, enc. Jorge Listopad, pelo Teatro Experimental de Cascais.

• *Para Crianças*

TIL (R. Leão de Oliveira, 1 – ao Calvário). Sáb. e dom. às 16.00. **A Nuvem Que Não Queria Chover**, de Fernando Bento Gomes, enc. Kim Cachopo.

...e ainda
Música, debates, etc.



Cinema

Em Lisboa, uma oportunidade de se conhecerem as **curtas metragens de Buster Keaton**, na Cinemateca Portuguesa, nos dias 10, 11 e 12, com sessões às 18.30 e às 21.30.

Também na Cinemateca, a partir de dia 12 e até ao dia 15, a apresentação do ciclo **Manuel de Oliveira em contexto** — um ciclo onde se exibem fitas não apenas deste realizador português, mas também de Rino Lupo, Cottinelli Telmo, Walter Ruttman, Joris Ivens, John Grierson e Von Stenberg.

Ainda falando de cinema, a anotação de que no Forum Picoas a **Audiovisual Lisboa 88** começa no dia 11 e que, prosseguem, às sextas e às terças, as sessões promovidas pelo ABC Cine-Clube de Lisboa. Sexta-feira, (no Quarteto) continua o ciclo dedicado à obra de Nikita Mikhalkov. É às 18.45 e o filme data de 1974, chamando-se **«Alguns dias na vida de Oblomov»**. Na sessão de terça-feira, mas no auditório da SPA, projecta-se mais um filme do ciclo «Helmut Kautner». Chama-se **«Por Debaixo das Pontes»** e foi realizado em 1944.

Em **Albarraque**, no Centro Cultural D. Manuel de Melo, prossegue o ciclo dedicado a Steven Spielberg, com a projecção dos filmes **«O Microherói»** (no dia 12) e **«Um Dia a Casa vem Abaixo»** (dia 15).

Também nas **Caldas da Rainha** há cinema. É o ciclo dedicado a Francis Ford Coppola que continua, com a exibição, dia 14, do filme **«Jardins de Pedra»**.

Viva a Festa

Viva a Festa é o nome do **2.º Festival da Juventude** promovido pela JCP e que decorre até ao próximo dia 24 em toda a zona de **Leiria**, com torneios-relâmpago de futebol em Pombal, Marinha Grande, Caldas da Rainha e Peniche, com sessões de vídeo em Vieira de Leiria e Bombarral, e com bailes populares em Leiria e Marinha Grande. Também o debate e o convívio no Encontro Concelhio de Jovens de Peniche. Tudo isto até dia 24. Informem-se. E participem.

Música

Em Lisboa, temos mais uma temporada de música organizada pela Fundação Gulbenkian. No dia 11 há concerto de santur, por **Stephan Aguert**, que interpreta obras de Komitas e árias e danças tradicionais arménias. No dia 14, é a vez de obras de Schumann e Mandelssohn serem tocadas pelo **Quarteto de Cordas de Lisboa.** No dia 16, o espectáculo é com o pianista **Claudio Arrau.** O programa da sua actuação ainda não foi divulgado.

Mais música

Ainda em Lisboa, a notícia de mais dois espectáculos, de outros tantos estilos e para outros tantos públicos. O **Quarteto Oásis** actua no Hot Clube de Portugal nos dias 10 e 11; e os britânicos **The Mission**, no Pavilhão do Belenenses. A notícia também de que **Francisco Ceia** e a sua banda se apresentam ao vivo no dia 11 na Casa do Alentejo; É a apresentação do álbum «Entre a Cal e o Sol».

Natal

Ainda falta um tempinho para o Natal, mas o melhor é começarmos já a coleccionar as prendas que vamos oferecer. Esta é a proposta do CT Vitória, ali na Av. da Liberdade. É já a partir de dia 15 que abre a **Lojinha do Vitória**. Mas a proposta não é exclusiva dos comunistas de Lisboa. Também no Porto, no CT da Boavista, o **Grande Mercado de Natal** abre as suas portas já no dia 19 de Novembro.

Seixal em Festa

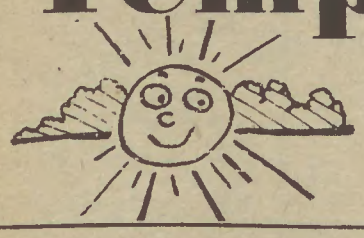
Não é todos os dias que se comemoram 152 anos, e por isso mesmo o município do Seixal organizou um programa de comemorações que não fica a dever nada a ninguém. Há música, desfiles de bandas, exposições e teatro.

Esta semana falamos do teatro. No dia 12, na escola secundária do Fogueteiro, o Teatro Encontro do Seixal apresenta a peça **«O Convite da Noite»**, às 16.00. Ainda no dia 12, mas em Paivas, no centro cultural e desportivo, **«Socorro... Sou uma Mulher de Sucesso»** é interpretada por Io Apolloni.

No dia 13, no Centro de Solidariedade Social de Pinhal de Frades, **«Passagem Proibida»** é a peça apresentada, às 16 horas, pelo Grupo Amador de Teatro do Centro Cultural e Desportivo das Paivas.

Último destaque para o Grupo de Campolide — Companhia de Teatro de Almada que leva **«As Velhacarias de Scarpin»** no dia 13, às 21.30, ao Independente Futebol Clube Torreense e, no dia 16 às 15 horas, à Escola Secundária do Fogueteiro.

Tempo
Fim de Semana



(*Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica*)

Períodos de céu muito nublado, vento geralmente fraco, neblina ou nevoeiro matinal.

Cinema
A selecção

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Olhos Negros	—	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
B	Milho Vermelho	—	—	★★★★	—	★★★★
C	A Última Tentação de Cristo	—	★★★★★	★★★	★★★	★★★
D	Entrevista	—	—	★★★★	—	—
E	Inferno Vermelho	—	—	★★	—	★★★
F	Bom Dia Vietname	—	—	★★	—	★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. **Nikita Mikhalkov – em Lisboa: Quarteto** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30, sáb. também 23.30).
B — Real. Zhang Yimou – em Lisboa: **Quarteto** (15.00, 17.00, 19.00, 21.30; sáb. também 23.30).
C — Real. Martin Scorcese – em Lisboa: **Alfa** (15.15, 18.15, 21.30, 00.30); **Apolo 70** (15.15, 18.15, 21.30), **Mundial**(15.15, 18.15, 21.30): **Mundial** (15.15, 18.1í, 21.30), **S. Jorge** (14.30, 17.45, 21.00); no Porto: **Carlot** (até dia 15, às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 6.ª e sáb. também às 24.00).
D — Real. Frederico Fellini – em Lisboa: **Quarteto** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30; sáb. também 23.30); no Porto: **Bebé** (hoje último dia, às 14.30, 16.30, 18.30, 21.45).
E — Real. Walter Hill – em Lisboa: **Amoreiras** (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.45, 24.00), **Ávila** (15.00, 17.00, 19.00, 21.45; 2.ª, 6.ª e sáb. também 23.45); no Porto: **Coliseu** (15.30, 18.00, 21.30; 6.ª e sáb. também 24.00): **Stop** (14.30, 16.45, 18.45, 21.30; 6.ª e sáb. também 24.00).
F — Real. Barry Levinson — em Lisboa: **Alfa** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Amoreiras** (13.45, 16.45, 19.15, 21.45, 24.00): **7.ª Arte** (15.00, 17.00, 19.00, 21.45; 2.ª, 6.ª e sáb. também 23.45): **Tivoli** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); no Porto: **Pedro Cem** (até dia 15).

a TV

Tempo de antena, ou a arte de roubar

Jornal de Sábado entrevistou o Primeiro-Ministro. Eu conto.

Lembraram-se por lá que Cavaco Silva fazia três anos de governante. Então justificava-se um balanço e umas palavrinhas à Nação...

Claro que uma pessoa ri do pretexto. São uns engraçadinhos. Como se pretextos fosse coisa que faltasse aos telejornais e similares. No entanto, o escândalo é de tal monta que eles se sentem na obrigação de dar uma explicaçãozinha. Qualquer dia assistiremos a coisas do género: «Senhor Primeiro-Ministro, como sabemos que gosta muito de cinema da meia-noite...» ou então: «Senhor Primeiro-Ministro, é conhecida a sua preferência pelos chocos "en su" tinta». Pode dizer-nos o que pensa do desenvolvimento económico?»

Estes prestextantes! Tudo lhes serve. Querem fazer um jeitinho a um secretário de Estado amiguinho da confraria? Pois arranja-se uma peça periclitante do perturbante pedicuro PEDIP e, a propósito, senhor secretário, tome lá um «ponto e vírgula» (em «pontos» são eles pródigos!) que vale seis minutos bem medidos...

Mas, antes desse, houve a tal longa entrevista (doze minutos!) de Cavaco Silva, que produziu a habitual onda de propaganda. Vai tudo bem, isto é bestial, aumenta o clima de confiança, em Lisboa havia 30 mil casas para vender e agora a procura é superior à oferta, a sua preocupação é a justiça social e por isso os impostos são como são para beneficiar aqueles que são menos do que os que são mais, embora os que, sendo como são, pelo amor de Deus, parem com isso dentro da minha cabeça!

Doze minutos. Sem discussão. Sem debate. Sem contradita. Sem oposição. Verdadeira propaganda. Autêntico **Tempo de Antena**, ou seja: autêntico roubo. É isto na televisão democrática?

Ora bem. A certa altura, o repórter, solícito mas original, quis que Cavaco Silva resumisse, numa só palavra, o que tinham sido estes quatro anos de governo.

Uma palavra? Uma palavra só? Cavaco hesita. Uma palavra... Desiste. Confessa que não encontra essa palavra.

Por mim, sei qual é. Mas vão desculpar-me, eu não a escrevo...

É forte!

Com a subserviência do costume, o mesmo **Jornal de Sábado** elaborou uma peça (de artilharia pesada!) sobre as eleições nos Estados Unidos. O locutor-base disse que esse interesse era geral nas televisões de todo o mundo. Ande lá, homem, avance lá com isso, não precisa de desculpas. Por acaso, no **Telediário** de «nuestros hermanos» não é nada que se pareça. Avance lá com isso e fora as desculpas de mau pagador.

Entretanto, o mesmo base adianta uma informação preciosa: que **nos Estados Unidos não se fala noutra coisa...**

Está bem que contem anedotas. Mas deste calibre, não. Por favor, não!

Aliás, ao longo da peça, e ouvindo os três correspondentes (**três**, ouviram?!) nos *states* o telespectador comum deu-se conta do desconchavo. Diziam que quase não havia sinais da Campanha e que se esperava uma enorme abstenção...

Para onde não se fala noutra coisa, é forte...

«Sondagens»: mais uma!

Apresentou aspectos curiosos aquela sondagem pedida pela RTP, em Portugal, sobre as eleições americanas. Assim, 72% estão a par delas e, entre os portugueses, Bush leva uma ligeira vantagem sobre Dukakis. A simpatia do povo português vai assim para o Bush...

Pois é. Por estas e por outras é que as sondagens as mais das vezes se fazem acompanhar de cuidadosas aspas. Estamos assim em presença de mais uma supercómica «sondagem»...

Num ponto, estará ela certa: 78 por cento dos portugueses sabem que o presidente dos *states* é o Reagan.

Caspité! Com as constantes parangonas que a RTP lhe dedica, era mesmo preciso que os portugueses fossem mesmo cegos ou surdos.

Quanto ao mais, quanto àquela referência à percentagem dos portugueses que consideravam positiva a governação de Reagan, é de gritos. E o que mais me espanta não é a resposta: é a pergunta. Incrível!

O primo e os compadres

Passa actualmente na televisão a adaptação brasileira de «O Primo Basílio», o grande romance de Eça de Queiroz.

Trata-se de um notável esforço cultural de que, infelizmente, a RTP anda arredia. É preciso que as lições (lições de amor, de antenção, de qualidade) venham de fora.

O realizador Artur Ramos, participante de uma mesa-redonda realizada a propósito, sublinhou vários aspectos, quer positivos, quer negativos, da adaptação de Daniel Filho e Gilberto Braga, mas pôs a tónica na qualidade da produção, na qual a TV Globo investiu um capital fabuloso.

Mas — como bem acentuou Artur Ramos — há outros fabulosos investimentos que estão na base desta e outras produções e que, ao longo dos anos, foram aplicados na criação de estruturas.

E isso é o que não se verifica entre nós. Entre nós, os profissionais (aliás de reconhecida competência) lutam com toda a espécie de dificuldades, de carências e de obstáculos, devoradores de energias e inimigos da criatividade.

Na RTP, os meios principais, as principais atenções vão para a Informação. A Informação é a menina bonita do grupo que a explora na máxima força.

Em terra de compadres, um «primo» assim — só de fora...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Dia de eleições nos EUA

Anteontem foi dia de eleições nos Estados Unidos da América. Agora, certamente, já o leitor estará a par dos resultados e do que poderão ser as suas consequências, quer para os EUA e o povo norte-americano, quer no que se refere à situação internacional. Propomos-lhe aqui uma leitura, *a posteriori*, do que sobre o acontecimento escreveram os matutinos portugueses no próprio dia em que as urnas se abriram.

O dia é bom

«Os últimos dias da campanha eleitoral eliminaram todas as supresas. A posição de George Bush manteve-se sempre no topo das intenções de voto — apesar de Dan Quayle, que continua a ser olhado como a mais indefensável e comprometedora das escolhas.

O avanço obtido por Mike Dukakis em alguns estados não chegou para colocar a corrida presidencial em níveis equiparados. E a diferença de cinco pontos, à escala nacional, que ontem separava os dois candidatos não permite prever para hoje uma viragem plausível do eleitorado.

A vitória do actual vice-presidente apresenta-se, pois, como um dado adquirido. Aos democratas resta aguardar que não se verifique um *landslide* de tal amplitude que submerja Mike Dukakis numa derrota sem esperança, comprometendo o seu futuro político e o prestígio solidamente adquirido como governador do Massachusetts.

Entre uma grande e uma pequena derrota, perfilam-se os votos dos indecisos, como ontem escrevia nesta página, e também os votos dos absentistas. Com efeito, um dos motes da campanha dos democratas, nos últimos dias, tem sido o de convidar cada eleitor a mobilizar dez absentistas, num esforço nacional para aumentar (a seu favor, naturalmente) os resultados desta noite. Desse modo, talvez Dukakis possa sentir que a América, afinal, ainda está com ele, como ele vem proclamando estar com a América — *I am on your side*.

Apesar de a campanha ter sido extremamente pobre em criatividade, em ideias, em projectos, Mike Dukakis deixou, sem dúvida, uma imagem muito mais consistente. Como Walter Shapiro comentava, sarcasticamente, na última *Time*, «enquanto Dukakis tenta esconder a sua ideologia, Bush procura ocultar o facto de que não tem nenhuma». (...)

«O único candidato que conseguiu apresentar-se em todos os estados, além de Bush e Dukakis, é uma mulher negra, Leonora Fulani, do Partido da Nova Aliança, cujo programa é rotulado de neo-socialista.

Os outros candidatos são: Ron Paul, republicano do Texas, que se apresenta pelo Partido Libertário em 47 estados; Lyndon La Rouche, dos Democratas para a Recuperação Económica, e James Warren, do Partido dos Trabalhadores Socialistas, em 13 estados; David Duke, da Louisiana, do Partido Populista da América, em 12 estados; Edward Wim, de Detroit, da Liga dos Trabalhadores, em nove estados; e ainda Willa Kenoya, do Partido Socialista, Larry Holmes, do Partido Mundial dos Trabalhadores e Earl Dodge, do Partido da Proibição.

Destaca-se do folclore político, no entanto, a presença de um candidato socialista por Bermont à Câmara dos Representantes. O desfecho dessa eleição é uma das raras curiosidades do dia de hoje — um dia que os meteorologistas prevêem cheio de sol em quase todo o território. Isto é, um dia bom para votar num grande país absentista.»

(«Dia bom para votar em país de absentistas», «Diário de Notícias», 8 de Novembro)

Um certo?...

«Muitos milhões de norte-americanos não se darão ao trabalho de votar hoje, apesar de para isso terem tolerância de ponto de algumas horas. Receia-se assim que a abstenção se aproxime dos 50 por cento, reflectindo o desinteresse geral, causado sobretudo pela superficialidade com que se desenrola o fenómeno eleitoral e a ausência de temas fortes. Ao contrário de Lisboa em tempo de campanha, em Washington não há grandes placards com as fotos dos candidatos nem cartazes nas fachadas dos edifícios. A campanha faz-se basicamente pela Televisão.

Cidade de grandes avenidas calmas e edifícios monumentais, Washington parece quase indiferente à escolha que os 50 estados vão hoje efectuar. Como se fosse já quase automático este render da guarda na Casa Branca. Sai Reagan, um dos presidentes mais populares dos século XX, e entra o seu "delfim" — é a convicção geral.

Assiste-se na TV aos jogos de basebol, às provas hípicas e aos filmes de "cowboys", almoça-se hamburguers nos centros comerciais, vai-se à discoteca, e sente-se que 1989 não deverá trazer algo de substancialmente novo para os norte-amnericanos.»

(«Um certo desinteresse», «Correio da Manhã», 8 de Novembro)

Quem quer *sprint* pague-o!

«George Bush e Michael Dukakis compraram meia hora de televisão em cada uma das grandes cadeias norte-americanas para o *sprint* do último dia da campanha para as eleições presidenciais, que hoje se realizam. O investimento é da ordem dos milhões de dólares.» (...)

«Durante as últimas horas, o candidato democrático orientou a sua campanha pelo combate aos efeitos desmobilizadores das múltiplas sondagens favoráveis a Bush. Aposta numa viragem das tendências. "Consigo sentir o cheiro da vitória", disse Michael Dukakis a milhares de pessoas reunidas em Denver, no Colorado. "Bush", acrescentou o candidato democrático, "estrebucha e desliza; nós seguimos em frente".

O vice-presidente e candidato republicano tem dado sinais de visível impaciência perante as notícias de alguma recuperação de Dukakis. O cada vez maior empenhamento de Ronald Reagan nos últimos dias de campanha — ontem deslocou-se à Califórnia, o estado de maior peso eleitoral — é interpretado como um sinal de dificuldades e de intranquilidade para Bush.»

(...)

«Nas eleições norte-americanas que hoje se realizam os eleitores são chamados a constituir o colégio eleitoral que escolherá o presidente e ainda 33 lugares no Senado, toda a Câmara dos Representantes e 12 governos estaduais. Os democráticos parecem ter assegurado a maioria em ambas as Câmaras do Congresso e deverão aumentar a sua actual vantagem (27-23) entre os governadores.»

(«*Sprint* de Bush e Dukakis é feito na televisão», «o diário», 8 de Novembro)

A importância das mulheres

«As feministas norte-americanas afirmam que as eleições presidenciais realizadas hoje [serão] decididas pelas mulheres, mas os dois candidatos [não] parecem muito convencidos disso e não têm dirigido especialmente a campanha para os problemas concretos das mulheres.

"As mulheres constituem a maioria da população em idade de votar", escreveu no início da campanha eleitoral, a revista feminina "MS".

"Quando os especialistas políticos tentam retratar o eleitor norte-americano típico (se é que tal existe), o eleitor devia ser uma eleitora".

Analistas políticos afirmam que o número de mulheres poderá exceder em 10 milhões o dos homens que votam nas eleições presidenciais.

Em eleições realizadas já esta década, os analistas concluíram que as mulheres tinham uma tendência de voto diferente da dos homens acerca de temas como a defesa, a energia nuclear, o ambiente ou o ensino e não apenas acerca de assuntos considerados tradicionalmente femininos, como o aborto ou as creches.

Esta diferença, designadamente como "Gender Gap", reflectia-se, em sondagens feitas há alguns meses, a favor do candidato do partido democrático, Michael Dukakis.

Porém, em sondagens mais recentes, Dukakis e o seu rival republicano, George Bush, parecem partilhar de forma equilibrada o voto das mulheres.

Mulheres que exprimiram a sua preferência pelo candidato democrático destacaram a imagem que ele tem dado de marido fiel e de homem que ajuda em casa a despejar o lixo e lavar a loiça.

Várias mulheres interrogadas em sondagens manifestaram a sua convicção de que os democratas tendem a dar mais atenção a assuntos que as preocupam, como a segurança de emprego, a assistência médica e o ensino.

Algumas mulheres que se afirmaram favoráveis ao candidato George Bush basearam a sua preferência no facto de ele prometer não aumentar os impostos e também de ser "instruído, viajado, alto e simpático", e de "ter classe".

Sectores que lhe são adversos criticam-lhe o facto de a sua linguagem estar "cheia de metáforas desportivas masculinas" e muitas mulheres desconfiam dele desde que, para estar de acordo com o presidente Ronald Reagan, deixou de apoiar a emenda da igualdade de direitos e do abordo.

No seu programa, Bush defende a igualdade salarial entre homens e mulheres.»

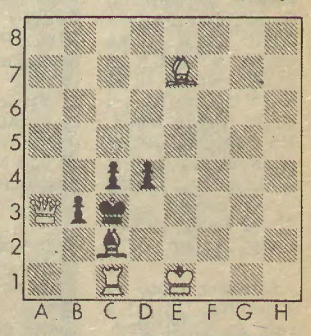
(«Importância das mulheres na escolha dos candidatos», «O Dia», 8 de Novembro)

Xadrez

CLXXIX
10 de Novembro de 1988

Proposição n.º 179
Por: G. Legentil
«L'Havre Éclair», 1930

Pr.: [5] Ps.b3, ç4, d4 – Bç2-Rç3



Br.: [4] Bé7-Tç1-Da3-Ré1
Mate em dois lances

* * *

Jogo N.º 179
3.ª Taça do Mundo
Reiquiavique, Outubro 1988
Br.: M. Tal
Pr.: J. Speelman

1. é4, d6; **2.** d4, g6; **3.** Cf3, Bg7; **4.** Bé2, Cf6; **5.** Cç3, 0-0; **6.** 0-0, c5; **7.** d5, Ca6; **8.** Té1, Cç7; **9.** Bf4, b5; **10.** C:b5, C:é4; **11.** C:ç7, D:ç7; **12.** Bç4, Cf6; **13.** h3, Té8; **14.** Tb1, a5; **15.** Dd2, Db6; **16.** Té3, Ba6; **17.** B:a6, D:a6; **18.** Tbé1, Rf8; **19.** Cg5, Db7; **20.** ç4, Db4; **21.** Dé2, h6; **22.** C:f7, R:f7; **23.** Tb3, Da4; **24.** Dé6+, Rf8; **25.** Tb7, D:ç4; **26.** D:d6, Cg8; **27.** Té3, Bf6; **28.** Tf3, Rg7; **29.** B:é7, T:é7; **30.** T:éf+, C:éf; **31.** D.f6+, Rg8;
32. Df7+, Rh8; **33.** D:é7, D:d5; **34.** Tf7 e 1-0.

* * *

Solução do N.º 179

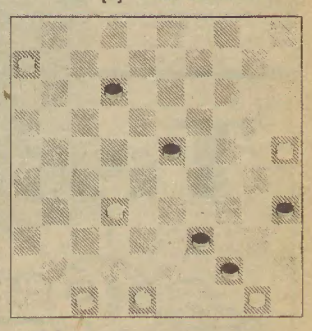
Chave: 1. Da8!
1. ..., Rb2; **2.** Da1++
1. ..., Rd3; **2.** Df3++
1. ..., b2; **2.** Da3++
1. ..., d3; **2.** Dh8++

A. de M.M.

Damas

CLXXIX
10 de Novembro de 1988
Proposição (inédita?)[1] **n.º 179**
Por: René Fourgous
– Elancourt (F.)

Pr.: [5]: 12-23-35-39-44



Br.: [6]: 6-25-32-47-48-50

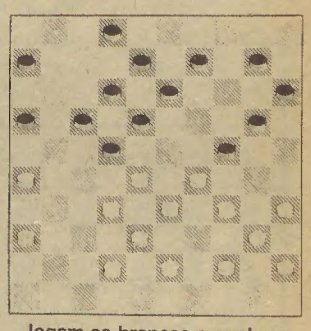
Jogam as brancas e ganham

* * *

Golpe n.º 179
Campeonato da Holanda, 1967

Pr.: Van Diuk, [14]: 2-6-8-9-10-12-13-15-16-17-18-20-22-24

Br.: Weerheijm, [14]: 26-28-29-32-33-34-35-36-38-40-42-43-44-45



Jogam as brancas e ganham

* * *

Solução do n.º CLXXIX

Miniatura n.º 179 (R.F.): 32-28 (23x32); 6-1=D (12-17*); 1-40! (44-49*); 47-42 (35x44); 42-38 (32x43); 25-20-14-9-3 (17-22-28-32-37); [**se:** (32-38); 3-20 B+]; 48-42 (37x48=D); 3-16+

1) *Será inédita? R. Fourgous enviou-nos 16 composições suas, mas não nos garante que sejam inéditas, pois não controla a publicação dos seus trabalhos.*

Golpe n.º 179 (J.C.W.): 26-21 (16x27 ou 17x26 é =)... 28x17 (12x21); 35-30 (24x35); 29-24 (20x29); 34x5=D+

A. de M.M.